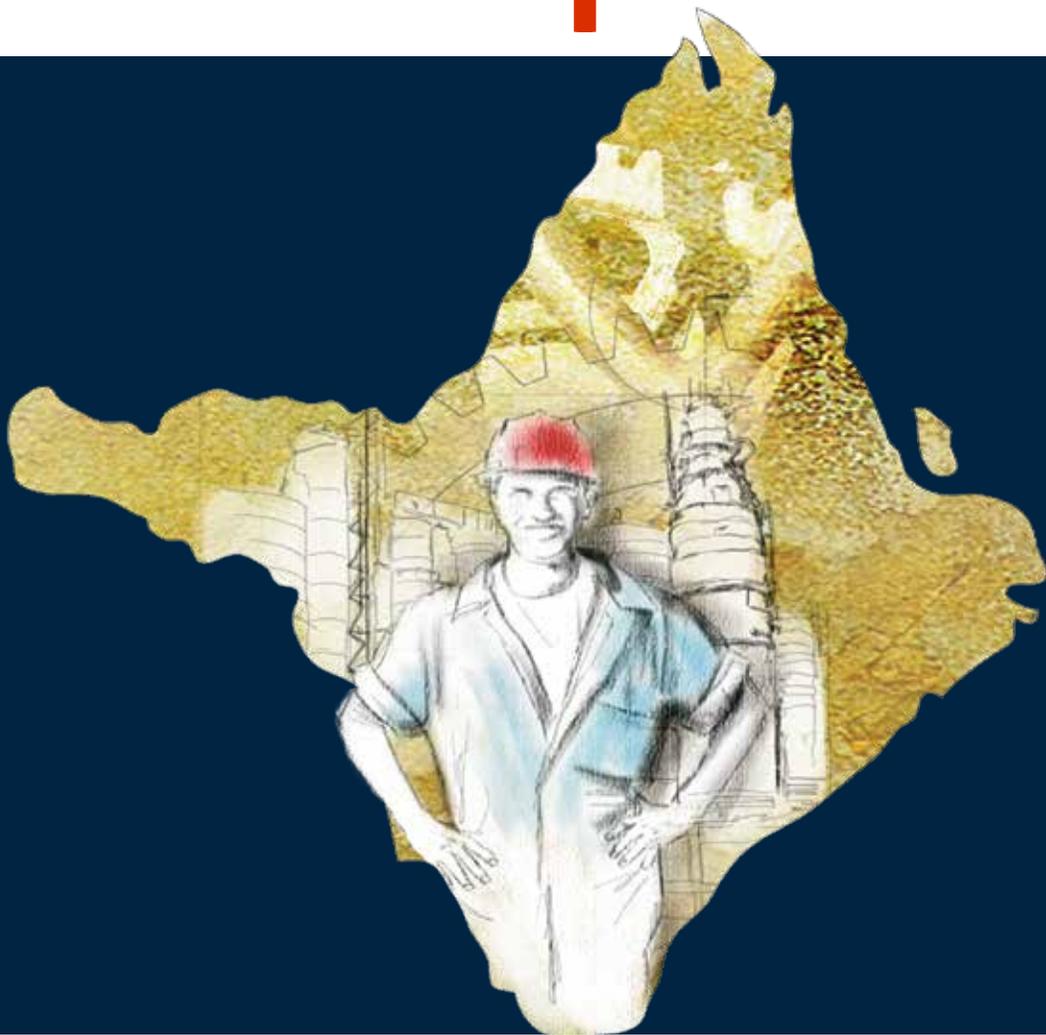


ESTUDOS

Estados Brasileiros

# Amapá



ANTONIO SÉRGIO FILOCREÃO  
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

# Amapá

## 2000-2013



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

2014

## **FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

### **DIRETORIA**

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

### **EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Mayara Fernandes

Organizador: Antonio Sérgio Monteiro Filocreão

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: [www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: [www.efpa.com.br](http://www.efpa.com.br)

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A484 Amapá 2000-2013 / Antonio Sérgio Monteiro Filocreão, org. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.  
140 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-7643-232-6

1. Amapá - Política. 2. Amapá - Economia. 3. Amapá - Demografia.  
4. Amapá - Aspectos sociais. 5. Amapá - Administração pública. I. Filocreão,  
Antonio Sérgio Monteiro. II. Série.

CDU 32(811.6)  
CDD 320.981

---

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

# SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO
- 9 INTRODUÇÃO
- 11 A FORMAÇÃO REGIONAL AMAPAENSE
- 23 A POLÍTICA LOCAL
- 27 DEMOGRAFIA
- 39 SITUAÇÃO SOCIAL
- 61 ECONOMIA DO ESTADO
- 67 INFRAESTRUTURA DO ESTADO
- 91 ECONOMIA PRODUTIVA
- 111 CONDICIONANTES AMBIENTAIS
- 121 ANÁLISE DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA LOCAL
- 129 O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO NO AMAPÁ
- 133 BIBLIOGRAFIA



## APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria  
Fundação Perseu Abramo*

---

# AMAPÁ 2000-2013

---

ANTONIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO  
ORG.

ESTUDOS

---

Estados Brasileiros



## INTRODUÇÃO

O Amapá é um dos mais recentes estados da Federação Brasileira. Criado em 05 de outubro de 1988, localiza-se na parte setentrional do país, na Amazônia brasileira, na margem esquerda do rio Amazonas. Possui superfície territorial de 142.827,91 km<sup>2</sup>, correspondente a 1% do espaço nacional e 3,71% da região Norte, tendo do norte ao noroeste, margeando o rio Oiapoque, a Guiana Francesa e o Suriname; ao oeste, sul e sudeste, o estado do Pará, através dos rios Jari e Amazonas; e, enquanto nordeste, as fronteiras são marítimas (com o Atlântico e a foz do rio Amazonas).

Sob as influências do encontro do estuário do rio Amazonas com o Atlântico ao leste e do platô das Guianas ao oeste, formou-se uma paisagem diversificada, com grande variedade de ecossistemas em dois padrões distintos de cobertura vegetal:

1) domínio das formações florestadas (a floresta densa de terra firme, a floresta aluvial de várzeas ou áreas inundáveis, a mata de igapó e a floresta de manguezais), ocupando 81,7% do território;

2) domínio das formações campestres (o cerrado e o campo aluvial de várzeas), ocupando 16,7%. Nas áreas de contato entre esses ecossistemas há formações vegetais típicas de áreas de transição, dando uma configuração de mosaico de variadas nuances (Cabral, 2012).

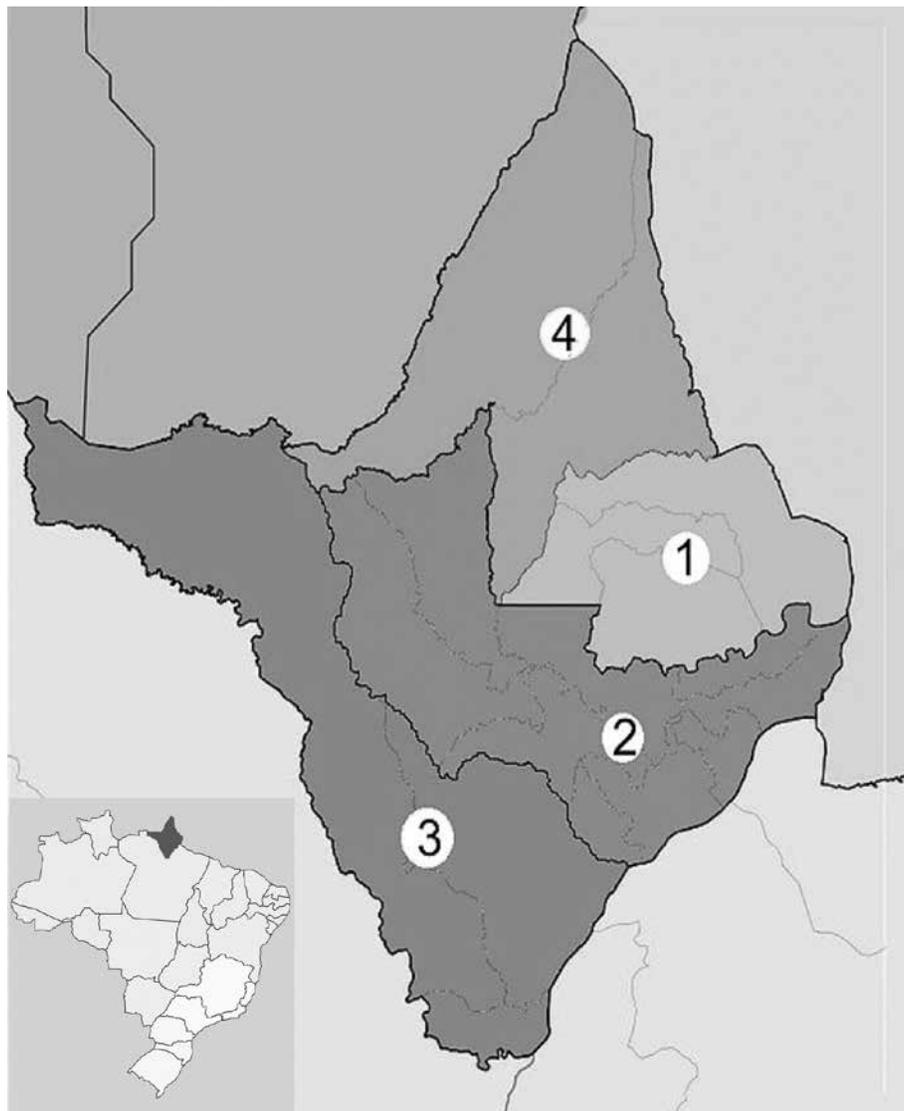
A diversidade de ecossistemas no Amapá foi um fator importante para a ocupação humana anterior à chegada do colonizador europeu. Houve grupos ameríndios diversificados culturalmente, que deixaram seus ricos vestígios e

vêm motivando os estudos pré-históricos sobre a Amazônia. Em 1943, o Amapá, que era parte do estado do Pará, foi transformado em Território Federal, permanecendo nessa situação até 1988, quando foi transformado em uma unidade federativa estadual, com o seu primeiro governador eleito, empossado em 1991. O presente trabalho busca construir um quadro analítico do desenvolvimento amapaense recente enquanto um dos estados mais novos da federação brasileira. Para isso, foram coletados dados secundários e devidamente organizados, tendo como recorte temporal os anos de 1991 (quando o primeiro governo eleito foi assumido), 2000 e 2010, podendo algumas análises avançarem para anos posteriores, ou mesmo anteriores, como recursos de contextualização. A escolha desses anos também leva em conta os censos demográficos do período, que contribuem para uma maior precisão dos dados. Para efeitos de comparação dos processos analisados ou discutidos, usaremos o recorte nacional e regional, considerando a região Norte.

## A FORMAÇÃO REGIONAL AMAPAENSE

Como foi dito, a diversidade de ecossistemas constituída no Amapá foi um dos fatores determinantes para a existência de vestígios de uma intensa ocupação humana, anterior à chegada dos colonizadores europeus na região. Foram encontrados uma grande quantidade de sítios arqueológicos, que vêm enriquecendo os estudos atuais da pré-história da Amazônia. Na atualidade, esse espaço amapaense está dividido em duas mesorregiões geográficas, que podem ser visualizadas no mapa 1: o norte do Amapá, composto pelas microrregiões Oiapoque (4), com dois municípios; e Amapá (1), com três municípios; além do sul do Amapá, composto pelas microrregiões de Macapá (2), com oito municípios, e de Mazagão (3), com três municípios. Essas mesorregiões constituíram-se de forma diferenciada em função dos condicionantes econômicos, sociais e políticos manifestados ao longo do seu processo de formação (Mapa 1).

Como parte de uma faixa de terra encravada entre os rios Oiapoque e Amazonas, conhecida como a Guiana brasileira, o Amapá foi objeto de disputa acirrada entre os luso-brasileiros e os outros povos europeus que não aceitavam a divisão do novo mundo entre Portugal e Espanha. Isso será resolvido a partir da criação de Belém do Pará, em 1616, de onde partiram as ações de expulsão e destruição das fortificações e assentamentos instalados pelos concorrentes. Até a metade do século XVII os portugueses afastaram, definitivamente, os holandeses, ingleses e irlandeses das disputas territoriais, com o completo domínio da atual mesorregião sul. Com os franceses, ocupantes das

**Mapa 1****Divisão regional do Amapá**

Fonte: IBGE, 2013.

terras vizinhas de Caiena, a disputa pela mesorregião norte foi prolongada até o início do século XX, encerrando-se no acordo diplomático conhecido como Laudo Suíço.

A intensa disputa dos colonizadores europeus pelas terras da Guiana brasileira dará ao processo de ocupação lusitana um caráter profundamente bélico, com a militarização da região. Segundo Castro (1999), esse caráter é inicialmente ofensivo, com a luta e a expulsão de estrangeiros que se instalavam, através de fortificações, na região do Amapá. Posteriormente, torna-se defensivo, com a instalação de fortificações, povoações e vilas criadas em pontos estratégicos para garantir a posse da terra à Coroa portuguesa, como o Forte do rio Araguari, em 1687, o Forte de Cumaú, em 1688, a Casa Forte da Ilha de Santana, em 1729 e, na fase pombalina, o Forte de São José de Macapá, em 1761, e a Fortaleza de São José de Macapá, entre 1764 e 1782.

Essa militarização da ocupação manifestou-se em ações de violência para a população nativa, nas represálias e castigos imputados aos indígenas que negociavam ou se aliavam aos invasores, como estratégia de atemorização psicológica para evitar novas alianças e relações comerciais. Como exemplo ilustrativo dessa repressão temos os índios Tucujus do litoral amapaense, que foram castigados e praticamente eliminados no período colonial devido às suas relações colaborativas com estrangeiros. De outra forma, os índios aliados eram incluídos, compulsoriamente, nas batalhas contra os invasores e em trabalhos para construir fortificações e criar vilas.

A preocupação com a invasão de estrangeiros e a necessidade de obter o controle da Guiana brasileira para evitar as invasões clandestinas dos franceses levou as autoridades luso-espanholas a criar, em 1637, a Capitania do Cabo Norte, entre os rios Oiapoque e Amazonas, doando-a para Bento Maciel Parente. Na área dessa capitania já havia posições permanentes luso-brasileiras, como os povoados de Gurupatuba e Surubiú, e o forte do Desterro, construído no Paru em 1638. Bento Maciel Parente tomou posse de sua capitania em 30 de maio de 1639, porém não pôde ocupar-se da donataria, pois foi mandado governar o estado do Maranhão, falecendo em 1641. Assim, deixou os direitos da capitania a seu filho Bento Maciel Parente, que foi sucedido por Vital Maciel Parente, que não deixou herdeiro após o falecimento, revertendo a capitania ao domínio da Coroa Portuguesa (Reis, 1993).

Prado Júnior (1989) discute as diferenças entre a colonização americana e a de outras regiões, em que colonizar era estabelecer feitorias comerciais, como os italianos praticaram no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, ingleses, holandeses e outros povos no extremo norte da Europa e no Levante, e os portugueses na África e na Índia. Na América ainda não desbravada, habitada por uma rala população indígena, incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável aos fins mercantis que se pretendia, as simples feitorias com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, não se podia

fazer sua administração e defesa armada. Era preciso um povoamento para abastecer e manter as feitorias criadas e organizar a produção dos gêneros que interessavam ao comércio, surgindo então a ideia de povoar.

No caso das terras do Cabo Norte, as disputas pela posse fazem a colonização desenvolver-se a partir de fortificações, exigindo a importação de colonos para produzir os gêneros necessários ao abastecimento dos povoamentos criados ao largo das fortificações, além dos gêneros exigidos pelo mercado europeu. Esse tipo de colonização parece ter sido dominante em toda a Amazônia, fortalecendo-se:

Durante os séculos XVII e XVIII, quando os portugueses, a partir de Recife e Salvador, se deslocam para a região com a finalidade de afastar os concorrentes ingleses, holandeses e franceses que se apoderavam das drogas do sertão (canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsaparrilha etc.). Desse movimento de defesa surgem São Luís do Maranhão, Belém do Pará, Macapá no extremo norte e Manaus (Cardoso e Muller, 1978, p. 21).

Paralelo ao movimento bélico de ocupação e colonização da Amazônia, Prado Júnior (1970) enfatiza um movimento religioso, cuja vanguarda em particular são as ordens jesuítas e carmelitas. Em vez do uso da violência por meio da persuasão, os missionários conseguiram o que os colonos leigos sempre foram incapazes de obter: o trabalho indígena, que será utilizado nas diversas atividades de implantação das missões, desde a construção dos prédios à produção da subsistência e geração de excedentes exportáveis na agricultura e no extrativismo, que mantinham as missões e permitiam a acumulação de riquezas às ordens religiosas, dando-lhes poder e importância financeira.

Segundo Rio Branco (2008), em 1687 o padre Aluisio Conrado Pfeil, da Companhia de Jesus, fundou uma missão na mesorregião norte, região do rio Araguari, no local denominado Tabanipixi. Uma outra missão foi confiada ao padre Antonio Pereira, da mesma companhia, no lago Camonixari, denominado depois Macari e Carapaporis. A aldeia em que foi instalada a missão foi tomada e queimada pelos índios Maracúrios, que mataram os padres Antonio Pereira e Bernardo Gomes meses depois. Uma expedição de soldados portugueses e aliados indígenas partiu na busca desses índios, conseguindo abatê-los e fazer numerosos prisioneiros.

Na atual mesorregião sul do Amapá, observa-se nos registros dos Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará (1916) que, até 1700, no atual território do município de Mazagão, que abrange a região de influências do rio Maracá e

do rio Cajari, nenhum povoado se estabeleceu. Quanto aos trabalhos dos missionários nessa região, até 1740 não há informações sobre a criação de alguma aldeia. É possível que a ação repressiva dos portugueses sobre os índios aliados aos estrangeiros tenha provocado a fuga dos nativos para outros locais mais distantes ou para as missões protegidas que se estabeleceram nos rios Jarí e Paru.

Por outro lado, após a expulsão dos estrangeiros a região circunvizinha do rio Jarí, ao sul, recebeu por parte dos portugueses uma forte ação evangelizadora e vários aldeamentos missionários foram instalados. Na região de influência do rio Paru criou-se a aldeia Acarapi, em 1758 elevada a lugar civil, com o nome de Val de Fontes; e a aldeia do Paru, trabalhadas pelos franciscanos da província de Santo Antonio, elevada em 1758 a condição de Vila de Almeirim. Os franciscanos da província da Conceição trabalharam os aldeamentos de Tuaré e Uramucu, que foram elevados a vilas de Esposende e Arraiolos em 1757 e 1758 (Fragoso, 1982).

Ainda segundo Fragoso (1982), na região do rio Jari, de grande importância estratégica devido à vizinhança com os franceses, foi instalado um aldeamento próximo à confluência desse rio com o Amazonas, em área de responsabilidade evangelizadora dos jesuítas, até 1693, quando foi passada aos franciscanos da província da Conceição. O aldeamento foi criado em 1711, e seus índios eram os Guiapís, sendo que em 1757 foi elevado a lugar civil, com o nome Fragoso. O lugar da missão era considerado doentio e tinha apenas 23 casas de palha em 1765, época em que foi mudada, devido às doenças, para a embocadura do rio Jarí. Em 1883, Baena (2004) cita essa povoação no rol das que se extinguíram após 1788.

Segundo Porro (1996), na história indígena do rio Amazonas aconteceu um fenômeno demográfico e cultural de longa duração nos primeiros duzentos anos da ocupação europeia, que resultou, em meados do século XVIII, numa realidade etnográfica distinta da observada pelos exploradores quinhentistas. Trata-se do desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio Amazonas, devido à alta mortalidade nas lutas e doenças trazidas pelos brancos, fugas para o interior e a sua substituição por novos grupos indígenas, que foram sendo descidos dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização (tropas de resgates e missionários).

Nesse processo de despovoamento maciço e repovoamento parcial dois aspectos devem ser assinalados:

- a) o desaparecimento dos padrões adaptativos (demográficos, organizacionais e ergológicos) da população original, que não chegam a se reconstituir, a não ser parcialmente, quando do repovoamento induzido pelo colonizador;

b) neste segundo momento ocorre a formação de um estrato que chamaremos neo-indígena, inserido na sociedade colonial e marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica (Porro, 1996, p. 37-38).

Para Porro (1996), essa grande ruptura, que começa a ser visível em meados do século XVII no baixo Amazonas e no começo do século seguinte no alto curso, não impede que a população “neo-indígena” assimile uma série de técnicas essenciais ao ecossistema fluvial:

Em torno dessas técnicas (moradia, navegação, manejo da fauna e da flora) irá se constituir a cultura do tapuio ou caboclo amazonense, da qual irá também participar, em maior ou menor grau, a população branca e mameluca da região. (Porro, 1996, p. 38).

No sul do Amapá o fenômeno do despovoamento foi violento, existem apenas vestígios da população indígena nativa, embora antes da chegada dos europeus a região fosse densamente povoada. Isto é comprovado pela existência de diversos sítios arqueológicos da chamada fase Maracá, além das inúmeras manchas de Terra Preta Arqueológica (TPA)<sup>1</sup> nas regiões dos castanhais. Apesar desses importantes vestígios arqueológicos não há na bibliografia uma denominação precisa dos grupos indígenas que deixaram esses sítios. Em geral, observa-se a região como uma área de influência da província ou sertão dos tucujus, conforme se observa nos mapas apresentados em Lorimer (1989).

Na Amazônia Colonial, o processo de formação econômica da mesorregião sul do Amapá foi permeado pelo caráter militar e estatal na ocupação do território, e pelas ações de expansão demográfica e povoamento — como a libertação dos índios, a importação de colonos de outras possessões portuguesas e o fomento à agricultura comercial. Na mesorregião norte, a disputa territorial com a França restringe a política de colonização com a importação de colonos, manifestando-se mais na ação de ocupação por meio de ações militares de evacuação de ocupações francesas. A existência de pastagens naturais permite a implantação de fazendas na região, sendo que em 1821, segundo Sarney e Costa (2004), já havia o estabelecimento de posses para a criação de gado no rio Araguari e, antes de 1847, o gado foi levado à região do Aporema.

1. Terra preta arqueológica (TPA): “alterações produzidas na química e física dos solos pelos ancestrais dos índios por processos ainda mal conhecidos, favorecem a formação de uma espécie de húmus bastante estável, mesmo sob as condições climáticas da região, onde as chuvas abundantes e o calor não contribuem para o acúmulo de matéria orgânica. [...] é um forte indicador da existência de povoados permanentes, densos, hierarquizados e estáveis a partir do quinto milênio a.C., hoje desaparecidos” (Miranda, 2007, p. 74-79).

Em 1840, instalou-se uma colônia com funções militares na mesorregião norte, espelhada na experiência pombalina e visando o povoamento de fronteira, para agasalhar soldados com famílias, dentro dos costumes militares, cabanos amparados pela anistia, e famílias, que aí, se deixassem fixar. Cada residente deveria receber as terras para o trabalho agrícola, a casa de moradia e uma ajuda monetária durante um ano. Os que se casassem com uma mulher indígena teriam garantias e facilidades. Essa colônia recebeu os primeiros 28 soldados em 28 de março (Reis, 1949).

O caráter militar estatal da ocupação representou violência e tutela para a população indígena, no sentido de subjugar os interesses econômicos e militares através de práticas predominantemente coercitivas e do trabalho compulsório. Assim, nos escritos amazônicos verifica-se as populações nativas com os perfis de um índio guerreiro, engajado à força nas expedições militares, combatendo os invasores estrangeiros e seus aliados nativos; guia e remeiro, levando o colonizador ao conhecimento da região e de suas riquezas; operário da construção de vilas e fortificações; produtor-coletor de produtos agrícolas e extrativistas de interesse comercial e do abastecimento das povoações. Os que resistiam a esse destino ou mantiveram relações com os invasores não lusitanos, foram perseguidos ou eliminados em nome de uma ordem de submissão aos interesses da Coroa.

Com as políticas pombalinas, a garantia de liberdade e extensão da cidadania portuguesa aos descendentes miscigenados era necessária ao aumento demográfico exigido na ocupação territorial. Isso vai acontecer sob a tutela da Coroa portuguesa, principalmente por ser contrária aos interesses das elites amazônicas de então. Violência, autoritarismo e tutela de um lado, gerando medo, submissão, apatia, e revolta silenciosa do outro lado condicionam a formação de uma sociedade que já nasce profundamente dividida e dissimulada na região. Essa relação autoritária e paternalista se expande também aos colonos, negros e missionários.

A importação de colonos das Ilhas portuguesas para a região do Cabo Norte e a política de fomento à agricultura comercial com a importação de mão de obra escrava vai gerar uma produção significativa de arroz, que é exportada de Macapá e Mazagão para Belém e Lisboa durante a vigência da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. A produção comercial de arroz trouxe problemas de transporte, beneficiamento, endividamentos e preços desestimulantes aos seus produtores. Essa produção vai perdendo a sua importância com a extinção da companhia. Nesse período, além do arroz nas colônias de Macapá e Mazagão produzia-se também o algodão com fins comerciais.

Quanto às formas de exploração e ocupação econômica do espaço, mais ao sul do Amapá manifestaram-se dois processos distintos. Na região do rio Jarí e Iratapuru predominou a forma vinculada às aldeias missionárias, que se transformaram em vilas na fase pombalina, enquanto as regiões dos rios Cajari e Maracá foram atreladas aos povoamentos formados com importação de colonos. Isso teve influências na formação cultural do campesinato caboclo: na região do rio Jarí, a contribuição do índio foi maior, enquanto nas regiões circunvizinhas a Mazagão também houve uma forte contribuição do escravo negro.

A produção agrícola associada ao extrativismo colonial utilizando índios, negros e ilhéus gerou uma capacidade produtiva diversificada para a região, construída nas experiências dessas etnias, o que foi um importante fator positivo de adaptação social às dificuldades impostas pelo ambiente. Na sua história, isso fortaleceu a capacidade local de sobrevivência às crises da economia regional. De negativo, no fim da Cabanagem os índios puros, tapuias e seus mestiços foram duramente perseguidos e reprimidos pelo governo, repetindo-se na história local a opressão, marginalização e violência contra os remanescentes indígenas, apesar da sua liberdade jurídica. Esses condicionantes históricos certamente estão presentes na resistência silenciosa para alguns, ou submissa para outros, da cultura cabocla.

O chamado “ciclo da borracha”, período de grande dinamismo econômico, mas de curta duração, atingiu a região amazônica entre 1840 e 1920 e trouxe resultados positivos para o território amapaense. Mobilizou e atraiu para a região um contingente populacional que avançou por toda a malha hidrográfica na busca do látex, conhecendo os recursos naturais existentes e estabelecendo núcleos populacionais do rio Amapá Grande ao Jari. Isso possibilitou o acesso ao consumo de manufaturados vindos da Europa e dos Estados Unidos, distribuídos pelos agentes comerciais que se deslocavam por todos os espaços em que existia a possibilidade de extração do produto demandado pelos mercados internacionais, trazendo junto outros produtos da coleta ou da agricultura que serviam também para abastecer os principais povoamentos existentes ou que foram se constituindo durante esse curto período.

Os dados disponíveis da ocupação demográfica nos mostram que se, em 1833 a população apresentada por Baena (2004) era de 3.710 moradores concentrados nas vilas de Mazagão e Macapá, em 1862 Reis (1949) já nos apresenta um resultado de 6.523 pessoas morando nessas regiões, impulsionadas pela economia da borracha com Mazagão apresentando uma taxa de crescimento demográfico bem mais elevada que Macapá. Em 1883, considerando os 1.500 habitantes da área contestada, inventariada por Coudreau (1887), somados ao que podemos estimar com base nos dados demográficos

apresentados por Baena (2004) e Reis (1949), chega-se a uma cifra superior a 12 mil habitantes no território amapaense nesse ano.

Com a descoberta de ouro em Calçoene, a população da mesorregião norte supera a cifra de 10 mil habitantes no início do século XX, porém é uma população que não se fixa, vivendo em função dos garimpos. Com isso, o município de Amapá vai superar Macapá e Mazagão em termos de população, mantendo-se assim até 1920, quando o número de moradores se reduz a menos da metade das décadas anteriores ao ser atingido pelo esgotamento do ouro de fácil extração e pela crise gomífera. Com as crises do ouro, da borracha e do pau-rosa, a população de Cunani e Calçoene encontrará na pesca do pirarucu e no grude de gurijuba as principais formas de acesso à renda monetária (nas vendas a Belém), enquanto no Amapá a pecuária bovina, com o rebanho bovino atingindo 30 mil cabeças, atenuou os impactos dessa crises.

Na mesorregião sul, no município de Macapá, os efeitos da crise gomífera foram profundos, o governo paraense suspendeu os poucos recursos que investia no município. Com isso, a pecuária com rebanho de 50 mil cabeças, torna-se a principal atividade econômica, seguida da produção de farinha de mandioca e da pesca (Reis, 1949).

Em Mazagão, na região extrativista dos rios Maracá, Cajari e Jari, onde se concentram os maiores seringais e castanhais, os impactos econômicos do período foram menores, pois a possibilidade de uso dos trabalhadores nos castanhais durante o inverno e nos seringais durante o verão atenuou os efeitos locais da crise da borracha. Já na sede municipal, os resultados foram desoladores, pois os impostos da região extrativista não eram recolhidos à sua coletoria, e com o agravamento da crise o governo paraense abandonou o município. Isso enquanto as violentas disputas políticas locais criavam um ambiente que expulsava os moradores para Macapá, vale do rio Jari e a um novo povoamento denominado Vila Nova do Anauarapucu, que se tornou o mais importante núcleo populacional e foi transformado em sede municipal em 1915, com o nome de Mazaganópolis (Santos, 1994).

Apesar de toda a euforia que a economia da borracha e a atividade garimpeira trouxeram para o Amapá, garantindo a anexação de um importante espaço econômico para a nação brasileira, a área contestada franco-brasileira chegou ao final do período áureo da borracha nos anos 1920 sem uma perspectiva clara de para onde iria a economia amapaense e como ficaria a vida dos 36.477 brasileiros que moravam na região, até então parte do grande estado paraense.

No período pós-guerra até o início dos anos 1990 as bases estruturais para o perfil do desenvolvimento econômico do espaço amapaense foram con-

solidadas, pois o montante de investimentos públicos e privados provocou um novo dinamismo econômico, com impacto maior para o futuro do Amapá, o que significou o período do *boom* da borracha para outras regiões da Amazônia. Isso provocou um crescimento demográfico sem precedente, em que populações que sofriam com os impactos da crise da economia extrativista vegetal ou com as secas nordestinas são deslocadas para a região na busca de ocuparem-se com as atividades de mineração ou na busca de emprego nas atividades de criação da infraestrutura do governo do Território Federal do Amapá, que foi criado em 1943.

Os censos do IBGE mostram que em 10 anos (de 1950 a 1960) a população amapaense cresceu de 37.477 para 68.520 habitantes, a uma taxa de crescimento de 82,83%, concentrado no município de Macapá, provocando um salto na taxa de urbanização de 48,89% para 61,64%, o que certamente implicará em um descompasso sempre crescente no papel do setor agropecuário para atender às necessidades do crescimento demográfico. O centro da dinâmica econômica desloca-se da área extrativista mineral e vegetal dos extremos norte e sul para o eixo Macapá-Santana-Serra do Navio devido aos altos investimentos públicos e privados na instalação da sede do governo e na implantação do complexo de exploração do manganês da Serra do Navio. Isso estabeleceu uma nova região geoeconômica no espaço noroeste da mesorregião Sul, a maior beneficiária dos principais ganhos do surto de crescimento econômico que iniciou neste período e prolongou-se até os anos 1990.

Na região mais ao sul, o extrativismo manteve-se diversificado na coleta da castanha, borracha e madeira na sua forma empresarial, abrindo espaço para uma pequena agricultura e pecuária para conseguir sobreviver. Na mesorregião norte, com o fim do dinamismo provocado pela base aérea norte americana instalada durante a guerra mundial e a inviabilização da extração do pau-rosa devido à redução dos estoques, a pecuária, a pesca, a produção de farinha e a atividade garimpeira em retração foram o sustentáculo econômico da população local.

Os dados bibliográficos e documentais analisados que tratam desse período na economia amapaense mostram, apesar do seu dinamismo, uma estrutura econômica extremamente fragilizada sob o ponto de vista das suas perspectivas futuras. Isso deve-se ao fato da dinâmica econômica ser alavancada por atividades extrativas minerais, vegetais e animais. Sob o ponto de vista da sustentabilidade, em longo prazo a atividade mineral é passageira, sua vida é datada pelo tamanho da reserva mineral que está sendo utilizada, com graves problemas sociais quando acaba. O extrativismo vegetal e o animal podem apresentar as condições para uma sobrevivência maior, caso receba um

manejo adequado, o que exige um conhecimento tecnológico ainda incipiente no Amapá.

Apesar das fragilidades econômicas, no final desse período havia uma euforia local devido à “emancipação política” do Amapá, quando ele foi transformado em estado, na constituição de 1988, empossando o seu primeiro governador eleito em 1991. A emancipação desejada em relação ao governo federal, ao permitir certa autonomia na construção dos rumos do desenvolvimento local, trouxe grandes responsabilidades para as elites amapaenses. Inicialmente prevaleceu o clientelismo, percebendo-se desde já uma grande evolução da participação da administração pública na formação do PIB local – em 1970 os gastos públicos eram de R\$ 39.048.000,04 (baseando-se na moeda corrente de 2000); chegando em 1990 a R\$ 512.830.000,00. Isso representou uma taxa de crescimento de 1.213,33%, o que começou a desenhurar o que será chamado de “economia do contracheque”, exaustivamente estudada por Chelala (2008).



## A POLÍTICA LOCAL

No início da década de 1990, mais precisamente em janeiro de 1991, o primeiro governador eleito do novo estado do Amapá toma posse, Annibal Barcellos. Ele é do Partido da Frente Liberal (PFL), que havia governado o Território Federal do Amapá de 1979 a 1985, numa eleição decidida no segundo turno com a candidatura do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse mesmo ano tomam posse os 24 deputados estaduais eleitos, que vão elaborar a primeira Constituição do estado do Amapá.

De 1991 a 1994, durante a gestão de Annibal Barcellos, os principais investimentos ocorreram na construção de prédios públicos para atender as necessidades administrativas e a prestação dos serviços públicos na capital e no interior do estado, provocando um aquecimento da economia e tendo como atividade econômica a construção civil. Em 1992 foi elaborado o primeiro Plano de Governo do Estado do Amapá, denominado Plano de Ação Governamental do Amapá, que articula, no âmbito estadual, as políticas regionais segundo a identificação e a exploração racional de suas potencialidades, destacando-se, segundo Porto (2003), o incentivo ao turismo. Nesse período provocou-se uma divisão territorial, quando em 1992 foram criados 6 novos municípios: Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Cutias, Pracuúba, Porto Grande e Itaubal do Piririn. E, em 1994, criou-se o município de Vitoria do Jari, chegando-se a atual divisão político-administrativa.

De 1995 a 2002 o Amapá foi governado por João Alberto Capiberibe, eleito por uma frente de partidos de esquerda encabeçada pelo Partido So-

cialista Brasileiro (PSB) e o Partido dos Trabalhadores o que, de certa forma, dificultou o acesso do governo amapaense aos recursos federais, tendo em vista que a presidência do país encontrava-se nas mãos de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Nesse período, o governo estadual direcionou as suas ações tomando como referência as recomendações da Agenda 21, expressas no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), por meio do qual buscou-se a cooperação internacional com a França, que possui fronteiras com o Amapá através da Guiana Francesa, procurando superar as dificuldades impostas pela falta de um maior apoio do governo federal brasileiro.

No governo Capiberibe, a questão ambiental encontrava-se na ordem do dia nos debates sobre o desenvolvimento amapaense, provocando um grande esforço governamental na criação e fortalecimento das estruturas para a gestão ambiental e a proteção das florestas amapaenses. Nesse sentido, ocorreu um direcionamento da ação governamental para a mesorregião sul do Amapá, área tradicional de extrativismo vegetal em que foram criadas as “reservas extrativistas” na forma de Projetos de Assentamento Agroextrativista no rio Maracá (1988), a Reserva Extrativista do rio Cajari (1990) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru (1997), garantindo um espaço de 18.771,00 Km<sup>2</sup> para o uso direto das populações agroextrativistas (Filocreão, 2007).

Nesses espaços ocorreram importantes investimentos para beneficiar os produtos extrativistas, como a castanha do Brasil e o açaí, e também foram direcionados a esses locais os principais investimentos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), negociados na ECO92, como o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE).

O governo PSB-PT foi marcado por conflitos pela partilha do orçamento público. Pois, a falta de recursos para investimentos vindos do governo federal tornava o governo estadual bastante dependente de uma divisão do orçamento que permitisse uma margem de recursos para investir no orçamento do poder executivo. Isso criava um clima permanente de tensão entre os poderes, visto que o legislativo e o judiciário constantemente pressionavam para um percentual maior nas suas cotas orçamentárias, e a base governista era minoria no Legislativo.

O constante clima de disputa entre os poderes pelo orçamento contribuirá para a vitória da oposição, encabeçada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), que elegerá o governador nas eleições de 2002, em disputa decidida no segundo turno com a candidatura encabeçada pelo PT, sem o apoio do seu aliado tradicional, o PSB, que disputou o primeiro turno com candidatura

própria, elegendo como senador o ex-governador Capiberibe – que teve seu mandato cassado no Senado por ação movida pelo Partido Democrático Brasileiro (PMDB), que ocupou a sua vaga de senador.

No período de 2003 a 2010 o Amapá foi governado por Waldez Góes, do PDT, que foi reeleito em primeiro turno em 2006, numa disputa em que o principal concorrente foi o ex-governador Capiberibe, do PSB, que não coligou com outros partidos. O PT lançou candidatura própria coligado com o Partido Liberal (PL) e com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), porém sua votação foi inexpressiva.

O governo pedetista implementou um Programa de Governo denominado, inicialmente, “Desenvolvimento com Justiça Social”, sendo posteriormente aprimorado e denominado Plano de Desenvolvimento Integrado Amapá Produtivo. Segundo Abrantes (2010), esse plano de governo tinha como objetivo selecionar as atividades produtivas capazes de induzir a constituição de Polos de Desenvolvimento, que deveriam receber estímulos e apoios focados, visando alavancar a economia amapaense e fundamentado no conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL). Para isso, foram priorizados os APLs: 1) Madeiras e móveis; 2) Fruticultura e alimentos preparados de origem vegetal; 3) Turismo; 4) Agronegócios, principalmente a agricultura substitutiva de importações: cereais, frutas, hortifrutigranjeiros, mandiocultura; 5) Pecuária de corte; 6) Produção e conservação de pescados; 7) Produtos florestais não madeireiros; 8) Apicultura e 9) Complexo oleiro-cerâmico.

Uma característica política do governo do PDT, diferentemente do governo anterior, foi a de não atritar com os outros poderes durante a distribuição do orçamento estadual, ficando a sua gestão conhecida como “o governo da harmonia”. Este fato contribuiu para que os investimentos impactantes para o desenvolvimento amapaense fossem financiados com recursos federais, pois o aumento na fatia repassada aos outros poderes reduziu a capacidade de investimento do governo estadual.

Outra característica nessa gestão foi a preocupação em apagar as marcas do governo anterior, enfraquecendo importantes atividades que caracterizaram o PDSA, como a gestão ambiental pública – em que houve o sucateamento do Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do estado do Amapá (IEPA), responsável pelo Programa de Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) –, e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), o que criará condições para facilitar a instalação de empreendimentos de alto impacto ambiental, permitindo assim o fenômeno que Abrantes (2010, p. 92) denomina de “retorno do *boom* da mineração”. Esse governo findará com a prisão, durante o período eleitoral de 2010, do ex-governador Waldez Góes, candidato do vice-gover-

nador ao Senado Federal no exercício do governo, e de vários secretários de estado suspeitos de corrupção.

Na eleição de 2010, o PSB volta a coligar com o PT e ambos lançam a candidatura de Camilo Capiberibe, tendo como vice Dora Nascimento, do PT. Vencem a eleição no segundo turno, contra uma candidatura do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nessa eleição, o Partido Socialismo e Liberdade elege um senador e o ex-governador Capiberibe é novamente eleito ao Senado.

Em síntese, de 1991 a 2010 os principais investimentos públicos federais e estaduais capazes de provocar grandes impactos no desenvolvimento econômico amapaense, dinamizando a geração de empregos, ocupações e rendas foram: a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana e a implementação das atividades produtivas no âmbito do PDSA (anos 1990), e não projeto de pavimentação da BR-156 e a tentativa de superação dos gargalos provocados pela infraestrutura estadual de energia elétrica (através do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC associado aos programas de benefícios sociais e combate à pobreza do governo federal).

## DEMOGRAFIA

No período de 1991 a 2010 a população amapaense apresentou uma alta taxa de crescimento demográfico em relação à média nacional, atingindo, na década de 1990, a taxa decenal de 77,28%, três vezes maior do que o crescimento ocorrido na região Norte (25,7%) e cinco vezes maior que a taxa nacional (15,43%). Esse crescimento, proporcionalmente acentuado em relação ao regional e ao nacional, perdura desde a transformação do Amapá em Território Federal, o que tornou o espaço geográfico amapaense em um dos principais polos brasileiros de atração de migrantes.

A Tabela 1 apresenta o comportamento desse crescimento ao longo dos decênios. Na década de 1940, com a instalação do Território Federal do Amapá, a criação da infraestrutura para o funcionamento do governo foi o fator determinante para desencadear esse fenômeno demográfico, atraindo trabalhadores dos municípios paraenses. Enquanto Território Federal, de 1943 a 1988, a maior taxa de crescimento alcançada ocorreu na década de 1950, atingindo nominalmente 89,05%, o que significou duas vezes o crescimento da região Norte e 2,4 vezes o do país. Essa taxa foi impulsionada pela construção da infraestrutura para a extração de manganês da Serra de Navio, que demandou muitos trabalhadores de outros estados, além do Pará. A descoberta de novos garimpos no Calçoene, Oiapoque, Amapari, Tartarugalzinho e Vila Nova, e as obras governamentais, também contribuíram para essa taxa.

Nas décadas seguintes, de 1960 a 1990, as taxas decenais de crescimento foram se estabilizando aos valores médios, um pouco superiores aos

da região Norte, mas que representavam em seu conjunto o dobro do crescimento nacional. Alguns garimpos reduziram sua produção, a demanda de trabalhadores para a exploração de manganês ficou estabilizada. Os vetores importantes da atração continuaram na atividade de exploração do manganês e na reativação das obras de construção da hidroelétrica do Paredão, e as atividades de abertura de rodovias, como a Perimetral Norte e a BR-156.

Com a transformação do Amapá em estado, em 1988, as taxas decenais de crescimento voltaram a crescer em relação à região e ao país, impulsionadas pelos investimentos na construção civil para obras públicas, criação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana, pavimentação da BR-156, abertura da rodovia ligando Macapá a Laranjal do Jari, e as novas atividades de mineração, como a exploração da cromita do Vila Nova e os empregos públicos gerados pelo aumento das instâncias burocráticas e a criação de novos municípios. Na década de 1990, o crescimento demográfico atingiu o seu ápice, indicando uma tendência de queda acompanhando o movimento regional e nacional, porém em patamares ainda elevados.

Segundo Castro (2012), essa diminuição na expansão explosiva da população do Amapá nos anos mais recentes parece ter dois ingredientes principais: um interno, vinculado ao encerramento da exploração do manganês da Serra do Navio (ocorrido em 1997, cujos efeitos começaram a ser sentidos na década seguinte) e outro devido à involução da Área de Livre Comércio de Macapá-Santana (que foi atingida pelo prosseguimento da abertura do país ao comércio externo, o aumento no valor do dólar, os efeitos das crises econômicas e financeiras de 1998 e 2008 e às restrições aos volumes de compra pelo comércio e pelos consumidores finais). O autor considera provável, ainda,

**Tabela 1**

**Amapá – Crescimento demográfico**  
1941-2010

Década	Taxa de crescimento		
	Brasil	Norte	Amapá
1941-1950	25,97	25,87	56,81
1950-1960	36,67	43,95	89,05
1960-1970	33,13	42,95	69,08
1970-1980	28,19	61,57	50,46
1980-1990	21,27	51,57	52,67
1990-2000	15,43	25,7	77,28
2000-2010	12,48	23,04	40,35

Fonte: Drummond e Pereira(2007); IBGE(2012).

que a melhoria das condições de vida nos locais de origem dos migrantes que tinham como destino o Amapá, atualmente contribui para os reter.

A explosão demográfica ocorrida no Amapá também tem uma forte dimensão urbana, com taxas superiores as médias regional e nacional, conforme mostra a Tabela 2. As taxas crescentes de urbanização, se de um lado representam uma forte e crescente demanda sobre os equipamentos sociais existentes nas áreas urbanas dos municípios, por outro lado, em tese, facilitariam o seu atendimento devido à concentração populacional, reduzindo os seus custos. Isso certamente tem atenuado o impacto negativo da explosão demográfica e da incapacidade de enfrentamento, característico de um estado pequeno, que se encontra numa região periférica do desenvolvimento brasileiro.

A Tabela 2 também indica que no interior do espaço geográfico amapaense a taxa de urbanização é maior na mesorregião Sul, de maior concentração populacional, com quase 92% da população residente assentada na região metropolitana de Macapá e Santana. Nesses dois municípios há, de acordo com os dados censitários de 2010 do IBGE, 80% de toda a população urbana do estado do Amapá.

**Tabela 2**

**Brasil, regiões e Amapá – Evolução da urbanização (em %)**  
1991-2010

Especificação	Taxa de urbanização		
	1991	2000	2010
Brasil	76	81	84
Norte	59	70	72
Amapá	81	89	90
Mesoregião Norte	57	65	68
Mesoregião Sul	83	91	92

Fonte: IBGE, 2012.

Quanto aos indicadores relacionados à origem da população, no período de 1991 a 2010, houve um aumento no contingente originário de outras regiões do país. Em 1991, a população migrante de outros estados representava 25,8% do total, sendo que a maioria desse contingente migratório (79,6%) era oriunda da região Norte (quase totalmente vinda do vizinho estado do Pará: 98,4%). Em 2000, o percentual de migrantes aumentou para 32,5%, chegando em 2010 a 31,5% (mantendo-se praticamente inalterada a origem principal da região Norte, 75,6%, com 98,1% do estado paraense, conforme se observa na Tabela 3). Esse movimento migratório vindo geralmente de mu-

**Tabela 3**Regiões e estados – Evolução da origem da população  
1941-2010

População	1991	2000	2010	1991	2000	2010
	Absoluta	Absoluta	Absoluta	Relativa	Relativa	Relativa
População Total	289.039	477.032	669.526	100	100	100
População Nativa	214.406	322.211	458.920	74,2	67,5	68,5
População Migrante	74.633	154.821	210.606	25,8	32,5	31,5
<b>Norte</b>	59.387	117.504	159.224	79,6	75,9	75,6
Pará	58.445	115.286	156.087	98,4	98,1	98,0
<b>Nordeste</b>	11.747	30.857	38.854	15,7	19,9	18,4
Maranhão	5.373	19.361	24.852	45,7	62,7	64,0
<b>Sudeste</b>	1.346	2.547	4.553	1,8	1,6	2,2
São Paulo	382	830	1.545	28,4	32,6	33,9
<b>Sul</b>	711	1.099	1.684	1,0	0,7	0,8
Paraná	318	723	972	44,7	65,8	57,7
<b>Centro-Oeste</b>	862	1.974	3.242	1,2	1,3	1,5
Goiás	508	1.204	1.532	58,9	61,0	47,3

Fonte: Censo IBGE.

nicípios paraenses das ilhas e proximidades da capital amapaense ocorreu por busca de oportunidade de emprego, escolas e atendimento médico, devido à precariedade dos serviços oferecidos nos municípios de origem.

A Tabela 3 mostra o Nordeste como a segunda região brasileira da origem migratória da população do Amapá, variando entre 1991 e 2010 nos percentuais de 15,7% em 1991; 19,9% em 2000 e 18,4 % em 2010. O principal responsável pelo fluxo de migrantes foi o Maranhão, com valores de 45,7% em 1991, chegando a 64% em 2010. Essa migração também acontece pela busca de oportunidade de trabalho, acesso à saúde e educação. Os percentuais de migrantes das outras regiões brasileiras apresentam valores pouco significativos, tendo como principais estados São Paulo, Paraná e Goiás. Geralmente, esses migrantes são a mão de obra especializada, que sai na busca de emprego ou já é contratada.

Quanto à composição étnica, verifica-se na Tabela 4 que a população que se declara de cor parda no Amapá apresentou uma queda significativa ao longo dos censos, sendo que em 1991 foram 73,11%, caindo para 65,72% em 2000 e chegando a 65,68% em 2010, variação e valores próximos da região Norte e significativamente superiores aos valores nacionais, que foram de 42,45% (1991) a 38,45% (2000), chegando a 43,42% em 2010. Por outro lado, a população que se declara branca representa um pouco mais de 20% da população, passando de 21,62% em 1991 a 26,59% em 2000, caindo para

23,77% em 2010, mantendo valores aproximados aos da região Norte, o que representa valores menores que a metade dos percentuais nacionais.

Os valores percentuais dos que se declaram de cor preta cresceram de 4,09% em 1991 para 5,35% em 2000, chegando a 8,39% em 2010, acompanhando o crescimento regional e nacional em valores aproximados. Os indígenas mantiveram-se nos percentuais um pouco acima de 1%, superiores aos do país e um pouco menores que os da região Norte. A população que se declara amarela cresceu significativamente, de 0,06% em 1991 para 1,05% em 2010, acompanhando em valores aproximados os percentuais regional e nacional.

**Tabela 4**

**Brasil, Norte e Amapá – Composição étnica**  
1941-2010

<b>Cor/raça</b>	<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Amapá</b>
Branca	1991	51,56	22,73	21,62
	2000	53,74	28,01	26,59
	2010	47,51	23,24	23,77
Preta	1991	5,00	3,28	4,09
	2000	6,21	4,97	5,35
	2010	7,52	6,51	8,39
Amarela	1991	0,43	0,14	0,06
	2000	0,45	0,23	0,17
	2010	1,10	1,11	1,05
Parda	1991	42,45	72,11	73,11
	2000	38,45	63,97	65,72
	2010	43,42	67,19	65,68
Indígena	1991	0,20	1,24	1,12
	2000	0,43	1,65	1,04
	2010	0,43	1,92	1,10
Sem declaração	1991	0,36	0,50	0,00
	2000	0,71	1,17	1,12
	2010	0,02	0,02	0,00

Fonte: IBGE (Censo 1991,2000,2010).

O *boom* demográfico ocorrido no Amapá entre 1991 e 2010 não pode ser creditado apenas aos processos migratórios que vêm ocorrendo desde a criação do Território Federal do Amapá. A Tabela 5 mostra que alguns indicadores populacionais de crescimento verificados nos últimos 3 censos apresentam-se com maiores impulsos positivos no Amapá que a média nacional. Tanto o percentual de mulheres que tiveram filhos na faixa de 10 a 14 anos,

quanto na faixa de 15 a 17 foram significativamente superiores aos índices do país. As taxas de mortalidade infantil foram menores que as nacionais, enquanto as taxas de fecundidade, superiores. Da mesma forma, as probabilidades de sobrevivência aos 40 e 60 anos no Amapá no geral se mostram ligeiramente superiores às do país. Essas variáveis também contribuem para o maior crescimento demográfico do Amapá em relação ao país.

**Tabela 5**

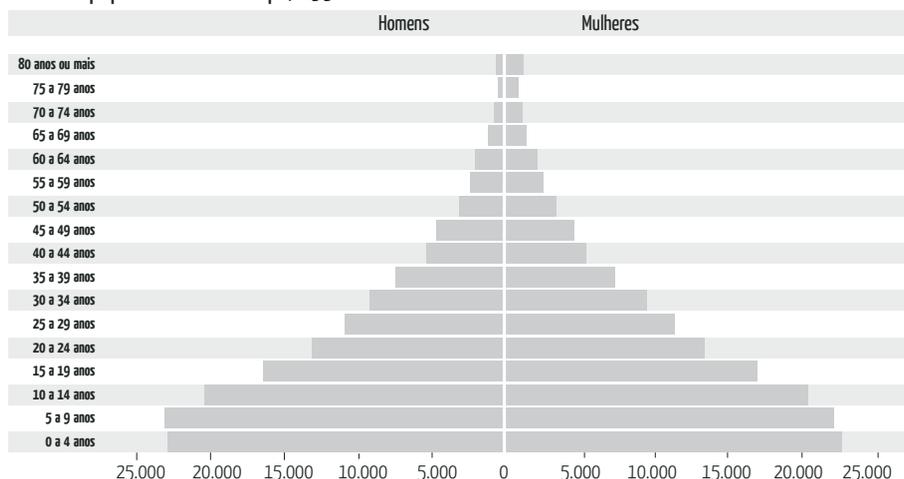
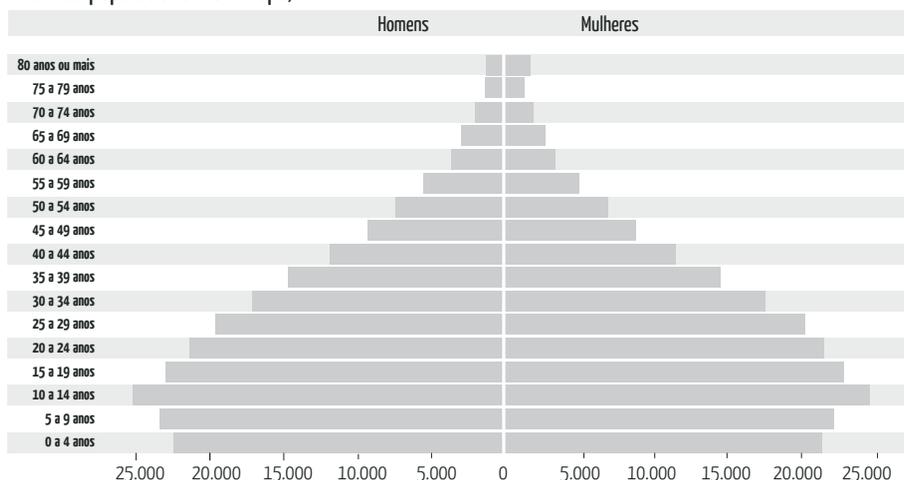
**Brasil e Amapá – Dados de evolução demográfica**  
1941-2010

Variáveis	Ano	Brasil	Amapá	AP/Brasil
0% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos	1991	0,23	0,42	1,83
	2000	0,43	0,72	1,67
	2010	0,44	0,75	1,70
0% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos	1991	6,00	12,98	2,16
	2000	8,49	11,67	1,37
	2010	6,94	10,58	1,52
Mortalidade infantil	1991	44,68	43,72	0,98
	2000	30,57	31,62	1,03
	2010	16,70	15,14	0,91
Mortalidade de até 5 anos de idade	1991	55,74	54,31	0,97
	2000	36,98	36,35	0,98
	2010	18,83	16,16	0,86
Taxa de fecundidade total	1991	2,88	4,72	1,64
	2000	2,37	3,63	1,53
	2010	1,89	2,48	1,31
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	1991	86,90	86,60	1,00
	2000	90,43	90,18	1,00
	2010	94,37	96,47	1,02
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	1991	70,93	72,03	1,02
	2000	77,63	76,81	0,99
	2010	84,05	88,14	1,05

Fonte: Atlas Brasil 2013-PNUD.

Os dados do IBGE de 2013 para as projeções demográficas mostram que a Taxa Líquida de Migração, ou seja, a que ocorre entre os estados, apresenta para o Amapá uma tendência de queda, pois em 2000 foi calculada em 11,01%, chegando em 2010 a 4,35%, com projeções para 2030 de 3,43%. O que continua sendo um valor significativamente elevado em relação aos outros estados da região Norte e de outras regiões do país.

Nos gráficos 1, 2, 3 e 4 observa-se, por meio do painel da evolução da pirâmide populacional ocorrida entre 1991 e 2010, que houve uma melhoria na longevidade da população amapaense, embora quando em 2010 as pirâmides populacionais do Amapá são comparadas com as do Brasil, percebe-se graficamente que os resultados alcançados, apesar de manifestarem-se no mesmo

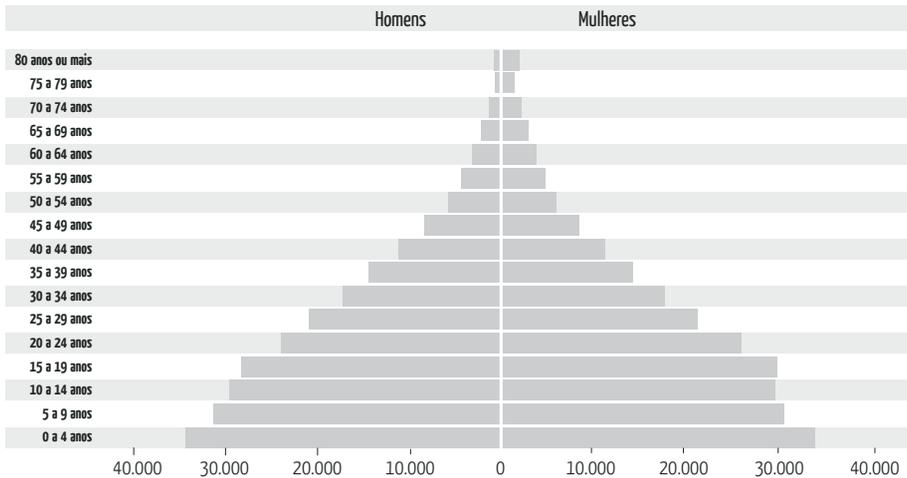
**Gráfico 1****Pirâmide populacional no Amapá, 1991****Gráfico 2****Pirâmide populacional no Amapá, 2010**

Fonte: PNUD, 2013. IBGE, 2013.

padrão, apresentam-se com ganhos inferiores aos do país. Para Castro (2012) está patente a evidência da transição demográfica por que passa a população brasileira, em que a pirâmide etária vai perdendo a forma triangular, assumindo uma conformação de barrica, expandida no meio, estreitando-se na base e tornando-se mais larga no ápice.

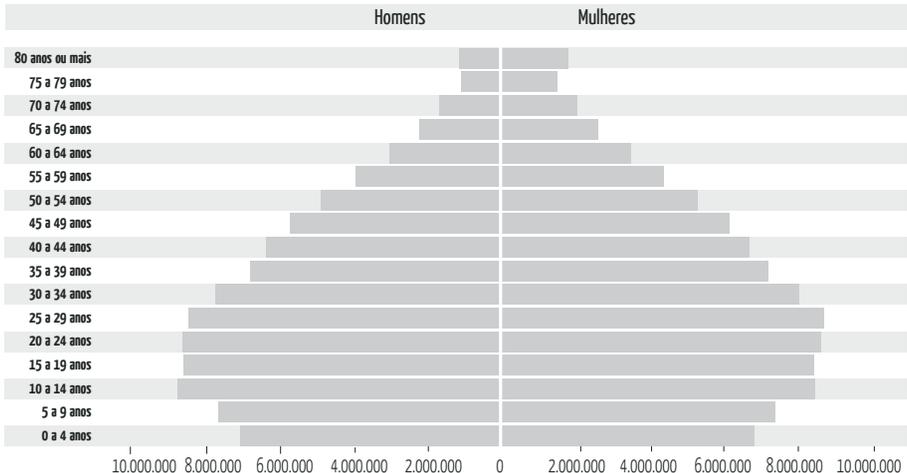
### Gráfico 3

#### Pirâmide populacional no Brasil 1991



### Gráfico 4

#### Pirâmide populacional no Brasil, 2010



Fonte: PNUD, 2013. IBGE, 2013.

A pirâmide populacional do Amapá, em 2010, indica ainda um percentual significativamente elevado da população mais jovem em relação ao Brasil. Isso pode ser verificado numericamente na Tabela 6, que mostra a evolução da distribuição etária da população de 1991 a 2010, onde também se nota a ocorrência de uma redução significativa no percentual dos extratos mais jovens da população amapaense. Esses dados se refletem na Tabela 7, que compara a evolução das Taxas de Envelhecimento do Amapá e do Brasil, em que se verifica que de 1991 a 2010 a taxa de envelhecimento nacional tem aumentado substancialmente e mantém-se o dobro da amapaense. Isso indica a necessidade de investimentos proporcionalmente maiores em políticas públicas para atender a juventude amapaense – comparada às necessidades nacionais, em que a demanda por cuidados com os idosos cresce mais rapidamente.

**Tabela 6**

**Brasil e Amapá – Dados de evolução demográfica  
1941-2010**

Faixa etária	1991				2010			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 a 4 anos	22.925	15,8	22.522	15,6	35.654	10,6	34.319	10,3
5 a 9 anos	23.132	15,9	22.133	15,4 3	7.067	11,1	35.589	10,6
10 a 14 anos	20.637	14,2	20.349	14,1	39.930	11,9	39.301	11,8
15 a 19 anos	16.434	11,3	16.701	11,6	36.543	10,9 3	6.731	11,0
20 a 24 anos	13.198	9,1	13.359	9,3	34.046	10,2	34.503	10,3
25 a 29 anos	10.954	7,5	11.206	7,8	31.171	9,3	32.630	9,8
30 a 34 anos	9.334	6,4	9.337	6,5	27.068	8,1	28.224	8,4
35 a 39 anos	7.364	5,1	7.205	5,0	23.214	6,9	23.540	7,0
40 a 44 anos	5.305	3,7	5.231	3,6	18.839	5,6	18.439	5,5
45 a 49 anos	4.687	3,2	4.485	3,1	14.774	4,4	14.185	4,2
50 a 54 anos	3.245	2,2	3.253	2,3	11.706	3,5	11.145	3,3
55 a 59 anos	2.425	1,7	2.427	1,7	8.462	2,5	8.170	2,4
60 a 64 anos	2.106	1,5	1.929	1,3	5.694	1,7	5.495	1,6
65 a 69 anos	1.215	0,8	1.207	0,8	4.382	1,3	4.450	1,3
70 a 74 anos	985	0,7	937	0,7	2.921	0,9	3.057	0,9
75 a 79 anos	552	0,4	658	0,5	1.851	0,6	2.079	0,6
80 anos ou mais	612	0,4	989	0,7	1.813	0,5	2.534	0,8
<b>Total</b>	<b>145.110</b>	<b>50,2</b>	<b>143.928</b>	<b>49,8</b>	<b>335.135</b>	<b>50,1 3</b>	<b>34.391</b>	<b>49,9</b>

Fonte: Censo Demográfico (IBGE 1991, 2010).

**Tabela 7****Brasil e Amapá – Evolução das taxas de envelhecimento**

Variável	Ano	Brasil	Amapá	AP/Brasil
Taxa de envelhecimento	1991	4,83	2,59	1,9
	2000	5,83	2,69	2,2
	2010	7,36	3,44	2,1

Fonte: Atlas Brasil 2013-PNUD.

Nas projeções do IBGE (2013) para o ano de 2030, a população brasileira estará com um Índice de Envelhecimento – relação entre os iguais ou maiores de 65 anos e os de 0 a 14 anos – em 76,39%, enquanto a população amapaense terá 29,34%, o que reforça a forte demanda futura por políticas públicas para a juventude. Percebe-se, na Tabela de Faixas Etárias e nas pirâmides populacionais, que a sobrevivência das mulheres em idades mais avançadas é maior que as dos homens, informação que também deve ser considerada.

Quanto aos aspectos de vulnerabilidade, a Tabela 8 apresenta a variação de algumas variáveis que são utilizadas pelo PNUD nas suas avaliações, retra-

**Tabela 8****Brasil e Amapá – Indicadores de vulnerabilidade**

Variável	Ano	Brasil	Amapá	AP/Brasil
0% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	1991	12,8	21,9	81,7
	2000	14,66	25,6	3 1,7
	2010	17,23	27,37	1,6
0% de crianças extremamente pobres	1991	26,97	19,3	0,7
	2000	20,19	23,77	1,2
	2010	11,47	14,45	1,3
0% de crianças em domicílio em que ninguém tem fundamental completo	1991	-	-	-
	2000	49,86 4	3,16	0,9
	2010	30,39	24,29	0,8
0% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	1991	-	-	-
	2000	48,59	54,27	1,1
	2010	19,9	33,26	1,7
0% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	1991	24,48	26,75	1,1
	2000	6,89	9,02	1,3
	2010	3,31	4,66	1,4
0% de pessoas em domicílio vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	1991	3,38	2,46	0,7
	2000	3,41	2,49	0,7
	2010	2,42	2,49	1,0

Fonte: Atlas Brasil 2013-PNUD.

Tabela 9

## Amapá – Projeção demográfica, 2030

Faixa etária	Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%
0 - 4 anos	36.708	7,4	35.405	7,2
5 - 9 anos	36.809	7,5	36.423	7,4
10 - 14 anos	38.344	7,8	38.618	7,9
15 - 19 anos	41.452	8,4	41.713	8,5
20 - 24 anos	45.246	9,2	45.462	9,3
25 - 29 anos	47.656	9,7	47.673	9,7
30 - 34 anos	43.803	8,9	43.411	8,9
35 - 39 anos	39.002	7,9	37.738	7,7
40 - 44 anos	34.223	6,9	33.514	6,8
45 - 49 anos	31.649	6,4	31.731	6,5
50 - 54 anos	26.392	5,3	26.380	5,4
55 - 59 anos	22.887	4,6	21.750	4,4
60 - 64 anos	17.541	3,6	16.552	3,4
65 - 69 anos	13.120	2,7	12.342	2,5
70 - 74 anos	8.921	1,8	8.869	1,8
75 - 79 anos	5.278	1,1	5.805	1,2
80 - 84 anos	2.649	0,5	3.235	0,7
85 - 89 anos	1.314	0,3	1.749	0,4
90 ou mais	713	0,1	1.227	0,3
<b>Total</b>	<b>493.707</b>	<b>100,0</b>	<b>489.597</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE (2013).

tando a evolução desses números no Brasil e no Amapá. Em síntese, os dados indicam que na maioria das variáveis ocorreu uma redução dos seus valores entre 1991 e 2010 tanto no Amapá quanto no Brasil, embora no geral a situação do Amapá apresente-se um pouco pior que a média nacional. Os dados, de forma geral, indicam a necessidade de melhorar a atenção das políticas públicas para a população mais jovem.

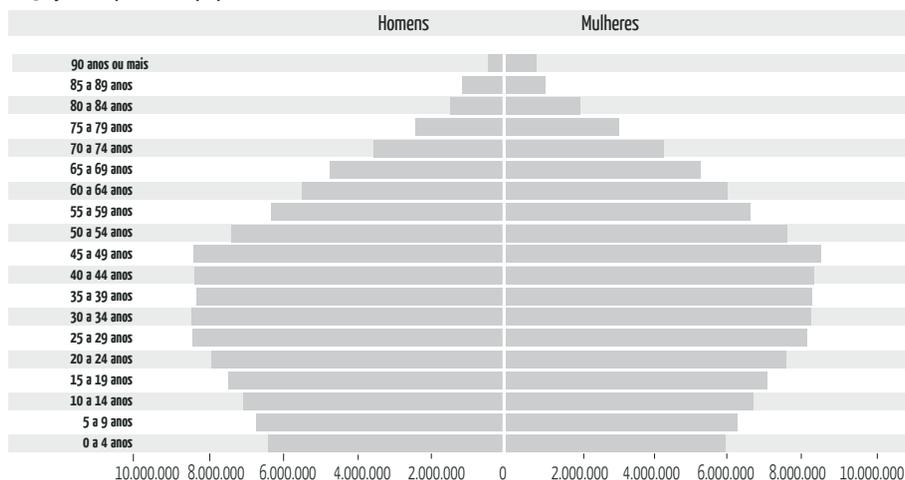
Em síntese, as projeções de crescimento demográfico por faixa etária para o ano de 2030 expressas na Tabela 9 também reforçam a necessidade de investimentos maciços em políticas públicas para os extratos mais jovens da população amapaense nas próximas décadas, principalmente no que diz respeito a melhorias de infraestrutura de educação básica e superior, geração de emprego e renda e infraestrutura de esporte e lazer.

Os gráficos 5 e 6 mostram a pirâmide populacional do Amapá em relação ao Brasil nas projeções demográficas do IBGE (2013). Reforça a gran-

de diferença nas demandas previstas em relação à atenção a jovens e idosos nas prioridades das políticas públicas. Enquanto no país deve-se reforçar os cuidados com os mais velhos, no Amapá a prioridade maior diz respeito aos cuidados com os extratos mais jovens da população, embora exista um envelhecimento em curso da população amapaense.

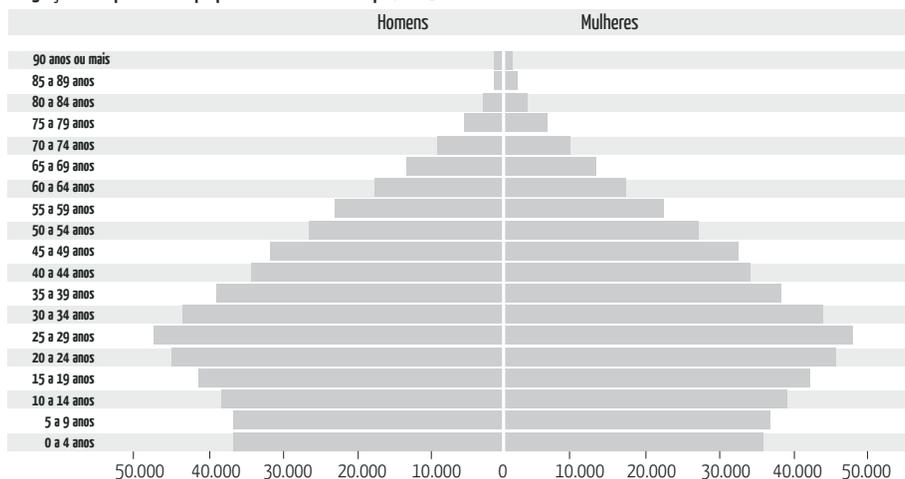
### Gráfico 5

#### Projeção da pirâmide populacional no Brasil, 2030



### Gráfico 6

#### Projeção da pirâmide populacional no Amapá, 2030



Fonte: PNUD, 2013; IBGE, 2013.

## SITUAÇÃO SOCIAL

Quanto a uma análise preliminar do desenvolvimento do Amapá utilizando a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), elaborado pelo Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em que são avaliados as dimensões de renda, longevidade e educação para os anos de 1991, 2000 e 2010, sintetizado na Tabela 10, cujo valores e seus significados estão expressos no Quadro 1, podemos tirar algumas conclusões quanto ao desempenho do Amapá no período. Sob o ponto de vista global, o estado oscilou entre a décima primeira posição em 1991, caindo para a décima terceira em 2000 e subindo para a décima segunda em 2010 no *ranking* nacional (nesses 20 anos de IDH-M). É o estado da região Norte com melhor colocação, seguido de Roraima.

Em 1991, o Amapá era considerado um estado de pouquíssimo desenvolvimento, com o IDH-M em 0,472; em 2000 continuou na mesma situação, com IDH-M de 0,577, porém em 2010 conseguiu saltar a uma condição de alto desenvolvimento, com um IDH-M de 0,708 (Quadro 1).

Quanto à situação dos municípios amapaenses, a Tabela 10 mostra que apenas o município de Macapá, que abriga a capital do estado, atingia a faixa de baixo desenvolvimento humano em 1991, com IDH-M de 0,525. Os demais municípios encontravam-se na situação de baixíssimo desenvolvimento. No *ranking* dos municípios brasileiros, Macapá ocupava a posição 453<sup>a</sup>. No IDH-M de 2000, o quadro municipal melhorou significativamente: o município de Macapá atingiu a faixa intermediária de desenvolvimento, enquanto os

**Quadro 1****Faixas de desenvolvimento humano do IDH-M**

Muito alto	0,800 - 1,000
Alto	0,700 - 0,799
Médio	0,600 - 0,699
Baixo	0,500 - 0,599
Muito baixo	0,000 - 0,499

Fonte: PNUD, 2013.

40

municípios de Oiapoque, Ferreira Gomes, Porto Grande, Santana e Serra do Navio mudaram para a situação de baixo desenvolvimento humano, permanecendo na situação de muito baixo 62,5% dos municípios amapaenses.

Em 2010, o quadro do desenvolvimento municipal traz modificações significativas para os municípios amapaenses, dois municípios atingem a faixa

**Tabela 10****Amapá – Situação dos municípios quanto ao IDH-M**

Regiões	1991		2000		2010		2000-1991	2010-2000	1991-2010
	IDH	Posição nacional	IDH	Posição nacional	IDH	Posição nacional			
Amapá	0.472	11	0.577	13	0.708	12	-2	1	-1
<b>Mesoregião Norte do Amapá</b>									
Calçoene	0.342	3.390	0.488	3.381	0.643	3.234	9	147	156
Oiapoque	0.388	2.688	0.537	2.719	0.658	2.946	-31	-227	-258
Amapá	0.391	2.640	0.498	3.246	0.642	3.254	-606	-8	-614
Pracuúba	0.203	5.377	0.440	4.099	0.614	3.820	1.278	279	1.557
Tartarugalzinho	0.311	3.946	0.450	3.930	0.592	4.331	16	-401	-385
<b>Mesoregião Sul do Amapá</b>									
Cutias	0.161	5.512	0.444	4.029	0.628	3.519	1483	510	1.993
Ferreira Gomes	0.320	3.788	0.537	2.719	0.656	2.986	1069	-267	802
Itaubal	0.268	4.717	0.415	4.536	0.576	4.718	181	-182	-1
Macapá	0.525	453	0.622	1.138	0.733	940	-685	198	-487
Pedra Branca do Amapari	0.235	5.158	0.442	4.064	0.626	3.561	1094	503	1.597
Porto Grande	0.407	2.360	0.520	2.963	0.640	3.291	-603	-328	-931
Santana	0.426	2.037	0.562	2.298	0.692	2.134	-261	164	-97
Serra do Navio	0.416	2.192	0.569	2.180	0.709	1.638	12	542	554
Laranjal do Jari	0.349	3.286	0.481	3.481	0.665	2.776	-195	705	510
Mazagão	0.319	3.808	0.434	4.199	0.592	4.331	-391	-132	-523
Vitória do Jari	0.336	3.497	0.459	3.794	0.619	3.721	-297	73	-224

Fonte: PNUD (2013).

de alto desenvolvimento, Macapá e Serra do Navio, 11 mudam para a faixa de desenvolvimento intermediário e apenas três municípios permanecem na situação de muito baixo desenvolvimento humano, ou seja, 18,75% dos municípios amapaenses. A Tabela 10 também mostra, a partir de uma análise preliminar da evolução das colocações dos municípios no *ranking* nacional, que existem poucas modificações significativas das posições quanto ao longo dos períodos, o que indica que os fatores que levaram à melhoria são de natureza externa, como as políticas sociais do governo federal e as melhorias gerais na economia brasileira.

É importante ressaltar que no Amapá os investimentos na área social e urbana de 2007 a 2010, segundo os dados do BRASIL (2010), atingiram R\$ 440 milhões em obras de saneamento, habitação, energia (Luz para Todos), Bolsa Família, Territórios da Cidadania e Programa Nacional da Agricultura Familiar. Esses investimentos do governo federal foram importantes para melhorar a vida da população amapaense, porém ainda há uma demanda reprimida muito grande.

Quanto ao combate e redução da pobreza, que é um compromisso assumido na Cúpula do Milênio pelos países, a Tabela 11 indica que de 1991 a 2010 tanto no Brasil quanto no Amapá ocorreu um esforço de redução, mostrando que o Amapá em todas as situações apresenta um desempenho um pouco maior que metade dos resultados alcançados no Brasil. Observando-se que ainda há uma taxa elevada de extremamente pobres no Amapá (9,93%) e no Brasil (6,62%), em 2010 o contingente de pobres foi reduzido para 15,2% no Brasil, enquanto no Amapá reduziu-se para 24,07%. Quanto aos vulneráveis à pobreza, houve uma redução para 32,56%; no Amapá a taxa de vulneráveis ficou em 45,22%. Ou seja, ainda existe muito a fazer em termos de políticas públicas para avançar nos compromissos assumidos pelo governo brasileiro no combate à pobreza amapaense

Um dos maiores problemas enfrentados pelos países emergentes nas suas trajetórias do desenvolvimento diz respeito à reprodução e manutenção das desigualdades. A Tabela 12 indica que, apesar de ser um problema de difícil solução, no período de 1991 a 2010 houve uma queda na relação entre os 20% mais ricos sobre os 20% mais pobres da população brasileira, pois em 1991 os 20% mais ricos eram 35 vezes mais ricos que os 20% mais pobres, chegando em 2010 com uma queda nessa relação para 26,3 vezes. Na situação do Amapá, observa-se uma tendência de aumentar a desigualdade, pois os valores da relação em 2010 são superiores aos de 1991. Ou seja, o padrão de desenvolvimento amapaense está sendo desenhado em um perfil gerador de desigualdades maior que o nacional.

A Tabela 13 ilustra algumas mudanças importantes na melhoria da qualidade de vida, tendo como referências o acesso aos serviços básicos que o cidadão precisa para apresentar uma condição de vida dentro dos padrões mínimos necessários à saúde e bem-estar social. Observa-se que os avanços ocorridos no Amapá nesses indicadores foram superiores aos nacionais, isso pode ser explicado levando-se em conta que esta região encontrava-se bastante defasada no acesso a esses serviços em 1991. Observa-se também que, apesar dos avanços, ainda existe uma lacuna significativa a ser atendida na prestação desses benefícios aos cidadãos, pois em 2010 ainda existiam no Amapá uma população morando em domicílios sem água encanada (8,6%);

**Tabela 11**

**Brasil e Amapá – Resultados do combate a pobreza (%)**  
1991, 2000 e 2010

Indicadores	Ano	Pobreza		Redução	
		Brasil	Amapá	Brasil	Amapá
% de extremamente pobres	1991	18,64	15,11		
	2000	12,48	17,4		
	2010	6,62	9,93	-64,48	-34,28
% de pobres	1991	38,16	36,43		
	2000	27,9	38,13		
	2010	15,2	24,07	-60,17	-33,93
% vulneráveis à pobreza	1991	58,53	60,38		
	2000	48,39	59,32		
	2010	32,56	45,22	-44,37	-25,11

Fonte: PNUD (Atlas do IDH 2013).

**Tabela 12**

**Brasil e Amapá – Redução da desigualdade (%)**  
1991, 2000 e 2010

Indicadores	Ano	Riqueza		Mais ricos/mais pobres	
		Brasil	Amapá	Brasil	Amapá
20% mais pobres	1991	1,92	2,68	35,0	23,2
	2000	1,84	1,97	36,7	33,6
	2010	241	216	263	296
20% mais ricos	1991	67,21	62,30		
	2000	67,56	66,21		
	2010	63,40	63,96		

Fonte: PNUD (Atlas do IDH 2013).

**Tabela 13**

**Brasil e Amapá – Evolução dos domicílios quanto ao acesso a serviços públicos**  
1991, 2000 e 2010

Indicadores	Ano	Regiões		Evolução 1991-2010	
		Brasil	Amapá	Brasil	Amapá
% da população em domicílios com água encanada	1991	71,31	56,97		
	2000	81,79	60,91		
	2010	92,72	91,44	30,0	60,5
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	1991	66,97	46,59		
	2000	76,72	46,54		
	2010	87,16	66,38	30 ,1	42,5
% da população em domicílios com coleta de lixo	1991	77,93	69,11		
	2000	91,12	78,85		
	2010	97,02	96,38	24,5	39,5
% da população em domicílios com energia elétrica	1991	84,84	84,64		
	2000	93,46	95,1		
	2010	98,58	98,27	16,2	16,1

Fonte: PNUD (Atlas do IDH 2013).

sem banheiro e água encanada (45,7%); sem coleta de lixo (3,7%) e de moradias sem energia elétrica (1,8%).

Quanto aos dados relacionados à violência e segurança pública, a Tabela 14 indica que desde a criação do estado, em 1991, até 2009 ocorreu uma redução no número de vítimas de acidentes de trânsito em relação ao número de habitantes, pois de 27,64 vítimas por 100 mil habitantes em 1991, o Amapá caiu em 2009 para 18,03. Por outro lado, o número de homicídios por 100 mil habitantes cresceu de 17,97 para 30,48 no período de 1991 a 2009. Quanto à taxa de suicídios, os números mostram que ocorreu um aumento generalizado desse indicador no período, tanto no Amapá como no Norte e no Brasil, o que exige um estudo mais aprofundado sobre as causas desse desencanto com a vida na população brasileira.

Quando se analisa esses indicadores sobre o ponto de vista de gênero, percebe-se que os números são significativamente superiores no sexo masculino, tanto no Brasil quanto no Norte e no Amapá. Contudo, percebe-se que no Amapá o crescimento desses indicadores tem sido muito maior para as mulheres do que para os homens (de 2000 a 2009), o que exige uma preocupação diferenciada nas políticas públicas de gênero.

Avaliando a evolução desses indicadores de forma geral entre os anos de 2000 e 2009, quando houve melhorias nos indicadores sociais no Brasil,

verifica-se uma evolução positiva no Amapá, com uma queda no número de vítimas por acidente de trânsito em 10,39%, contrastando com o país e com a região Norte, em que esses números cresceram. Da mesma forma, a Tabela 14 mostra uma queda no número de homicídios por 100 mil habitantes (6,19%) no Amapá, quando no país a queda foi de 1,59% e na região Norte ocorreu um aumento de 81,32%.

**Tabela 14**

**Brasil, Norte e Amapá – Evolução dos indicadores de violência (por 100 mil habitantes)**  
1991, 2000 e 2010

Indicadores de violência	Ano	Brasil	Norte	Amapá	Evolução % - 2000-2009		
					Brasil	Norte	Amapá
Taxa de suicídio	1991	3,52	2,44	3,46			
	2000	3,99	2,89	3,35			
	2009	4,78	3,80	4,15	19,78	31,28	23,71
Taxa de vítimas de acidentes de trânsito	1991	1,60	1,07	3,47			
	2000	1,60	1,29	1,26			
	2009	1,87	1,41	1,60	16,83	9,44	26,80
Taxa de suicídio feminino	1991	5,47	3,75	3,44			
	2000	6,46	4,45	5,43			
	2009	7,79	6,13	6,68	20,69	37,58	23,06
Taxa de suicídio masculino	1991	20,78	20,26	17,97			
	2000	26,70	18,60	32,49			
	2009	26,28	33,73	30,48	-1,59	81,32	-6,19
Taxa de homicídio	1991	3,65	3,10	3,47			
	2000	4,34	3,14	1,68			
	2009	4,30	5,03	3,84	-0,90	60,20	128,23
Taxa de homicídio feminino	1991	38,28	36,78	32,37			
	2000	49,74	33,66	63,06			
	2009	48,99	61,67	56,95	-1,50	83,24	-9,69
Taxa de homicídio masculino	1991	18,90	13,68	27,64			
	2000	17,45	15,68	20,12			
	2009	19,59	18,29	18,03	12,21	16,67	-10,39
Taxa de vítimas femininas de acidentes de trânsito	1991	8,26	6,28	13,87			
	2000	6,60	6,02	3,37			
	2009	7,12	7,30	7,04	7,94	21,32	109,21
Taxa de vítimas masculinas de acidentes de trânsito	1991	29,76	20,78	41,33			
	2000	28,63	25,07	36,75			
	2009	32,48	29,02	28,95	13,45	15,74	-21,22

Fontes: IPEADATA (2013).

## BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

### A SAÚDE NO AMAPÁ

Na avaliação do desenvolvimento amapaense utilizando o IFDM da FIRJAN verifica-se que o que mais pesa negativamente ao se comparar o estado amapaense e seus municípios em relação às demais unidades da federação brasileira são os indicadores de saúde oferecidos ao município amapaense, conforme pode ser visualizado na Tabela 15. Neste quesito, o desempenho dos municípios amapaenses pode ser considerado entre os piores do país, pois o que apresenta melhores resultados é o município de Serra do Navio, onde funcionou a exploração do manganês da ICOMI e foram feitos os investimentos para atender os trabalhadores da empresa. Observa-se que no *ranking* nacional esse município encontra-se na 4.560<sup>o</sup> posição, enquanto os mais populosos, como Macapá, encontram-se em 4.883<sup>o</sup> lugar, e Santana em 4.903<sup>o</sup>, verificando-se ainda que 11 dos 16 municípios amapaenses encontram-se entre a 5.053<sup>o</sup> e a 5.559<sup>o</sup> posição, ou seja, fazem parte, incontestemente, dos municípios com os piores indicadores de saúde do Brasil.

**Tabela 15**

**Amapá – IFDM-Saúde dos municípios**  
2010

<i>Ranking</i> IFDM		<i>Ranking</i> IFDM Ano base 2010	IFDM	Saúde
Nacional	Saúde			
4560 <sup>o</sup>	10	Serra do Navio	0,5165	0,6996
46890	20	Pracuúba	0,5150	0,6868
48830	30	Macapá	0,7194	0,6685
49030	40	Santana	0,5945	0,6664
49900	50	Vitória do Jari	0,4757	0,6582
50530	60	Laranjal do Jari	0,5478	0,6501
50700	70	Amapá	0,5718	0,6489
50740	80	Pedra Branca do Amapari	0,5858	0,6483
52620	90	Calçoene	0,5328	0,6216
52720	100	Oiapoque	0,5688	0,6201
53050	110	Tartarugalzinho	0,4326	0,6158
53220	120	Ferreira Gomes	0,5714	0,6131
53290	130	Porto Grande	0,5466	0,6111
53940	140	Mazagão	0,5134	0,5958
55230 1	50	Cutias	0,4643	0,5385
55590	160	Itaubal	0,4424	0,4722

Fonte: FIRJAN (2013).

Avaliando as informações disponíveis no Ministério da Saúde, pode-se compreender com mais profundidade as dificuldades que o Amapá enfrenta para melhorar os seus serviços de saúde oferecidos à população. Quando analisamos os dados sobre três categorias profissionais fundamentais para a qualidade da saúde básica (médico, enfermeiro e farmacêutico), comparando a evolução desse número por habitantes com a região Norte e o Brasil, conforme explicito na Tabela 16, vemos que a quantidade desses profissionais está abaixo tanto da média nacional quanto da média da região Norte.

**Tabela 16**

**Brasil, Norte e Amapá – Evolução do número de profissionais da saúde (por 1.000 habitantes) 2000-2010**

Região	Médico			Enfermeiro			Farmacêutico		
	2000	2010	Evolução %	2000	2010	Evolução %	2001	2010	Evolução %
Brasil	1,39	1,86	33,81	0,44	1,51	243,18	0,39	0,75	92,31
Norte	0,42	0,90	114,29	0,32	1,19	271,88	0,16	0,43	168,75
Amapá	0,40	0,75	87,50	0,35	0,79	125,71	0,27	0,35	29,63

Fonte: Datasus (2013).

Se analisarmos as informações sobre o ponto de vista da evolução entre os anos de 2000 e 2010, o Amapá tem evoluído de forma significativa, abaixo da média da região Norte, em que o número de médicos em relação aos habitantes aumenta em 114,29%, enquanto no Amapá alcança apenas 87,50%. O quantitativo de enfermeiros por habitante evoluiu nos estados da região Norte em 271,88%, enquanto essa evolução no Amapá foi de apenas 125,71%, abaixo da metade; o número de farmacêuticos por mil habitantes no Amapá evoluiu 29,63%, enquanto na média dos estados nortistas essa evolução foi acima de cinco vezes maior, 168,75%. Esses indicadores da evolução indicam que, se não houver investimentos significativos em recursos humanos, a situação que já é extrema nos municípios tende a se agravar, tendo em vista que esses profissionais estão concentrados em Macapá e Santana, onde também se concentra a insuficiente infraestrutura. Ao avaliar os investimentos na saúde, consideramos dois importantes indicadores, um de investimento — a proporção dos gastos públicos em saúde em relação ao PIB, que de certa forma vai ter repercussão no outro indicador —, outro de resultados: o número de leitos por habitantes (Tabela 17). Vamos perceber que os investimentos em saúde no país evoluíram 21,38% entre 2002 e 2010, tal evolução na região Norte não acompanhou o ocorrido no Brasil, pois alcançou apenas 0,2%, e, no Amapá, a situação piorou, pois houve um retrocesso de 14,07% dos investimentos em relação ao PIB. Quanto ao número de leitos por ha-

bitantes, houve uma redução de 8,05% no país, uma evolução de 9,8% na região Norte e uma evolução bastante tímida, de 0,74% no Amapá (ressalte-se que esses dados são de 1999 a 2009).

**Tabela 17**

Brasil, Norte e Amapá – Evolução de investimentos na saúde  
200-2010

Região	Gasto saúde (% PIB)		Evolução %	Leitos (1.000 hab)		Evolução %
	2000	2010		2000	2010	
Brasil	3,18	3,86	21,38	0,87	0,80	-8,05
Norte	5,02	5,03	0,20	1,02	1,12	9,80
Amapá	6,61	5,68	-14,07	1,35	1,36	0,74

Fonte: Datasus (2013).

Quanto aos problemas de saúde enfrentados pela população, que exigem internação e atendimento observamos nos dados de 2010, organizados na Tabela 18, que 31,8% referem-se a casos de pneumonia seguidos de ocorrências de neoplasias malignas, em 8,71%, acidente vascular cerebral, em 6,5, e com um internação de 5,57% os casos de diabete melitus, seguido de perto por internação por doenças hipertensivas, 5,12%. O percentual desses internamentos comparados com o Brasil e a região Norte são relativamente menores, o que pode significar tratamento em casa. Os internamentos por causas externas são na ordem de 38%, sendo a maioria das causas especificadas resultantes de quedas, (10,9%); acidentes por transporte, na ordem de 8,71%, acima das taxas nacionais e da região Norte e as agressões na ordem de 6,11% das internações, detalhados na Tabela 18.

**Tabela 18**

Brasil, Norte e Amapá – Taxas de internação hospitalar (SUS) por causas selecionadas  
2010

Unidade da federação	Neoplasias malignas	Diabete melitus	Doenças hipertensivas	Doenças isquêmicas coração	Outras doenças cérebro vasculares	Acidente vascular cerebral	Pneumonia
Brasil	22,55	7,78	6,91	11,63	0,82	8,8	39,88
Norte	10,64	6,85	8,35	3,52	0,21	5,67	47,13
Amapá	8,71	5,57	5,12	4,50	0,06	6,56	31,8

Fonte: Datasus (2013).

Quanto às causas de mortalidade registrada pelos órgãos de saúde, a Tabela 20 mostra que a maioria dos óbitos ocorre por causas externas (26,8%),

**Tabela 19****Brasil, Norte e Amapá – Internação hospitalar (SUS) por causas externas**  
2010

Unidade da federação	Quedas	Acidentes de transporte	Intoxicação	Agressões	Lesões autoprovocadas	Outras causas externas
Total	19,07	8,44	0,72	2,43	0,46	17,6
Norte	9,4	8,23	0,71	3,23	0,58	29,73
Amapá	10,99	8,71	0,60	6,11	0,18	11,95

Fonte: Datasus (2013).

enquanto as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por 18,54% desses óbitos; as neoplasias causaram 11,83% das mortes, sendo que as doenças do aparelho respiratório e as afecções foram responsáveis respectivamente por 10,66% e 10,92% dos óbitos. Em relação ao Brasil e à região Norte, os números dos óbitos por afecções durante o período perinatal são significativamente elevados (na realidade o índice amapaense), e as causas externas provocaram óbitos de forma acentuada no Amapá.

**Tabela 20****Brasil, Norte e Amapá – Mortalidade proporcional por grupos e causas**  
2010

Unidade da federação	Doenças infecciosas parasitárias	Neoplasias	Doenças aparelho circulatório	Doenças aparelho respiratório	Afecções período perinatal	Causas externas	Demais causas definidas	Total
Brasil	4,62	16,93	30,87	11,27	2,24	13,55	20,53	100
Norte	6,23	13,37	24,84	9,78	5,22	21,52	19,04	100
Amapá	6,45	11,83	18,54	10,66	0,92	26,80	14,81	100

Fonte: Datasus (2013).

Os dados analisados no geral indicam uma situação de precariedade no sistema de saúde amapaense. Um dos fatores que mais tem contribuído para isso é a dificuldade que os municípios têm para contratar pessoal médico, devido a própria carência do país. A demanda no sistema estadual é ampliada pela pressão dos municípios paraenses vizinhos a Macapá e Santana, que encontram-se em piores condições e buscam esses serviços no Amapá. Por outro lado, as pessoas com melhores rendas têm procurado resolver seus problemas de saúde nas grandes cidades, como Belém e São Paulo, pois a própria rede de atendimento privado é considerada precária na prestação de serviços aos que podem pagar.

## A EDUCAÇÃO NO AMAPÁ

A Tabela 21 mostra os avanços ocorridos no combate ao analfabetismo no Brasil e no Amapá, em que se verifica que de 1991 a 2010 houve uma grande redução do analfabetismo no país, nas três faixas etárias analisadas, cujos valores percentuais dessa redução oscilaram de 49,67% na faixa etária de 18 anos ou mais a 80,75% na faixa etária de 15 a 17 anos. No Amapá essa redução foi um pouco menor que a média nacional, cujas reduções oscilaram de 56,36% a 74,80%. Apesar dos resultados positivos no combate ao analfabetismo, ainda persiste uma taxa expressiva de adultos analfabetos tanto no Brasil (10,19%) quanto no Amapá (9,09%).

**Tabela 21**

**Brasil e Amapá – Situação do analfabetismo**  
1991, 2000 e 2010

Indicadores	Ano	Percentual		Evolução 1991-2010	
		Brasil	Amapá	Brasil	Amapá
Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos	1991	14,62	12,35		
	2000	5,03	4,44		
	2010	3,24	3,81	-77,84	-69,15
Taxa de analfabetismo - 15 a 17 anos	1991	11,43	9,05		
	2000	4,03	3,35		
	2010	2,2	2,28	-80,75	-74,81
Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais	1991	20,25	20,81		
	2000	13,82	12,85		
	2010	10,19	9,09	-49,68	-56,32

Fonte: PNUD (Atlas do IDH 2013).

Quanto aos níveis de escolaridade da população brasileira, houve uma pequena melhoria na expectativa de anos de estudo tanto no Brasil como no Amapá, atingindo-se valores aproximados a 9,5 anos em 2010, conforme indica a Tabela 22. Observa-se também uma melhoria no acesso ao ensino fundamental pela população mais jovem, até 18 anos. Ainda permanece um grande percentual de adultos que não conseguiram concluir esse nível escolar, cerca de 45% da população brasileira. O Amapá manteve-se com valores próximos à média nacional, embora seus resultados na faixa de 15 a 18 anos sejam bem piores, enquanto na faixa de maiores de 18 anos os resultados são superiores aos do país.

Quanto ao acesso ao ensino médio, a Tabela 23 mostra que de 1991 a 2010 houve uma melhoria contínua no país e no Amapá, embora os avanços

**Tabela 22****Brasil e Amapá – Acesso ao ensino fundamental completo**  
1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	Amapá	AP/Brasil
Expectativa de anos de estudo	1991	8,16	7,81	1,04
	2000	8,76	8,69	1,01
	2010	9,54	9,44	1,01
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	1991	20,01	16,74	1,20
	2000	39,72	31,18	1,27
	2010	57,24	54,30	1,05
% de 16 a 18 anos com fundamental completo	1991	26,31	23,02	1,14
	2000	48,06	42,67	1,13
	2010	66,38	63,61	1,04
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	1991	30,09	31,92	0,94
	2000	39,76	45,03	0,88
	2010	54,92	61,75	0,89

Fonte: Atlas Brasil 2013-PNUD.

na população amapaense nesse nível tenham sido piores que a média nacional em alguns aspectos, como o tempo adequado de conclusão, ou seja, entre 18 e 21 anos. Já os números são positivos para o Amapá, que se coloca acima da média nacional (para a população com 18 anos ou mais que concluiu o ensino médio). Apesar dos avanços na escolaridade de nível médio, os resultados ainda estão distantes de uma universalização desse nível, pois verifica-se que menos da metade da população adulta concluiu o ensino médio no Brasil (37,89%) e no Amapá (44,31%) em 2010.

A Tabela 23 indica que a evolução no acesso à escolaridade superior entre 1991 e 2010 foi praticamente duplicada, passando de 5,75% a 11,27% (para pessoas de 25 anos ou mais que conseguiram completar o ensino superior). Na realidade amapaense, a evolução foi maior, com valores variando de 3,86% a 10,84%, porém em 2010 atingindo um percentual geral menor que a média nacional.

Uma avaliação mais aprofundada sobre os indicadores da educação utilizados pelo PNUD para estabelecer o IDH permite chegar aos seguintes resultados analíticos:

Quanto à Taxa de Frequência (Tabela 24), que indica a população dentro da escola independentemente da série, pode-se observar que no Brasil e no Amapá, entre 2000 e 2010, o número de crianças na faixa de 0 a 3 anos mais que duplicou (no Brasil aumentou de 9,34% para 23,55%; enquanto no

**Tabela 23****Brasil e Amapá – Acesso ao ensino médio e superior completo**

1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	Amapá	AP/Brasil
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	1991	12,98	9,15	1,42
	2000	24,82	17,13	1,45
	2010	41,01	35,73	1,15
% de 19 a 21 anos com ensino médio completo	1991	16,64	11,45	1,45
	2000	29,72	24,04	1,24
	2010	47,33	44,73	1,06
% de 18 anos ou mais com ensino médio completo	1991	17,91	16,87	1,06
	2000	24,67	25,60	0,96
	2010	37,89	44,31	0,86
% de 25 anos ou mais com superior completo	1991	5,75	3,86	1,49
	2000	6,77	4,05	1,67
	2010	1,127	10,84	1,04

Fonte: Atlas Brasil 2013-PNUD.

**Tabela 24****Brasil e Amapá – Frequência no atendimento escolar**

1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	Amapá	AP/Brasil
% de 0 a 3 anos na escola	1991	-	-	-
	2000	9,43	4,98	1,89
	2010	23,55	10,66	2,21
% de 4 a 5 anos na escola	1991	-	-	-
	2000	51,41	45,73	1,12
	2010	80,10	66,74	1,20
% de 6 a 17 anos na escola	1991	70,71	70,86	1,00
	2000	89,03	89,03	1,00
	2010	93,19	92,33	1,01
% de 18 a 24 anos na escola	1991	19,86	20,71	0,96
	2000	31,25	38,96	0,80
	2010	30,64	34,03	0,90
% de 25 a 29 anos na escola	1991	5,22	4,25	1,23
	2000	11,25	15,96	0,70
	2010	14,31	15,99	0,89

Fonte: Atlas Brasil 2013-PNUD.

Amapá esses resultados foram menores, variando de 4,98% a 10,66%). Na faixa etária de 4 a 5 anos, a variação não chegou a duplicar, no Brasil evoluiu de 51,41% para 80,10% e no Amapá os resultados foram menores, de 45,73% para 66,74%. Esses números, no geral, indicam a necessidade de maiores investimentos na pré-escola.

Na faixa etária de 6 a 17 anos, os números indicam que de 1991 a 2010 no Brasil e no Amapá a frequência na escola variou de 70,71% a 93,19% e de 70,86% a 92,33%, respectivamente. O Amapá manteve-se na média do atendimento nacional para a faixa etária do ensino básico, porém o número de pessoas fora da escola nessa faixa etária ainda é elevado, chegando perto de 8%. A partir dessa faixa etária as taxas reduzem muito tanto no Brasil quanto no Amapá, cujas evoluções dos resultados foram: de 18 a 24 anos de 19,86% para 30,64%; e 20,71% para 34,03%, mostrando que o desempenho amapaense foi menor que a média nacional.

Na faixa de 25 a 29 anos, o Amapá superou a média nacional, crescendo de 4,25% para 15,99%, enquanto no Brasil os resultados foram de 5,22% para 14,31%. O que ainda parece muito pouco para as necessidades do desenvolvimento do país, considerando que nessa idade, em tese, encontram-se os alunos do ensino superior.

A Tabela 25, que trata da frequência bruta, indica como a população está dividida entre os níveis de ensino, independentemente da idade, em relação à faixa etária oficialmente correspondente a este nível, mostrando a sua evolução de 1991 a 2010. Observa-se que na situação da pré-escola, os percentuais triplicaram no Brasil, variando de 23,61% em 1991 para 68,77% em 2010. O fenômeno se repete no Amapá, em valores menores que os valores nacionais, ou seja, a variação foi de 17,45% para 56,20%.

No ensino fundamental verifica-se no Brasil e no Amapá um quadro bastante desconfortável, pois as variações foram de 92,06% para 112,19% e de 90,48% para 108,98% respectivamente, o que implica uma quantidade de alunos fora da faixa de idade oficial para aquele nível, o que geralmente representa defasagem escolar. Esses resultados vão estar refletidos em todo o ensino básico, conforme a Tabela indica. No caso do ensino médio, a frequência bruta mais que dobrou no Brasil e Amapá (33,84% e 34,48% em 1991 respectivamente); aumentando para 71,32% no Brasil e 76,58% no Amapá.

Quanto à frequência bruta no ensino superior, o Brasil quaduplicou seus percentuais, atingindo em 2010 o número de 29,82%. No Amapá, o salto foi muito grande, aumentando de 1,65% para 31,21%, refletindo os efeitos da criação da Universidade Federal do Amapá em 1990, e posteriormente a oferta do ensino superior privado.

**Tabela 25****Brasil e Amapá – Evolução da frequência bruta**

1991, 2000 e 2010

<b>Variável</b>	<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Amapá</b>	<b>AP/Brasil</b>
Taxa de frequência bruta à pré-escola	1991	23,61	17,45	1,35
	2000	45,02	45,03	1,00
	2010	68,77	56,20	1,22
Taxa de frequência bruta ao ensino fundamental	1991	92,06	90,48	1,02
	2000	114,44	110,79	1,03
	2010	112,19	108,98	1,03
Taxa de frequência bruta ao ensino médio	1991	33,34	34,48	0,98
	2000	66,82	75,34	0,89
	2010	71,32	76,58	0,93
Taxa de frequência bruta ao ensino básico	1991	78,69	78,56	1,00
	2000	102,05	102,13	1,00
	2010	101,49	100,96	1,01
Taxa de frequência bruta ao ensino superior	1991	7,14	1,65	4,33
	2000	12,95	7,53	1,72
	2010	29,82	31,21	0,96

Fonte: Atlas Brasil 2013-PNUD.

A Tabela 26 trata da evolução da frequência líquida, que indica a proporção de estudantes no nível de ensino oficialmente correspondente a sua faixa etária; mostra crescimentos importantes nas matrículas em todos os níveis de ensino, com duplicações e triplicações dos percentuais na pré-escola, no ensino médio e no ensino superior do país. No Amapá, os resultados evoluem de forma inferior às médias nacionais, com exceção do ensino superior, em que o ganho foi considerável devido à instalação deste nível de ensino no estado nesse período.

Ao se comparar as Tabelas 25 e 26, começa-se a perceber os indicativos de defasagem escolar. Na pré-escola, as diferenças entre a frequência bruta e a líquida mostram que no Brasil 13,75% e no Amapá 10,5% das crianças matriculadas na pré-escola estão fora da faixa etária oficialmente recomendada para este nível. Essas diferenças podem significar avanço e não atraso, pois a Tabela 18 mostra um número elevado de crianças de 0 a 3 anos já frequentando a escola. Tais diferenças vão se elevando no avançar dos níveis: no fundamental, os valores no Brasil são de 20,05% e no Amapá de 17,66%; no ensino médio os números aumentam para 27,94% no Brasil e 34,21% no Amapá. Ao chegar no ensino superior, as diferenças caem para 15,87% no Brasil e 18,26% no Amapá.

**Tabela 26**

**Brasil e Amapá – Evolução da frequência líquida**  
1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	Amapá	AP/Brasil
Taxa de frequência líquida à pré-escola	1991	23,61	17,45	1,35
	2000	38,54	39,45	0,98
	2010	55,02	45,70	1,20
Taxa de frequência líquida ao ensino fundamental	1991	75,03	72,87	1,03
	2000	90,17	88,23	1,02
	2010	92,14	91,32	1,01
Taxa de frequência líquida ao ensino médio	1991	15,46	12,54	1,23
	2000	32,71	26,44	1,24
	2010	43,38	42,37	1,02
Taxa de frequência líquida ao ensino básico	1991	70,12	70,20	1,00
	2000	85,71	83,89	1,02
	2010	87,95	87,61	1,00
Taxa de frequência líquida ao ensino superior	1991	4,28	0,92	4,65
	2000	7,37	3,24	2,27
	2010	13,95	12,95	1,08

Fonte: Atlas Brasil 2013-PNUD.

**Tabela 27**

**Brasil e Amapá – Evolução da defasagem escolar**  
1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	Amapá	AP/Brasil
% de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso	1991	43,54	40,20	1,08
	2000	58,88	54,35	1,08
	2010	65,63	61,84	1,06
% de 15 a 17 anos no médio sem atraso	1991	56,20	44,58	1,26
	2000	63,78	48,30	1,32
	2010	72,80	69,29	1,05
% de 6 a 17 anos no básico sem atraso	1991	39,06	34,75	1,12
	2000	52,72	47,21	1,12
	2010	61,84	58,39	1,06
% de 6 a 17 anos no básico com 1 ano de atraso	1991	21,67	22,16	0,98
	2000	19,01	21,16	0,90
	2010	18,58	19,52	0,95
% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso	1991	39,27	43,09	0,91
	2000	28,28	31,63	0,89
	2010	19,59	22,08	0,89

Fonte: Atlas Brasil 2013-PNUD.

As Tabelas 27 e 28 permitem perceber melhor as diferenças entre a frequência bruta e a líquida, pois mostram a evolução dos números de avanço e atraso escolar nas faixas etárias. De 1991 a 2010 a taxa de estudantes de 6 a 14 anos no fundamental cresceu de 43,54% para 65,63% no país; no Amapá os avanços foram um pouco menor, de 40,20% para 61,84%. Também na faixa etária de 15 a 17 anos, sem atraso no ensino médio, houve uma evolução de 56,20% para 72,80% no Brasil, mostrada na Tabela 27, e um pouco menor no Amapá (de 44,58% para 69,29%). Agora, quanto ao percentual em atraso no ensino básico dentro da faixa etária de 6 a 17 anos, apesar de reduzida no período de análise, os valores ainda podem ser considerados elevados no Brasil, com 18,58% para os atrasados em 1 ano e 19,59% para os com atraso de 2 anos. No Amapá os números são um pouco maiores, 19,52% e 22,08% respectivamente.

A Tabela 28 ilustra melhor os avanços e atrasos na escolaridade da população, onde observa-se um avanço na casa dos 17% da população de 4 a 5 anos

**Tabela 28****Brasil e Amapá – Avanço e defasagem escolar**

1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	Amapá	AP/Brasil
% de 4 a 5 anos no fundamental sem atraso	1991	-	-	-
	2000	7,97	3,75	2,13
	2010	17,3	17,49	0,99
% de 15 a 17 anos no fundamental	1991	37,20	47,11	0,79
	2000	38,50	43,03	0,89
	2010	27,11	28,30	0,96
% de 18 a 24 ano no fundamental	1991	7,03	7,69	0,91
	2000	7,76	7,41	1,05
	2010	3,41	3,76	0,91
% de 6 a 14 anos no médio	1991	0,29	0,18	1,61
	2000	0,64	0,32	2,00
	2010	2,01	1,87	1,07
% de 18 a 24 anos no médio	1991	7,14	9,96	0,72
	2000	11,78	17,29	0,68
	2010	6,89	10,34	0,67
% de 15 a 17 anos no superior	1991	0,20	0,25	0,80
	2000	0,34	0,11	3,09
	2010	1,18	1,20	0,98

Fonte: Atlas Brasil 2013-PNUD.

no ensino fundamental em 2010, tanto no Brasil como no Amapá, com um atraso na casa dos 30% da população de 15 a 24 anos, ainda cursando o fundamental.

No ensino médio, a Tabela 28 mostra que os avanços das faixas etárias em 2010 evoluíram para 2,01% e 1,87% no Brasil e Amapá, enquanto o percentual de defasagem foi na ordem de 6,89% no Brasil, com um percentual maior no Amapá, de 10,34%, significando, em relação a 1991, uma pequena redução no Brasil e um reduzido aumento no Amapá. Quanto ao ensino superior, a tabela mostra um percentual de 1,8% de estudantes de 15 a 17 anos em 2010 (no Brasil), o que é uma evolução significativa em relação a 1991, cujo percentual era de 0,2%. No Amapá, os números são bem próximos da média nacional.

Quanto à qualidade da educação oferecida à população amapaense, a Tabela 29, que mostra a evolução no Amapá e no Brasil do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), dá uma ideia desse quesito. O IDEB é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na Prova Brasil. Quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será a sua classificação, numa escala de zero a dez.

Na evolução do IDEB de 2005 a 2011, no país verifica-se uma melhora constante ao longo dos anos tanto nas séries iniciais quanto nas finais do ensino fundamental e no ensino médio, embora em valores que atingem no

**Tabela 29**

**Brasil e Amapá – Evolução do IDEB**  
2005, 2007, 2009 e 2011

<b>Variável</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>
Ensino Fundamental (séries iniciais)				
Brasil	3,8	4,2	4,6	5,0
Amapá	3,2	3,4	3,8	4,1
Ensino Fundamental (séries finais)				
Brasil	3,5	3,8	4,0	4,1
Amapá	3,5	3,5	3,6	3,7
Ensino Médio				
Brasil	3,4	3,5	3,6	3,7
Amapá	2,9	2,8	3,1	3,1

Fonte: INEP(2013).

máximo a média 5; nas séries iniciais do nível fundamental, 4,1; nas séries finais do fundamental e no ensino médio, a melhor média foi 3,7. Esses números indicam que a qualidade da educação brasileira, apesar de ter melhorado ao longo dos anos, permanece com uma avaliação de qualidade negativa. No caso do Amapá a situação acompanha o movimento de melhorias verificado no país, porém os números da qualidade em todos os níveis apresentam-se quantitativamente piores que a média nacional (Tabela 29).

Em síntese, os indicadores de qualidade da educação brasileira têm sido considerados negativos devido à importância econômica do país no cenário internacional, apesar das melhorias em processo ao longo de cada avaliação. No Amapá, os resultados mostram-se piores que a média brasileira, exigindo maiores investimentos na busca da qualidade para atender uma população jovem, que cresce acima da média nacional.

#### **A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO AMAPÁ**

A forte pressão migratória contribuiu para um elevado *déficit* habitacional (14.804 moradias no Amapá em 1991), representando 34,3% em relação aos domicílios existentes, valor bastante superior ao *déficit* nacional, que atingiu 15,4%, e ao da região Norte, que foi 19,2%. Esses valores estão subestimados, tendo em vista que os dados disponíveis para esse ano referem-se apenas ao *déficit* urbano para o Amapá e para a região Norte, conforme mostra a Tabela 30. Em 2000, o *déficit* aumentou para 22.413 moradias, representando 22,7%, ficando menor que o da região Norte (30,2%), porém continuando superior ao nacional, que foi 16,1%. Em 2010, o *déficit* nacional foi reduzido para 11,4%, o da região Norte caiu para 18,8% e o do Amapá ficou um pouco menor, 18,7%, representando a necessidade de oferta de 29.598 moradias para atender a demanda habitacional estadual.

Quanto à localização do *déficit* habitacional, estudos de 2005 apontam que de um *déficit* total estimado em 15.546 moradias, 14.545, ou seja, 93,5%, eram urbanas. Quanto aos componentes do *déficit*, nesse ano 2.345 moradias tinham condições precárias, 10.771 eram coabitação familiar e 2.430 eram ônus excessivo com aluguel, segundo Amapá (2008).

Uma das variáveis importantes utilizadas nos estudos de estimativas do *déficit* habitacional são os domicílios urbanos situados em aglomerados subnormais. Para o IBGE (2010), um aglomerado subnormal é um conjunto constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado terreno de propriedade alheia (pública ou particular) até um período recente, e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

No censo de 2000 do IBGE, os domicílios urbanos situados em aglomerados subnormais na região Norte totalizavam 178.256 (8,7% dos domicílios permanentes), enquanto que no Brasil eram de 1.644.257, representando apenas 4,3%, não havendo registro naquele ano em relação ao estado do Amapá (Amapá, 2008). A falta de registro de aglomerados subnormais pode ter também contribuído para subestimar o *déficit* habitacional amapaense.

**Tabela 30**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução do *déficit* habitacional**  
1991, 2000 e 2010

Especificação	<i>Déficit</i> absoluto			% em relação aos domicílios		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	5.374.380	7.222.645	6.644.713	15,4	16,1	11,4
Norte	228.769*	884.696	757.891	19,2	30,2	18,8
Amapá	14.804*	22.413	29.598	34,3	22,7	18,7

Fontes: AMAPÁ, (2008); FURTADO et al.(2013). \*Refere-se, apenas, ao *déficit* urbano.

No censo demográfico de 2010 foram registrados 48 aglomerados subnormais no Amapá, com 23.909 domicílios (15,25% dos domicílios particulares ocupados), abrangendo uma população de 108.086 habitantes, ou seja, 16,20% da população amapaense vivendo em domicílios subnormais. Esses números são significativamente superiores à média regional, que era 11,69%, e da média nacional, que foi 6,01%, conforme mostra a Tabela 31.

**Tabela 31**

**Brasil, região norte e Amapá – Domicílios e população em aglomerados subnormais**  
2010

	Domicílios particulares ocupados			População residentes nos domicílios			
	Total	Em aglomerados subnormais	%	Total	Em aglomerados subnormais	%	Nº aglomerados subnormais
Amapá	156.818	23.909	15,25	667.234	108.086	16,20	48
Norte	3.988.332	463.444	11,62	15.820.347	1.849.604	11,69	467
Brasil	5.427.999	3.224.529	5,61	190.072.903	11.425.644	6,01	6.329

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Quanto à localização dos aglomerados subnormais registrados no Amapá em 2010, a Tabela 32 indica que eles se localizam nos municípios com grande concentração urbana e que foram os mais afetados pelas correntes migratórias, como Macapá e Santana, áreas de influências da exploração do manganês e

ALCMS, com 35 aglomerados, seguidos pelos municípios de influências do Projeto Jari, Laranjal e Vitoria do Jari, com 11 aglomerados subnormais. Diferentemente de outras regiões do país, os assentamentos subnormais estão localizados em áreas úmidas, próximas às margens dos rios da região do Jari, com as casas construídas sobre palafitas, e nas chamadas “ressacas”, ambientes úmidos de lagos, drenagem natural e de influências de maré existentes nos municípios de Macapá e Santana, cuja mobilidade é feita através de pontes.

**Tabela 32**

**Amapá e municípios – Localização dos aglomerados subnormais**  
2010

	Domicílios particulares ocupados		População residentes nos domicílios		
	Total	Em aglomerados subnormais	Total	Em aglomerados subnormais	Nº aglomerados subnormais
Estado do Amapá	156.818	23.909	667.234	108.086	48
Amapá	1.784	92	8.030	565	1
Cutias	1.035	166	4.687	698	1
Laranjal do Jari	9.865	4.075	39.870	16.210	6
Macapá	94.669	13.801	397.170	63.771	24
Santana	22.382	3.666	101.071	17.798	11
Vitória do Jari	2.766	2.109	12.273	9.044	5

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010.

Quanto às políticas de habitação ou de enfrentamento ao *déficit* habitacional e às situações de precariedade habitacional, na década de 1990 houve um tímido avanço, com a construção de minúsculas casas de madeira ou de alvenaria em números bastante reduzidos para doação a populações vulneráveis, geralmente utilizadas como forma de construção de vínculos de favores com os políticos responsáveis pela política habitacional. Nessa década também houve doação de lotes urbanizados com baixo impacto nos setores vulneráveis, devido à falta de condições financeiras para a construção, porém contribuindo para a consolidação de novos bairros, como Marabaixo e Renascer, e para a redução do *déficit* habitacional para trabalhadores com rendimentos mais estáveis.

A insignificância dos investimentos em habitações no Amapá durante a década de 1990 resultou da incapacidade financeira do governo estadual e municipal e da inexistência de uma política nacional de habitação com alcance na região. Tanto que o investimento em habitação popular com maior visibilidade na década de 2000 ocorreu com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi a Vila Mucajá, um conjunto de prédios

com 592 unidades habitacionais para reassentamento de famílias vulneráveis, concluído pela prefeitura de Macapá em 2010. A partir daí, obras habitacionais foram contratadas pelo governo estadual no Aturiá, com 512 unidades habitacionais, e no bairro Congós, com 397 moradias (com investimentos do PAC). Com recursos do Ministério das Cidades para Assentamento Precários, o governo estadual também está executando o projeto Infraero para construir 288 unidades habitacionais.

Com o Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal o Amapá foi contemplado com dois grandes complexos habitacionais ainda em construção, o Macapaba, com 5.166 unidades habitacionais, e o Miracema, com 5.490. Isso permitirá o reassentamento de um contingente populacional significativo dos aglomerados subnormais de Macapá, nas conhecidas áreas de ressacas. Com a política de crédito do governo federal, o mercado imobiliário amapaense encontra-se em expansão, com a construção de vários condomínios e conjuntos habitacionais para os segmentos da classe média alta.

## ECONOMIA DO ESTADO

### ○ CRESCIMENTO ECONÔMICO AMAPAENSE

A Tabela 33, que trata da evolução do Produto Interno Bruto (PIB), mostra que a economia amapaense entre 1991 e 2000, quando o país ainda passava por dificuldades econômicas, encontrava-se em uma situação bastante favorável se comparada ao desempenho da região Norte, com uma evolução de 17,7%, e do Brasil, com crescimento de 26,6% nesse período. O crescimento econômico do Amapá, de 57,3%, foi 2,1 vezes superior ao do Brasil e 3,23 vezes maior que o da região Norte. Porém, o crescimento demográfico do período atingiu 64,8%, isso se manifestará em um crescimento negativo do PIB per capita (-4,5%), que atingiu de forma mais forte a região Norte, com queda de 5% nesse indicador, enquanto que no Brasil o PIB *per capita* crescia positivamente a 11,8%.

**Tabela 33**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução do PIB bruto e PIB *per capita* 2000-2010**

Região	PIB (R\$ 1.000,00)		Evolução %	PIB <i>per capita</i> (R\$)		Evolução %
	1991	2000		1991	2000	
Brasil	931.876.400,69	1.179.482.000,00	26,6	6.215,57	6.946,34	11,8
Norte	43.915.837,22	51.705.786,00	17,7	4.218,32	4.007,98	-5,0
Amapá	1.498.009,22	2.357.036,00	57,3	5.176,31	4.941,04	-4,5

Fonte: IPEADATA (2012); IBGE (1991,2000).

O desempenho favorável do PIB em relação à região e ao país foi provocado pela evolução do componente indústria, que no período teve um crescimento de 41,16%, enquanto o crescimento deste componente no país e na região Norte teve valores negativos, conforme se observa na Tabela 34. O que certamente contribuiu com esse desempenho foram os investimentos na construção civil, com as obras públicas necessárias para o funcionamento do governo do novo estado, das novas prefeituras que foram criadas, e os investimentos de construção predial ligados à expansão comercial da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Também contribuiu para essa performance o bom desempenho da indústria extrativa mineral até 1997, quando a exploração de manganês pela ICOMI foi encerrada.

**Tabela 34**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução da composição do PIB  
1991-2000**

Região	Agropecuária		Evolução	Indústria (%)		Evolução	Serviços (%)		Evolução
	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
Brasil	7,2	5,6	-22,62	37,9	27,7	-26,75	54,1	66,7	23,31
Norte	17,2	10,1	-41,02	34	26,5	-22,08	48,9	63,4	29,78
Amapá	4,2	3,7	-12,27	9,3	13,1	41,16	86,5	83,2	-3,84

Fonte: IPEADATA (2012); IBGE (2013).

Quanto ao crescimento econômico do Amapá, na primeira década do século XXI os indicadores mostram que a economia amapaense acompanhou o crescimento que vem ocorrendo na economia brasileira. Na Tabela 35, percebe-se que entre os anos de 2000 e 2010, o PIB apresenta uma evolução positiva, saindo de 2,357 bilhões de reais para 8,265, o que representa uma evolução de 250,69%, acima do crescimento da economia brasileira, que foi de 219,64%, porém abaixo do crescimento na região Norte, de 289,73%.

Já na evolução do PIB per capita, o Amapá cresceu significativamente, passando de R\$ 4.941,04 para R\$ 12.346, o que significa uma evolução de 149,87 %, porém inferior a do país, que cresceu 184,52%, e a da região Norte, que apresentou um desempenho de 216,92%. Um dos fatores responsáveis por este resultado ainda está relacionado ao grande crescimento demográfico do período, que no Amapá foi de 40,35%, 3 vezes maior que o do Brasil (que foi 12,48 %) e quase o dobro do ocorrido na região Norte (23,04%).

Quanto ao desempenho dos setores que compõem o PIB, a agropecuária amapaense teve uma queda relativa na sua importância, caindo de 3,66% para 3,21% entre os anos de 2000 e 2010, o que representa um desempenho

**Tabela 35**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução do PIB bruto e PIB *per capita* 2000-2010**

Região	PIB (R\$ 1.000,00)		Evolução	PIB <i>per capita</i> (R\$)		Evolução
	2000	2010	%	200	2010	%
Brasil	1.179.482.000,00	3.770.084.872,00	219,64	6.946,34	19.763,93	184,52
Norte	51.705.786,00	201.510.748,00	289,73	4.007,98	12.702,03	216,92
Amapá	2.357.036,00	8.265.965,00	250,69	4.941,04	12.346,00	149,87

Fonte: IBGE (2013).

negativo de 12,30%, acima do dobro ocorrido no país e na região, conforme se observa na Tabela 36. A participação da indústria teve um desempenho muito pior, caiu de 13,14% para 9,96%, o que representa uma desindustrialização de 24,20%, se comparado com a região Norte, cujo desempenho foi altamente positivo (28,86%) e com o país, que teve um crescimento de 1,23%. Esse fraco desempenho na agropecuária e na indústria é muito ruim para o desenvolvimento amapaense, pois significa um aumento na dependência de alimentos importados de outros estados, e a indústria pela sua importância na geração de renda e emprego. Essa queda no componente industrial está relacionada à desativação da exploração de manganês na Serra do Navio e de outros projetos minerais, que deixaram de movimentar os setores da indústria que produziam para eles.

**Tabela 36**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução da composição do PIB 2000-2010**

Região	Agropecuária		Evolução	Indústria (%)		Evolução	Serviços (%)		Evolução
	1991	2000	%	1991	2000	%	1991	2000	%
Brasil	5,6	5,3	-5,36	27,73	26,07	1,23	66,7	66,63	-0,06
Norte	10,13	9,56	-5,63	26,47	34,11	26,66	63,4	56,33	-11,15
Amapá	3,66	3,21	-12,3	13,14	9,96	-24,2	63,2	66,63	4,36

Fonte: IPEADATA (2012); IBGE (2013).

Por outro lado, os dados da Tabela 36 mostram que o setor de serviços aumentou a sua importância relativa na formação da riqueza amapaense, pois enquanto os resultados foram negativos no país e na região Norte (-0,06% e -11,15%), no Amapá já era significativamente elevado em relação ao país e ao Norte, ou seja, representava 83,2% contra 66,7% no Brasil e 63,40% na região Norte (cresceu 4,36% em 2010). Um dos fatores que mantém essas di-

ferências é o peso dos gastos na administração pública, nos serviços de saúde, educação, previdência etc. Na tabela 37 os números mostram que em 2000 os gastos na administração do Amapá representavam 43,60%, um índice muito superior aos 14,93% do país e aos 22,50% da região Norte. Em 2010 esses números foram acrescidos para 48,13%, o que representa um crescimento de 10,39% contra o crescimento de 0,27% na região Norte e 8,51% no Brasil. Os altos salários dos funcionários públicos na economia amapaense, denominado de “economia do contracheque”, é resultante do fato de o Amapá ter sido um estado criado muito recentemente, a partir de um Território Federal constituído em função do interesse nacional na ocupação da fronteira. Esse tema, exaustivamente estudado por Chelala (2008), em tese significa que, em relação ao país, há uma aparente distorção entre custeio e investimentos nas despesas públicas, que pode significar serviços públicos deficitários devido à falta de maiores investimentos nas outras necessidades dos serviços oferecidos.

**Tabela 37**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução dos gastos públicos no PIB  
2000-2010**

Região	Administração pública		Evolução	%
	2000	2010		
Brasil	14,93	16,2		8,51
Norte	22,5	22,56		0,27
Amapá	43,6	48,13		10,39

Fonte: IPEADATA (2012); IBGE (2013).

Uma outra característica da economia amapaense herdada da sua origem de Território Federal e transformada em estado da Federação em tempos recentes é a sua grande dependência de recursos federais. A tabela 38 mostra que a receita própria do Amapá, oriunda da arrecadação de impostos, vem crescendo ao longo do tempo, verificando-se que em 1991 representava 5,8% da Receita Orçamentária Estadual, chegando em 2010 a 21,23%. Com isso, a principal fonte da receita orçamentária estadual tem sido a Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que em 2000 foi de R\$ 455.481.095,10 (87,7% das transferências do governo federal para o Amapá), chegando em 2010 a R\$1.664.377.719,39 ou 74,7% dos repasses federais.

A melhoria que aos poucos vem acontecendo na arrecadação estadual contribui para um comportamento de queda na relação Orçamento Estadual versus PIB (Tabela 39). Em 1991, o orçamento estadual representava 44,43% do PIB, em 2000 este percentual caiu para 28,81%, com um pequeno cresci-

**Tabela 38**

**Amapá – Evolução do comportamento da Receita Estadual**  
1991, 2000 e 2010

Ano	Transferências da União	Receita tributária	Receita orçamentária	Transferências %	Receita própria %
1991	71.687.548.794,50	6.889.394.654,52	118.404.972.983,51	60,54	5,82
2000	519.070.613,63	104.286.193,85	678.947.235,59	76,45	15,36
2010	2.228.527.253,49	556.877.038,55	2.623.461.619,23	8,95	21,23

Fonte: SEPLAN-AP (1991); STN-MF (2000, 2010). Em 1991 (Cr\$), 2000 e 2010 (R\$).

mento em 2010, até atingir 31,74%. Essa variação aparentemente significa uma melhoria do desempenho econômico do setor privado local. O aumento ocorrido em 2010 certamente deveu-se à melhoria da arrecadação de impostos dos governos federal e estadual pelo melhor desempenho da economia nacional.

**Tabela 39**

**Amapá – Relação orçamento estadual versus PIB**  
1991, 2000 e 2010

Ano	PIB	Receita orçamentária	% PIB
1991	266.505.000.000,00	118.404.972.983,51	44,43
2000	2.357.036.000,00	678.947.235,59	28,81
2010	8.265.965.000,00	2.623.461.619,23	31,74

Fonte: IPEADATA (2012); IBGE (2013).

Quanto à capacidade de investimentos do governo estadual para atender a demanda da população carente por serviços públicos, na Tabela 40 observa-se que vem caindo ao longo dos anos. Em 1991 os investimentos representavam 35,32% da receita orçamentária, caindo para 13,06% em 2000 e chegando em 2010 com apenas 6,36% do orçamento estadual. Isso indica um aumento na dependência do Amapá ao governo federal para que consiga apresentar melhorias na qualidade e quantidade de serviços exigidos pela população.

**Tabela 40**

**Amapá – Capacidade de investimentos do estado**  
1991, 2000 e 2010

Ano	Investimentos	Receita orçamentária	% da receita
1991	41.817.458.151,80	118.404.972.983,51	35,32
2000	88.664.618,99	678.947.235,59	13,06
2010	166.802.496,06	2.623.461.619,23	6,36

Fonte: SEPLAN Balanço Geral, 1991; STN (2000-2010). Em 1991 (Cr\$), 2000 e 2010 (R\$).

A Tabela 41 mostra que a queda na capacidade de investimento obriga os dirigentes a buscarem recursos através do endividamento público, o que não era uma prática nas décadas anteriores torna-se uma necessidade emergente, podendo-se observar que em 2008 o endividamento representava 10,01% da receita orçamentária estadual, aumentando para 16,08% em 2009 e atingindo um quarto do orçamento em 2010.

**Tabela 41****Amapá – Endividamento do estado  
2008-2010**

<b>Ano</b>	<b>Dívidas</b>	<b>Receita orçamentária</b>	<b>% da receita</b>
2008	247.217.357,00	2.470.688.046,59	10,01
2009	406.722.717,00	2.529.216.340,78	16,08
2010	664.348.906,00	2.623.461.619,23	25,32

Fonte: STN/M F(2013);FNP(2013).

## INFRAESTRUTURA DO ESTADO

### A INFRAESTRUTURA DE ENERGIA

No início da década de 1990, a produção de energia elétrica no Amapá era realizada pela Usina Hidroelétrica Coaraci Nunes (UHCN), com produção de 40MW e duas turbinas funcionando, o que atendia às necessidades de energia elétrica de Macapá, Santana, Ferreira Gomes e Serra do Navio. As localidades mais distantes e com dificuldades de acesso à rede de distribuição interligada a hidroelétrica eram atendidas com energia produzida por termoelétricas. A capacidade instalada em 1991 era de 45MW, sendo que 42MW provinham de energia hidroelétrica, ou seja, apenas 6,7% dessa energia era produzida por termoelétricas (Tabela 42).

Esse quadro ambientalmente favorável vai sofrer mudanças radicais ao longo dos anos, devido à falta de investimentos na construção de hidroelétricas, apesar de o Amapá possuir um grande potencial de geração de energia hidráulica. Segundo Chagas (2010), em parceria com o governo do Amapá, a Eletronorte contratou um estudo na década de 1990 que identificou seis potenciais empreendimentos hidroelétricos, considerando tanto a viabilidade energética quanto a ambiental, somente na bacia do rio Araguari, com um potencial de geração de 602MW, o que equivaleria a duas vezes a capacidade de geração total de energia em 2010, que era de 296MW.

As Tabelas 42, 43 e 44 mostram que de 1991 a 2010 a produção de energia elétrica no Amapá cresceu 557,8%, um índice significativamente

maior que o ocorrido no Brasil (98,3%) e na região Norte (176,4%). Porém, a energia gerada por hidroelétrica cresceu apenas 83,3%, enquanto a geração por termoeletricas, produzida pela queima de combustível fóssil com grande emissão de gases do efeito estufa, cresceu 7.200%. Segundo Drumond e Pereira (2007), em 1994 a capacidade de produção de energia elétrica no Amapá era de 91MW, sendo 56% desse volume gerado por termoeletricas, com uma utilização de 27,3 milhões de litros de óleo diesel a um custo aproximado de US\$ 5 milhões, apenas para esse ano de 1994. Essa observação dá uma ideia da magnitude do problema em 2010, em que a energia elétrica gerada por

**Tabela 42**

**Brasil, região norte e Amapá – Produção de energia elétrica total**  
1991, 1999, 2005 e 2010

Região	Produção de energia total (Mw)				Variação % 1991-2010
	1991	1999	2005	2010	
Brasil	57.146	63.966	93.158	113.327	98,3
Norte	5.169	6.357	10.740	14.289	176,4
Amapá	45	158	211	296	557,8

Fonte: IBGE: AEB 1992,2000; EPE: BEN 2006,2011.

**Tabela 43**

**Brasil, região norte e Amapá – Produção de energia hidroelétrica**  
1991, 1999, 2005 e 2010

Região	Produção de energia hidráulica (Mw)				Variação % 1991-2010
	1991	1999	2005	2010	
Brasil	52.376	58.078	70.858	80.703	54,1
Norte	4.329	4.858	8.274	10.895	151,7
Amapá	42	42	68	77	83,3

Fonte: IBGE: AEB 1992,2000; EPE: BEN 2006,2011.

**Tabela 44**

**Brasil, região norte e Amapá – Produção de energia térmica**  
1991, 1999, 2005 e 2010

Região	Produção de energia térmica (Mw)				Variação % 1991-2010
	1991	1999	2005	2010	
Brasil	4.770	5.888	20.293	29.689	522,4
Norte	840	1.499	2.466	3.394	304,0
Amagá	3	116	143	219	7.200,0

Fonte: IBGE: AEB 1992,2000; EPE: BEN 2006,2011.

termoelétricas no Amapá esteve na ordem de 219MW, ou seja, 4,3 vezes mais que a produzida em 1994.

Quanto ao consumo de energia elétrica no Amapá, a Tabela 45 mostra que de 1991 a 2010 ocorreu um crescimento no consumo residencial em 448,4%, um índice bastante superior ao crescimento no consumo industrial (35,6%) e inferior ao consumo comercial, que obteve um crescimento de 592%. Observa-se que ocorreu um expressivo crescimento de consumo na atividade rural, que alcançou 373,9%, saindo de 0,6GWh em 1991 para 3 GWh nesse período. Quando se observa a estrutura de consumo por meio do número de ligações (Tabela 46), verifica-se que a maior expansão foi no meio rural, com uma taxa de variação de 471,6%, o que de certa forma representa os investimentos feitos na eletrificação rural com os primeiros resultados do Programa Luz para Todos da Eletrobrás, através da Eletronorte.

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica (Luz para Todos) foi concebido por meio do Decreto nº 4.873 de 11 de novembro de 2003, com o objetivo de propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possuía acesso a esse serviço público. No Amapá, o projeto previa atender 21.209 consumidores, com um investimento de 170 milhões de reais. Os seus resultados começam a aparecer apenas em 2007, atendendo os primeiros 388 consumidores beneficiados pelo programa. Na avaliação feita em 2012 apenas 7.475 foram atingidos, com um alcance de 35% das metas iniciais para o Estado (Eletrobras, 2013) (Tabelas 45 e 46).

Na Tabela 47 também pode-se observar que as ligações residenciais cresceram 251,6% entre 1991 e 2010, enquanto o número de domicílios entre 1991 e 2010 atingiram um crescimento de 195,2%. Esta tabela também

**Tabela 45**

**Amapá – Estrutura do consumo de energia (GWh)**  
1991, 2001 e 2010

Região	Consumo de GWh			Variação % 1991-2010
	1991	2001	2010	
Residencial	72,4	220,0	397,0	448,4
Comercial	26,0	83,8	180,0	592,0
Industrial	25,8	20,9	35,0	35,6
Rural	0,6	1,8	3,0	373,9
Outros	49,2	123,8	171,0	247,4
Total	174,1	450,3	786,0	351,5

Fonte: Anuários Estatísticos do Amapá 1992, 2002; Anuário de Energia (EPE) 2011.

**Tabela 46**

**Amapá – Estrutura de consumo em número de ligações**  
1991, 2000 e 2010

Região	Número de ligações			Varição %
	1991	2001	2010	1991-2010
Residencial	39.874	93.554	140.187	251,6
Comercial	3.976	7.851	14.721	270,2
Industrial	113	504	512	353,1
Rural	197	389	1.126	471,6
Outros	745	1.508	1.967	164,0
Total	44.905	103.806	158.513	253,0

Fonte: Anuários Estatísticos do Amapá 1992, 2002; Anuário de Energia (EPE) 2011.

mostra que em 1991 as ligações residenciais atingiam 75,31% dos domicílios e em 2010 atingiram 85,91%. Um outro fato observado é que em 2000 os domicílios com ligações elétricas atingiram 94,91%, isso pode ser explicado da seguinte maneira: os dados utilizados referentes ao número de ligações são de 2001 sobre o número de domicílios em 2000, portanto encontram-se superestimados. Confrontando com os dados do censo de 2000 e 2010 do IBGE, estes mostram uma evolução de 98,96% para 99,7% no número de domicílios permanentes urbanos com energia elétrica, enquanto nos domicílios rurais esses valores evoluíram de 59,7%, em 2000, para 85,1% em 2010.

**Tabela 47**

**Amapá – Capacidade de atendimento domiciliar**  
1991, 2000 e 2010

Ligações residenciais por domicílio	Número de unidades			Varição %
	1991	2001	2010	1991-2010
Ligações residenciais	39.874	93.554	140.187	251,6
Domicílios	52.946	98.576	156.284	195,2
Ligações por domicílio %	75,31	94,91	89,70	19,1

Fonte: IBGE: Censos 1991 2000 e 2010. Anuários Estatísticos do Amapá 1991, 2001 e Anuário EPE 2011.

A bibliografia local discute a infraestrutura energética como sendo um gargalo para o desenvolvimento amapaense. Segundo Drumond e Pereira (2007), havia uma previsão de consumo para 1995 equivalente a 73MW/h, muito próximo da capacidade máxima da geração de 1994, de 91MW, sendo que as previsões de aumento de consumo a médio prazo seriam para uma demanda de 108,7MW/h em 2000 e 141,1MW/h para o ano de 2005, o que significa-

va um sério estrangulamento energético para o desenvolvimento amapaense. No estudo de Leonelli (2000), observa-se que o consumo residencial subiu de 84.061Kwh em 1994 para 201.304Kwh em 1998, enquanto a iluminação pública permanecia na faixa de 15.000Kwh em 1998, com uma queda acentuada no consumo industrial de 30.630Kwh para 20.888Kwh nesse período, devido ao esgotamento da exploração das minas de manganês da ICOMI.

Para Porto (2003), o consumo de energia elétrica no Amapá triplicou entre 1988 e 2000 devido ao crescimento demográfico e à influência da Área de Livre Comércio para aumentar a venda de eletroeletrônicos e de aparelhos de ar-condicionado. No entanto, os principais investimentos no setor energético na década de 1990 foram: aquisição dos relógios marcadores de consumo; melhoria dos equipamentos de distribuição energética e de fiscalização pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA); implantação de três geradores termoeletrônicos russos no início da década; implantação da terceira turbina da UHCN em 1999; e a expansão do funcionamento de usinas termoeletrônicas por 24 horas em alguns municípios, como Oiapoque e Laranjal do Jari.

Leonelli (2000) observa que apesar do PDSA ter como um indicador de sucesso o crescimento de 70% no consumo de energia em três anos pelo amapaense, o fornecimento de energia elétrica continuava sendo a primeira questão levantada pelos empresários quando eles pensavam em montar indústrias no Amapá. Ainda segundo esse autor, o governo do Amapá programou um investimento na ordem de R\$ 200 milhões até o ano de 2003 para a ampliação do fornecimento, envolvendo as seguintes iniciativas: 1) Interligação do Sistema Amapá ao Sistema Brasileiro Elétrico por meio de uma linha de transmissão de Tucuruí; 2) Construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) com recursos brasileiros e franceses; 3) Desenvolvimento de formas alternativas de produção de energia para atender as pequenas localidades isoladas.

Para Drummond e Pereira (2007), apesar de existirem diversas alternativas para solucionar o estrangulamento energético do Amapá, a pauta de investimentos da Eletronorte para o período de 1995-1999 não dava margens de esperança para a solução do problema, visto que 61,8% dos investimentos de 62,88 milhões de dólares estavam comprometidos com a geração das usinas existentes; 30,8% foram alocados para manutenção e expansão de subestações e os 7,4% restantes foram reservados para estudos e inventários. Isso criava um quadro adverso para o desenvolvimento do Amapá, no caso de depender de fornecimento confiável e barato de energia elétrica, já que não havia recursos para ampliar a capacidade energética instalada.

Na década de 2000 a situação energética do estado exigiu uma atuação mais arrojada dos segmentos políticos e empresariais locais no sentido

de superar a fragilidade no suprimento de energia elétrica. Em 2004 os estudos preliminares de viabilidade iniciados nos finais dos anos 1980 para ligar Tucuruí a Manaus atendendo o Amapá através de uma linha de transmissão foram retomados pelo governo federal. Em 2007, o projeto do “linhão” foi apresentado como uma linha de Transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus, que permitiria a integração dos estados do Amazonas, Amapá e do oeste do Pará ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Com aproximadamente 1.800 quilômetros de extensão total em tensões de 500 e 230KV em circuito duplo, passaria por trechos de florestas e atravessaria o rio Amazonas (PAC).

A obra do “linhão”, com custo estimado de 3 bilhões de dólares, integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, e além de interligar sistemas isolados do extremo norte, reduzirá o custo com geração termelétrica. A conclusão dessa obra possibilitará ao país economizar R\$ 2 bilhões por ano. Com isso, o cálculo é de que a linha se pagará em pouco mais de um ano e o fornecimento predominante será de energia limpa e renovável. Com o fim do uso de combustível fóssil, cerca de 3 milhões de toneladas de carbono deixarão de ser lançados na atmosfera. A sua licitação ocorreu em 2008, e a empresa espanhola Isolux venceu o lote A, que liga Tucuruí a Jurupari em 500KV, e o lote B, ligando Jurupari a Oriximiná em 500KV e Jurupari a Macapá em 230KV. A previsão de conclusão dos trechos era para dezembro de 2012 e junho de 2013 (PAC).

Ainda a partir do governo federal foram feitos investimentos no setor privado para a construção de hidroelétricas. A construção da hidroelétrica de Santo Antonio, no Jari, entre o Pará e o Amapá, foi retomada pelo governo federal, e terá capacidade de produção de 373,4MW, com início das atividades previsto para 2014, a um custo de R\$ 1 bilhão, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 736,8 milhões. O projeto também contempla uma linha de transmissão de 20 km, que fará a interligação do circuito Tucuruí-Macapá-Manaus ao Sistema Interligado Nacional. Também está sendo construída a hidrelétrica de Ferreira Gomes, com uma capacidade de geração de energia de 252MW, cujas atividades iniciais estão previstas para 2015. O projeto está orçado em R\$ 910 milhões, dos quais 40% provêm de capital próprio e o restante será financiado pelo BNDES. Essas obras fazem parte do PAC, da infraestrutura de energia. Para fortalecer a infraestrutura energética nas obras do PAC, também está prevista a construção da Central Hidrelétrica de Cachoeira Caldeirão, que será construída no estado do Amapá, no rio Araguari, pela Energias do Brasil (EDP). O projeto tem uma capacidade instalada de 219 megawatts (MW), e terá investimentos da ordem de R\$ 1,1 bilhão, dos quais 16% serão em 2013, 43% em 2014, 35% em 2015 e 6% em 2016, com previsão de início das atividades para 2017.

## A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

Quanto ipal estrada federal que atravessa o Amapá doe Nort ao Sul, BR 156, cuja pavimentação iniciou em 1980, atingindo 150 km de rodovia pavimentada no início dos anos de 1990, no trecho entre Macapá e Ferreira Gomes. Apesar da sua importância para o desenvolvimento e integração regional, visto que interliga 9 dos dezesseis municípios amapaenses e permitiria uma interligação com o Caribe a partir da Guiana Francesa, durante a década de 1990 sua pavimentação foi paralisada, por não ter sido contemplada nas prioridades do governo federal. Em 1998 essa rodovia foi inserida no Projeto Brasil em Ação, do governo FHC, mas, apenas em 2000, foram alocados recursos para dar continuidade à obra. De 2000 a 2010 foram pavimentados mais 224 km, alcançando a sede do município de Calçoene, a 384 Km de Macapá.

Para Leonneli (2000), devido ao fato de o governo do Amapá ser de um partido de oposição ao governo federal (PSB), este estado foi penalizado, pois acabou recebendo de 1995 a 1998 apenas R\$ 6,3 milhões para investir nas estradas federais (BR 156 e BR 210), 0,1% dos R\$ 6 bilhões aplicados em todo o Brasil, ficando na última colocação, enquanto o Acre, o penúltimo estado, recebeu R\$ 65 milhões e o ex-território de Roraima recebeu no mesmo período o valor de R\$ 87 milhões deste recurso.

Na primeira reunião de presidentes da América do Sul, realizada em 2000 em Brasília, foi instituída a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, que ficou conhecida como IIRSA. Ela serviria ao propósito de prover a região de uma infraestrutura básica, nas áreas de transporte, comunicações e energia, disponibilizando as bases para uma maior integração comercial e social do subcontinente sul-americano. No comunicado de Brasília, documento resultante da reunião de cúpula, ratificado por todos os países da América do Sul – excluí-se a Guiana Francesa –, contempla um capítulo específico sobre a infraestrutura de integração. Há objetivos orientadores da iniciativa que então se criava: 1) Identificação de obras de interesse bilateral e sub-regional; 2) Identificação de fórmulas inovadoras de apoio financeiro para os projetos de infraestrutura; 3) Adoção de regimes normativos e administrativos que facilitem a interconexão e a operação dos sistemas de energia, transportes e de comunicações (Couto, 2006).

No final desse mesmo ano, dando prosseguimento aos entendimentos presidenciais, os ministros de estado de Comunicações, Transporte e Energia da América do Sul reuniram-se em Montevideú. Na reunião foi exposto o Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul, que estabelecia três linhas gerais norteadoras das ações da iniciativa: coor-

denação de planos e de investimentos, compatibilização e harmonização dos aspectos regulatórios e institucionais, e a busca de mecanismos inovadores de financiamento público e privado. Foi definido um horizonte de dez anos para os trabalhos da IIRSA, e a estrutura gestora das ações, na qual haveria um Comitê de Coordenação Técnica (CCT) formado por três entidades multilaterais de fomento: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); a Corporação Andina de Fomento (CAF), braço financeiro da Comunidade Andina; e o Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) (Couto, 2006).

No planejamento do IIRSA, a América do Sul foi dividida em Eixos de Integração e Desenvolvimento, dentro dos quais seriam discutidos e avaliados os projetos de infraestrutura de integração. O conceito de Eixos de Integração e Desenvolvimento, desenvolvido a partir das ideias de Eliezer Batista, ex-ministro de Minas e Energia do governo de João Goulart, foi usado de forma indicativa na elaboração do Plano Plurianual (PPA) do governo brasileiro para o período de 1996-1999, como estratégia de impulsionar o desenvolvimento, objetivando alcançar a integração econômica do país, sua inserção no processo de globalização e a diminuição das disparidades regionais, devidamente articulados à realização de reformas estruturais do estado, a abertura comercial à competição externa e a maior aproximação com os vizinhos sul-americanos, entre outros (Couto, 2006; Carvalho, s/d.).

Para o período de 2000-2003 o conceito de Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento (ENID) foi mais enfatizado, com o Amapá integrando o chamado Arco Norte, do Programa Avança Brasil de FHC. Os ENIDs foram reforçados no Plano Plurianual de 2004-2007, contudo colocando um papel ativo do Estado como propulsor do desenvolvimento. Nesta perspectiva, o governo Lula manteve e aprofundou a estratégia de integração econômica do Brasil com os demais países da América do Sul a partir da execução dos Eixos de Integração, enfatizando a infraestrutura de transporte, energia e comunicação. Nesse contexto houve a retomada da pavimentação da rodovia BR-156, abandonada na década de 1990. Esta rodovia, de 805 km, atravessa o Amapá de norte a sul e o seu asfaltamento é prioritário na integração regional, visto que o Amapá e Roraima são as áreas brasileiras que integram na IIRSA o Eixo Venezuela-Guiana-Suriname-Guiana Francesa-Brasil (Carvalho, s/d.).

Ainda segundo esse autor, na perspectiva da IIRSA o asfaltamento da BR-156 atenderá os objetivos: a) de articulá-la ao sistema rodoviário da Guiana Francesa; b) integrar o Brasil através do Amapá aos países vizinhos do Norte (Guiana Francesa, Suriname e Guiana); c) possibilitar o uso do Porto de Santana por parte dos ditos países para seu intercâmbio comercial; e d) articular a produção e o mercado do Amapá com a Venezuela e dali à Comunidade An-

dina. O autor afirma também que, somado aos outros investimentos que estão sendo viabilizados, como a integração rodoviária de Boa Vista até Georgetown (Guiana), no futuro será possível sair por rodovias do Amapá até Manaus e dali para outras regiões; ou, ainda, seguir pela Venezuela em direção às Américas Central e do Norte, através da rodovia Pan-Americana, que está sendo executada pelo Plano Puebla-Panamá.

Além da pavimentação da rodovia, foi incluído no projeto de integração uma Ponte Binacional Brasil França sobre o rio Oiapoque, ligando a BR 156 à rodovia francesa que liga Caienne a San George. Esses investimentos foram incluídos no PAC, sendo que a Ponte Binacional encontra-se concluída e os últimos trechos da pavimentação estão em fase de conclusão. Segundo Brasil (2010) foram investidos nessas obras de integração, incluindo a obras de melhorias do aeroporto de Macapá durante o período de 2007 a 2010, um volume de recursos no valor de R\$ 354,1 milhões, com previsão de mais R\$ 250,4 milhões pós 2010 para a conclusão.

## **A INFRAESTRUTURA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

O Amapá, sendo uma unidade federativa da Amazônia Brasileira, sofre desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (ECO92) pressão para reverter suas atividades produtivas no sentido de contribuir com a redução dos desmatamentos e queima da floresta tropical, de forma a reduzir a emissão de gases do efeito estufa e seus efeitos nas mudanças climática globais e garantir a manutenção da rica biodiversidade que resta. Essa reversão exige uma infraestrutura científica e tecnológica capaz de produzir os conhecimentos necessários para a utilização sustentável dos seus recursos naturais. Para tanto, a análise da evolução da infraestrutura de ciência e tecnologia existente, o quantitativo da formação profissional, a capacidade de formação de pesquisadores para atuar na geração do conhecimento, são fatores importantes a serem observados.

A formação superior no Amapá iniciou-se em 1970, com a implantação do Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará, em Macapá (NEM), que funcionou até 1992, trabalhando na formação de professores com a oferta dos cursos de licenciatura em matemática, artes visuais, geografia, história, letras e pedagogia. A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), criada em 1990, funcionará a partir da infraestrutura do NEM, herdando também a sua característica formadora na área de ciências humanas, chegando em início de 2012 com 21 cursos, sendo oito deles na área de ciências humanas, seis de biológicas, quatro de exatas e três de letras e artes. Em 1992, será implantada

a primeira instituição de ensino superior privada, o Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP) (Mendes, 2012).

Quanto à evolução das Instituições de Ensino Superior (IES), na Tabela 48 verifica-se que em 1991 o Amapá possuía 0,11% das Instituições de Ensino Superior existentes no Brasil, e a região Norte 3,02%, o que significa uma posição abaixo da média nacional, considerando o critério demográfico, pois o Amapá detinha 0,20% da população brasileira e o Norte 6,8%. Em 2000 esse indicador continuou desfavorável à região Norte e ao Amapá, pois a população nortista chegou a 7,6% da nacional e a amapaense a 0,28%. Em 2010, os números percentuais de instituições de ensino superior chegam mais próximo do percentual de população, atingindo 6,14%, enquanto a população atingiu 8,3%. No Amapá, em 2010 o percentual de instituições de ensino foi superior em relação ao Brasil, que foi de 0,63%, atingindo 15 instituições, o que superou significativamente o percentual demográfico de 0,35%.

Quanto aos cursos oferecidos, em 1991 os indicadores apontavam 0,33%, superiores ao percentual populacional e diferente da região Norte, em que foram inferiores. Em 2000, ocorreu uma queda no Amapá, ficando inferior ao percentual demográfico, apesar de haver um crescimento significativo de cursos não conseguiu atingir o percentual demográfico. Em 2010, o crescimento no número de cursos superiores, que chegou a 0,43% dos existentes no Brasil, superou o percentual demográfico de 0,35%. A região Norte, apesar do grande crescimento

**Tabela 48**

**Amapá – Evolução das instituições de ensino superior**  
1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	%	Norte	%	Amapá	%
Total instituições ensino superior	1991	893	100	27	3,02	1	0,11
	2000	1.180	100	46	3,90	2	0,17
	2010	2.378	100	146	6,14	15	0,63
Instituições públicas	1991	222	100	16	7,21	1	0,45
	2000	176	100	11	6,25	1	0,57
	2010	278	100	25	8,99	2	0,72
Instituições privadas	1991	671	100	11	1,64	0	0,00
	2000	1.004	100	35	3,49	1	0,10
	2010	2.100	100	121	5,76	13	0,62
Nº cursos de graduação oferecidos	1991	4.908	100	213	4,34	16	0,33
	2000	10.585	100	708	6,69	15	0,14
	2010	28.577	100	2.066	7,23	124	0,43

Fonte: INEP (1991, 2000, 2010).

no número de cursos superiores ofertados, chegando a 7,2% do Brasil, não conseguiu atingir o percentual demográfico, que é de 8,3% da população brasileira.

Quanto à importância desse crescimento numérico das instituições de ensino superior e cursos de graduação para o fortalecimento da infraestrutura de ciência e tecnologia, pode-se inferir que em face de ser um crescimento movido pela expansão do ensino privado, tem um papel importante em aumentar o acesso e a formação superior, porém, quanto às contribuições para a construção do conhecimento necessário à sustentabilidade do desenvolvimento, e ao fortalecimento da infraestrutura científica e tecnológica, estas são pequenas devido ao pouco investimento privado em pesquisa científica.

Na Tabela 49 pode-se verificar que no Amapá ocorreu um aumento elevado no número de docentes do ensino superior, chegando a patamares próximos ao percentual demográfico de 0,35%, o que indica uma proximidade com a média nacional. Porém, quando se observa a titulação, percebe-se e pode-se calcular a distância da região Norte e do Amapá em relação ao país. O título de doutor, pré-requisito exigido para o acesso e coordenação de projetos de pesquisas financiados pelas agências de fomento no Amapá em 2010, contemplou apenas 8,7% dos docentes; na região Norte chega-se a 17,5%, enquanto no Brasil os professores doutores representam 28,4%. Quanto ao mestrado, as distorções são menores, no Amapá 30% dos docentes são mestres em 2010, enquanto no Norte chega-se a 36,5% e no país a 37,7%.

Quanto à evolução do acesso ao ensino superior, os números da Tabela 50 mostram que a oferta de vagas por 100 mil habitantes no Amapá evoluiu a patamares superiores ao Norte e ao Brasil, enquanto a procura por essas vagas

**Tabela 49**

**Amapá – Evolução do quadro docente nas IES**  
1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	%	Norte	%	Amapá	%
Número de docentes total	1991	133.135	100	4.184	3,14	23	0,02
	2000	183.194	100	6.810	3,72	165	0,09
	2010	345.335	100	21.669	6,27	1.116	0,32
Número de docentes com doutorado	1991	17.712	100	225	1,27	-	0,00
	2000	39.522	100	772	1,95	2	0,01
	2010	98.195	100	3.809	3,88	98	0,10
Número de docentes com mestrado	1991	29.046	100	825	2,84	-	0,00
	2000	54.619	100	2.422	4,43	30	0,05
	2010	130.291	100	7.920	6,08	335	0,26

Fonte: INEP (1991, 2000, 2010).

reduziu-se em relação à região e ao país no ano de 2010. A oferta de vagas pelas instituições públicas por 100 mil habitantes no Amapá foi superiores à região e ao país, sendo que no ano 2000 ocorreu uma grande diferença quando a oferta pública local chegou a 937 vagas, em contraste com as 203,9 do Norte e 144,7 no Brasil. Essa grande diferença deu-se a partir de convênios que a Universidade Federal do Amapá assinou com prefeituras e com o governo estadual para qualificar seus professores, atendendo as exigências do nível superior. O número total de matrículas por habitantes evoluiu, superando os números nacionais e regionais em 2010.

Quanto aos concluintes por habitantes, o Amapá evoluiu de 86,2 concluintes por 100 mil habitantes em 2000 para 386,1 concluintes em 2010, superando o índice da região Norte, que foi de 281,6 concluintes por 100 mil habitantes, mas ficando abaixo do índice nacional de 434,7 concluintes por 100 mil habitantes.

Quanto à infraestrutura de pós-graduação, responsável pela formação de pesquisadores através dos cursos de mestrado e doutorado, no Amapá ela vai se constituir apenas em 2006, com a criação do primeiro curso de mestrado através do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Para ser constituído, o curso precisou

**Tabela 50**

**Amapá – Evolução da formação superior (por 100.000 habitantes)**  
1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	Norte	Amapá
Vagas ofertadas	1991	351,9	124,8	155,5
	2000	716,3	384,9	1.009,2
	2010	1.635,7	993,1	1.868,2
Inscritos em vestibulares	1991	1.325,5	859,8	2.175,9
	2000	2.379,2	1.716,3	3.970,6
	2010	3.511,8	3.001,7	2.855,8
Vagas ofertadas em instituições públicas	1991	110,7	87,8	155,5
	2000	144,7	203,9	937,0
	2010	233,5	238,7	277,8
Número de matrículas	1991	1.065,9	516,6	216,7
	2000	1.586,7	891,9	911,5
	2010	2.856,6	2.221,1	3.026,2
Número de concluintes	1991	161,0	54,9	-
	2000	191,2	96,7	86,2
	2010	434,7	281,6	386,1

Fonte: INEP (1991, 2000, 2010).

da cooperação dos órgãos de pesquisa existentes no Amapá, como o Centro de Pesquisa Agroflorestal do Amapá CPAF-AP da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá (IEPA) e da UNIFAP, para ter o número de doutores necessários à aprovação do curso.

A Tabela 51 mostra a evolução da pós-graduação amapaense, cujo número de mestrados em 2010 chega a 4, representando 0,2% do número de mestrados existentes no país. Se comparado com o percentual da população amapaense (0,35%), é significativamente inferior, como também é o percentual de cursos da região Norte, de 4,8% dos existentes no país, enquanto a população existente é de 8,3% da nacional em 2010. Com os cursos de doutorado, os números são piores, em 2010 há um curso de doutorado que representa 0,1% dos existentes no país, e na região Norte há 2,9% dos cursos. Isso demonstra a defasagem do Amapá e na região Norte em relação à média nacional, e leva para baixo os outros indicadores, como docentes na pós-graduação, bolsas de mestrado e doutorado, e os investimentos da CAPES na pós-graduação.

Quanto aos resultados da formação de pesquisadores, os titulados nos cursos de pós-graduação, a Tabela 52 indica que em 2010 o Amapá tinha

**Tabela 51**

**Amapá – Evolução do quadro docente nas IES**

1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	%	Norte	%	Amapá	%
Número de cursos de mestrados	2000	1.398	100	3	,	-	0,0
	2010	2.544	100	123	4,8	4	0,2
Número de cursos de doutorados	2000	813	100	11	1,4	-	0,0
	2010	1.502	100	44	2,9	1	0,1
Número de cursos de mestrados profissionais	2000	33	100	-	-	-	0,0
	2010	247	100	7	2,8	-	0,0
Número de docentes na pós-graduação	2000	30.005	100	552	1,8	-	0,0
	2010	60.038	100	2.511	4,2	79	0,1
Número de bolsas de mestrado	2000	11.669	100	185	1,6	-	0,0
	2010	33.357	100	1.778	5,3	31	0,1
Número de bolsas de doutorado	2000	8.801	100	55	0,6	-	0,0
	2010	21.941	100	1.044	4,8	33	0,2
Investimentos pós-graduação (R\$ 1.000,00)	2002	442.993	100	14.407	3,3	52	0,0
	2008	776.894	100	31.166	4,0	882	0,1
	2012	2.139.702	100	72.608	3,4	1.481	0,1

Fonte: CAPES (2003).

19,6% matriculados em curso de mestrado por 100 mil habitantes, número significativamente menor que o da região Norte, que foi de 26,4% matriculados por 100 mil habitantes e do Brasil, que atingiu 51,7 matriculados em mestrados por 100 mil habitantes. Quanto aos números de titulados como mestres por 100 mil habitantes, o Amapá atingia 4,2 titulados, enquanto a região Norte conseguia 8,5 titulados e o país 19,6 mestres por 100 mil habitantes.

Quanto aos matriculados e titulados em cursos de doutorado por 100 mil habitantes, em 2010 o Amapá possuía apenas 2,2% matriculados e nenhum titulado por 100 mil habitantes, enquanto a região Norte conseguia 8% matriculados e 1,1% titulados em cursos de doutorados por 100 mil habitantes. Por outro lado, os indicadores nacionais mostram que no Brasil, em 2010, se alcançava um número de 33,9 matriculados e 5,9 titulados em cursos de doutorados por 100 mil habitantes. Esses dados indicam a grande defasagem do Amapá e da região Norte na formação dos pesquisadores necessários para o fortalecimento de uma infraestrutura de ciência e tecnologia capaz de dar suporte ao desenvolvimento local e regional.

**Tabela 52**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução da formação de pós-graduados  
2000-2010**

<b>Variável</b>	<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Amapá</b>
Número de alunos matriculados em mestrado por 100.000 habitantes	2000	35,6	5,9	0,0
	2010	51,7	26,4	19,6
Número de alunos titulados em mestrado por 100.000 habitantes	2000	10,4	2,1	0,0
	2010	19,0	8,5	4,2
Número de alunos matriculados em doutorado por 100.000 habitantes	2000	19,4	1,6	0,0
	2010	33,9	8,0	2,2
Número de alunos titulados em doutorado por 100.000 habitantes	2000	3,1	0,3	0,0
	2010	5,9	1,1	0,0

Fonte: CAPES (2013).

A existência de grandes dificuldades para formar os mestres e doutores no local e na região para atender as necessidades do desenvolvimento sustentável da Amazônia de forma geral e em particular do Amapá, enseja uma análise de como se encontra o processo de formação desse tipo de recursos humanos no país. Os estudos realizados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em 2012, mostram que a pós-graduação brasileira evoluiu significativamente e tem conseguido formar um grande número de mestres e doutores. A Tabela 53 indica que de 1996 a 2009 formou-se mais da metade dos 516.983 mestres e dos 187.354 doutores existentes no país de acordo

com o Censo de 2010. A Tabela também informa que 66,27% dos mestres e 71,72% dos doutores formados no período encontravam-se formalmente ocupados. Ou seja, haveria disponibilidade desses titulados para o emprego formal de pesquisadores na região Norte e no Amapá.

**Tabela 53**

**Brasil – Quantitativo de mestres e doutores existentes  
2010**

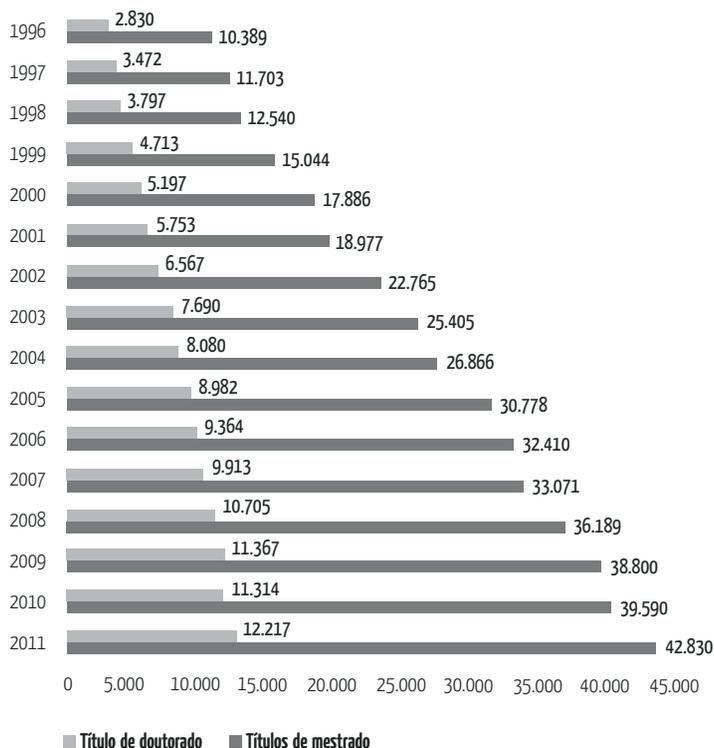
Categoria	Censo 2010			Coleta CAPES (Titulados 1996-2009)			Titulados 1996-2009 Total Censo
	Total (A)	Ocupados (B)	B/A %	Total (C)	Com emprego formal (D)	D/C %	C/A %
Mestres	516.983	440.687	85.24	275.445	182.529	66.27	53.28
Doutores	137.354	161.519	86.21	98.430	70.595	71.72	52.54

Fontes: CGEE (2012).

O Gráfico 7, elaborado pelo CGEE (2012) mostra que desde 2008 o número de doutores formados anualmente atinge valores superiores a 10 mil, enquanto o número de mestres formados a cada ano desde 2008 supera a marca dos 36 mil, atingindo em 2011 o quantitativo de 42.830. Apesar desses números, os concursos públicos para contratar profissionais titulados, principalmente doutores, para as universidades e institutos de pesquisa não conseguem atrair e fixar os doutores na região Norte e seus estados.

Segundo os estudos CGEE (2012), na faixa de 24 a 65 anos de idade havia no Brasil 516.983 mestres e 187.354 doutores, o que representava um indicador de 5,36% de mestres e 1,94% de doutores por mil habitantes nessa faixa etária, enquanto na região Norte existiam 18.695 mestres e 6.493 doutores, o que correspondia a um quantitativo de 2,67% de mestres e 0,93% de doutores por mil habitantes, o que representa valores inferiores, à metade da média nacional para uma região, do necessário para atender às cobranças de sustentabilidade socioambiental. No Amapá, nesse ano havia 865 mestres e 263 doutores, representando 3,06% de mestres e 0,93% de doutores por mil habitantes, significando a mesma problemática da região.

Esses dados mostram que a infraestrutura de ciência e tecnologia existente no Amapá e nos mais estados da Amazônia impedem a construção de um processo de geração de conhecimento e de formação de profissionais capazes de atender as cobranças de sustentabilidade para as atividades produtivas regionais e locais. O pior de tudo é que essas assimetrias existentes no país tendem a se agravar pela falta de políticas de desenvolvimento regional

**Gráfico 7****Brasil – Formação de mestres e doutores  
1996-2011**

Fontes: CGEE, 2012.

específicas e mais agressivas na área de ciência e tecnologia, pois as formas de acesso ao fomento para ciência e tecnologia de cunho essencialmente meritocráticas, com ênfase na produtividade científica, contribuem para aumentar o distanciamento entre os indicadores locais e regionais com a média nacional.

A Tabela 54, construída a partir de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal agência estatal de fomento à ciência e tecnologia, ilustra a problemática. Considerando apenas as modalidades de fomento que o Amapá conseguiu acessar de acordo com o tamanho da sua infraestrutura de ciência e tecnologia no modelo de acesso atualmente vigente. Comparando com a representação populacional da região Norte, que é de 8,3%, e do Amapá, que é de 0,35% da nacional, apenas em Bolsas de Desenvolvimento Científico e Regional (0,78%) e Bolsas de Iniciação

Científica Júnior (1,16%) o Amapá conseguiu superar a média nacional. A região Norte também atingiu esse efeito apenas nas Bolsas de Desenvolvimento Científico e Regional (9,38%) e Bolsas de Iniciação Tecnológica (10,38%).

**Tabela 54**

**Brasil, região norte e Amapá – O acesso do Amapá a política de fomento do CNPq 2013**

Tipo de fomento	Brasil	Norte	%	Amapá	%
Apoio a Participação/Realização de Eventos	610	26	4,26	1	0,16
Apoio a Projetos de Pesquisas	16.320	798	4,89	25	0,15
Bolsas de Apoio Técnico	3.520	241	6,85	4	0,11
Bolsas de Desenvolvimento Científico e Regional	256	24	9,38	2	0,78
Bolsas de Doutorado	8.846	249	2,81	1	0,01
Bolsas de Iniciação Científica	27.563	1.714	6,22	81	0,29
Bolsas de Iniciação Científica Júnior	9.301	478	5,14	108	1,16
Bolsas de Iniciação Tecnológica e Industrial	3.631	377	10,38	8	0,22
Bolsas de Mestrado	9.243	517	5,59	2	0,02
Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Tecnologia	15.081	270	1,79	2	0,01

Fonte: CNPq (2013).

As dificuldades no Amapá se agravam em relação aos estados maiores da região Norte devido à baixa capacidade de investimentos em ciência e tecnologia pelo governo estadual, que apenas em 2011 conseguiu instituir de fato a sua Fundação de Amparo à Pesquisa, que tem um papel importante na captação de recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico local. Entende-se que além de conseguir atrair os doutores para a região, é necessário garantir que haja a construção de ambientes específicos às suas atividades de pesquisa. Note-se que geralmente os contratados são jovens doutores com dificuldades de concorrer nos editais nacionais de fomento devido ainda, na maioria dos casos, à baixa produtividade científica.

## SANEAMENTO BÁSICO NO AMAPÁ

Um dos investimentos fundamentais para garantir melhorias de condições de vida para a população que vive em situações de maior adensamento populacional, como os centros urbanos, está relacionado às atividades de saneamento básico, principalmente o tratamento e distribuição de água potável, o manejo do esgoto sanitário e a gestão do lixo ou resíduos sólidos e o manejo das águas pluviais. Esse tipo de investimento tem impactos diretos na saúde da população, agravando ou reduzindo uma série de doenças, principalmente

as gastrointestinais, que podem ser evitadas ou reduzidas a partir do fornecimento de água tratada, manejo adequado do esgoto sanitário e do lixo gerado.

Apesar do conhecimento da importância de uma boa política de saneamento básico para a melhoria das condições de vida da população, muitos gestores públicos negligenciam estas atividades por razões como: a natureza elevada dos seus custos para benefícios de médio e longo prazo, a falta de capacidade técnico-financeira dos municípios menores para esses investimentos e ainda pela baixa visibilidade das obras construídas, muitas vezes subterrâneas e com baixo impacto eleitoral.

A Tabela 55, organizada com informações coletadas pelo IBGE nas Pesquisas Nacionais de Saneamento Básico (PNSB) de 2000 e 2008, permite a construção de análises sobre a evolução das atividades de saneamento básico desenvolvida pelos municípios amapaenses em comparação com o conjunto de municípios da região Norte e do país. Os dados indicam que todos os municípios amapaenses vêm, de 2000 a 2008, oferecendo alguns dos serviços de saneamento básico, que é uma performance melhor que os dados regionais e nacionais do ano de 2000. Os dados indicam que todos os municípios amapaenses têm rede de distribuição de água desde 2000, enquanto no Brasil e na região Norte ainda não se atingiu todos os municípios com este serviço, que é o mais elementar investimento do saneamento básico.

Quanto à existência de rede coletora de esgoto sanitário, apenas 31,3%, ou 5 dos 16 municípios amapaense possuem desde 2000, enquanto no Brasil 52,2% dos municípios possuíam sem ter ocorrido acréscimo nesses valores em 2008, enquanto na região Norte houve uma evolução nesses números de 7,1% dos municípios em 2000 para 13,4% em 2008. Quanto ao manejo de resíduos sólidos, no Amapá todos os municípios oferecem este tipo de serviço desde 2000, enquanto no país e na região Norte todos os municípios em 2008 oferecem este serviço. Quanto ao manejo das águas pluviais, no Amapá de 2000 para 2008 ocorreu uma redução de 37,5% para 18,8% na oferta desse serviço, ou seja, de 6 municípios, reduziu-se para 3 em 2008, por outro lado no Brasil houve uma evolução de 78,6% dos municípios em 2000 para 94,5% em 2008, e na região Norte a evolução foi de 49,4% (2000) para 89,8% (2008).

Quanto ao tratamento da água distribuída pelos municípios, a Tabela 56 indica que enquanto no Brasil ocorreu uma evolução neste quesito de 80,3% dos municípios que ofereciam algum tipo de tratamento em 2000, para 92,3% em 2008, e na região Norte, neste período, a evolução foi de 43,7% para 78% do quantitativo de municípios com tratamento da água distribuída, no Amapá houve uma redução nestes números, de 100% para 93,8%, ou seja, um dos 16 municípios deixou de oferecer tratamento na água distribuída. Da mesma

**Tabela 55**

**Brasil, região norte e Amapá – Municípios com algum serviço de saneamento básico  
2000-2008**

<b>Variável</b>	<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Amapá</b>
Total com algum serviço de saneamento básico	2000	99,8	99,3	100,0
	2008	100,0	100,0	100,0
Rede geral de distribuição de água	2000	97,9	94,0	100,0
	2008	99,4	98,4	100,0
Rede coletora de esgoto	2000	52,2	7,1	31,3
	2008	55,2	13,4	31,3
Manejo de resíduos sólidos	2000	99,4	99,1	100,0
	2008	100,0	100,0	100,0
Manejo de águas pluviais	2000	78,6	49,4	37,5
	2008	94,5	89,8	18,8

Fonte: CAPES (2013).

forma, quanto à qualidade do tratamento, no Amapá a forma tradicional, que é o tratamento completo da água bruta, o percentual de municípios com esse tipo de tratamento, que era de 50%, caiu para 25% em 2008, enquanto na região Norte houve crescimento de 16,7% para 23,2% e no Brasil a evolução foi de 48,8% para 50,6% dos municípios.

Também houve a redução do percentual de municípios com tratamento não convencional da água tratada de 6,3% para 0% entre 2000 a 2008 no Amapá, quando no conjunto dos municípios da região Norte houve uma evolução de 8% para 9,6% e no país o número de municípios com este tratamento sofreu uma pequena redução de 10,5% (2000) para 10,1% (2008). Enfim, durante o período no Amapá aumentou o número de municípios cujo tratamento da água distribuída teve como tratamento uma simples desinfecção com cloração e outros produtos, de 68,8% para 81,3%, no conjunto dos municípios brasileiros houve um acréscimo de 36% (2000) para 54,0% (2008) e na região Norte de 23,8% para 50,6%. Os municípios que utilizavam fluoretação na água permaneceram em 25% entre 2000 e 2008, com significativos avanços no Brasil e na região Norte.

Quanto ao serviço de esgotamento sanitário, a Tabela 57, organizada com dados do Ipeadata, mostra que de 1991 a 2010 a população servida por esgoto no Amapá evoluiu de 14% em 1991 para 23% em 2000 e reduziu para 22,3% em 2010, atingindo 148.464 habitantes. Esse comportamento se repetiu na região Norte, com 24% em 1991, evoluindo para 33,5% em 2000 e reduzindo para 31,1% em 2010. No Brasil o crescimento foi contínuo, de 48,9% em 1991 para

**Tabela 56****Brasil, região norte e Amapá – Evolução do tratamento de água  
2000-2008**

Variável	Ano	Brasil	Norte	Amapá
Total de municípios abastecidos	2000	97,89	93,99	100
	2008	99,41	98,44	100
Total de municípios com tratamento	2000	80,26	43,65	100
	2008	92,85	77,95	93,75
Convencional	2000	48,77	16,7	50
	2008	50,63	23,16	25
Não-convencional	2000	10,48	8,02	6,25
	2008	10,06	9,58	-
Simples desinfecção (cloração e outros)	2000	35,95	23,83	68,75
	2008	54,01	50,56	81,25
Fluoretação	2000	44,78	7,35	25
	2008	60,23	10,02	25
Sem tratamento	2000	17,63	50,33	-
	2008	6,56	20,49	6,25

Fontes: IBGE-PNSB (2000, 2008).

59,2% em 2000 e 64,5% em 2010. O descompasso entre o Amapá e a região Norte em relação ao país pode ser computado tanto ao grande crescimento demográfico associado à falta de investimento neste serviço. No Amapá, a gestão do esgoto sanitário e do abastecimento de água é de responsabilidade de uma empresa do governo estadual, a Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA).

**Tabela 57****Brasil, região norte e Amapá – Evolução do serviço de esgotamento sanitário  
1991, 2000 e 2010**

Variável	Ano	Brasil	Norte	Amapá
População servida p/esgoto (%)	1991	48,9	24,0	14,0
	2000	9,2	33,5	23,0
	2010	64,5	31,1	22,3
População servida por esgoto	1991	71.206.015	2.373.590	39.998
	2000	99.599.230	4.264.790	108.419
	2010	122.486.590	4.907.626	148.464
População em domicílio particular permanente	1991	145.657.806	9.877.927	285.991
	2000	168.370.893	12.738.260	471.520
	2010	189.790.211	15.775.341	665.630

Fonte: IPEADATA (2013).

Quanto à evolução da existência de rede coletora de esgoto para atender a população nos municípios, a Tabela 58 indica que em 2000, 68,8% dos municípios amapaenses não dispunham de rede coletora de esgoto sanitário e em 2008 esse quantitativo não modificou, enquanto no Brasil houve uma redução de 47,8% (2000) para 44,8% (2008) neste quesito e na região Norte ocorreu também uma redução de 92,9% para 86,6% no período. A alternativa utilizada em 37,5% dos municípios amapaenses em 2008 foi a utilização de fossas sépticas e sumidouros, nos municípios nortistas houve um aumento de 34,3% para 42,3% no uso dessa alternativa entre 2000 e 2008, enquanto no país, o aumento foi de 25,6% para 27,2% dos municípios adotando este procedimento.

O uso de fossas rudimentares devido à inexistência de rede coletora de esgoto atingia 17% dos municípios brasileiros, 41,2% dos municípios da região Norte e 25% dos municípios amapaenses em 2008. O uso de fossa seca diminuiu de 20,2% para 1,1% dos municípios brasileiros entre 2000 e 2008, essa redução na região Norte foi de 45,2% para 4,7% e no Amapá de 56,3% para 6,3% dos municípios. A utilização de valas a céu aberto no total dos municípios brasileiros foi de 1,7% para 0,5% entre 2000 e 2008, enquanto no Norte os 14,3% de municípios que utilizavam essa alternativa diminuíram para 2,5%. Os municípios amapaenses não utilizaram esse procedimento no período da análise. O lançamento de esgoto em corpos d'água no Amapá re-

**Tabela 58**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução no destino do esgoto sanitário  
2000-2008**

Variável	Ano	Brasil	Norte	Amapá
Total de municípios sem rede coletora de esgoto	2000	47,8	92,9	68,8
	2008	44,8	86,6	68,8
Fossas sépticas e sumidouros	2000	25,6	34,3	-
	2008	27,2	42,3	37,5
Fossas rudimentares	2000	-	-	-
	2008	17,0	41,2	25,0
Fossas secas	2000	20,2	45,2	56,3
	2008	1,1	4,7	6,3
Valas a céu aberto	2000	1,7	14,3	-
	2008	0,5	2,5	-
Lançamento em corpos d'água	2000	1,2	2,2	18,8
	2008	0,6	1,6	-
Outra	2000	0,9	0,7	-
	2008	0,5	0,5	6,3

Fonte : IBGE-PNSB (2000, 2008).

duziu de 18,8% para nenhum entre 2000 e 2008, no Norte a redução foi de 2,2% para 1,6% e no Brasil de 1,2% para 0,6% dos municípios.

Quanto à evolução do tipo de unidade coletora de esgoto sanitário utilizado pelos municípios, a Tabela 59 mostra que o número de municípios com coleta de esgoto sanitário no Amapá entre 2000 e 2008 manteve-se em 31,25%, enquanto na região Norte ocorreu uma evolução de 7,13% para 13,36% e no Brasil de 52,24% para 55,16% dos municípios nesse período. Quanto ao uso de coletora unitária ou mista, onde a coleta de esgoto vai junto com a água pluvial, em 2000, no Amapá, 6,25% dos municípios utilizavam esse procedimento, continuando com os mesmos valores em 2008, no Brasil houve um acréscimo no percentual dos municípios neste quesito, que passaram de 14,65% para 17,56% e no Norte de 2% para 3,79% no período.

Quanto à utilização de separadora convencional, que usa redes separadas para esgoto e águas pluviais, dos 25% dos municípios amapaenses que utilizavam este tipo em 2000, aumentou-se para 31,25% em 2008; no Brasil o aumento foi de 40,24% para 43,85% e na região Norte de 5,35% para 10,47% dos municípios neste período. No Amapá nenhum município utilizou na coleta de esgoto sanitário o recurso de separadora condominial, no Norte houve um aumento de 1,78% dos municípios (2000) para 1,11% em 2008, no Brasil houve uma redução de 3,6% dos municípios para 3,33% no período.

**Tabela 59**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução na coleta do esgoto sanitário  
2000-2008**

Variável	Ano	Brasil	Norte	Amapá
Total com coleta de esgoto sanitário	2000	52,24	7,13	31,25
	2008	55,16	13,36	31,25
Unitária ou mista	2000	14,65	2,00	6,25
	2008	17,56	3,79	6,25
Separadora convencional	2000	40,24	5,35	25,00
	2008	43,85	10,47	31,25
Separadora condominial	2000	3,60	1,78	-
	2008	3,32	1,11	-

Fonte: IBGE-PNSB (2000, 2008).

Para concluir, apesar do esgotamento sanitário atingir em 2010 22,3% da população amapaense segundo o Ipeadata, quando se analisa pelo número de domicílios ligados a rede de esgoto, os números chegam a 5.849 residências atendidas de acordo com a PNSB (2008). Isso significa, conforme o Gráfico 8

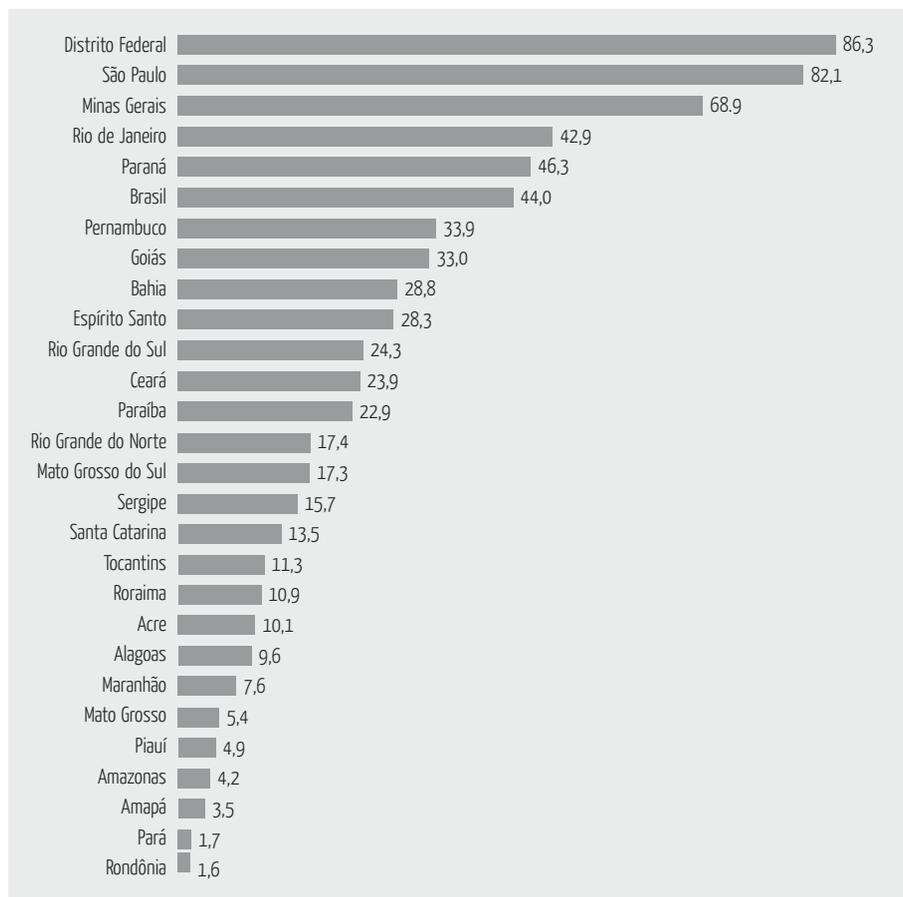
da PNSB (2008) realça, que o estado do Amapá encontrava-se em 2008 entre as unidades federativas com menores atendimentos, ou seja, apenas 3,5% dos domicílios estavam sendo atendidos, quando na média nacional atendia-se 44% dos domicílios por rede geral de esgoto.

Quanto ao destino dos resíduos sólidos, apesar de todos os municípios amapaenses fazerem a coleta do lixo urbano, apenas o município de Macapá possuía em 2010 um aterro sanitário controlado, os outros municípios ainda depositavam os seus resíduos sólidos em áreas de céu aberto, os conhecidos

### Gráfico 8

#### Brasil e Unidades da Federação – Percentual de domicílios atendidos por rede geral de esgoto 2008

89



Fonte: IBGGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (2008).

Nota: Considera-se economia residencial esgotada como domicílio atendido por rede geral de esgoto.

lixões. No município de Macapá, o manejo do resíduo sólido é executado por uma empresa terceirizada, nos outros municípios a atividade é desenvolvida diretamente pelas prefeituras municipais.

## ECONOMIA PRODUTIVA

A evolução da estrutura produtiva amapaense será analisada em oito setores: 1) Indústria Extrativa Mineral, 2) Indústria de Transformação, 3) Serviços Industriais de Utilidade Pública, 4) Construção Civil, 5) Comércio, 6) Serviços, 7) Administração Pública e 8) Agropecuária. A metodologia utilizada pelo IBGE quanto ao número de estabelecimentos formais, pode ser observada na Tabela 60, em que no período de 1991 a 2000 ocorreram os maiores crescimentos na Agropecuária (514,3%), nos Serviços (411,4%), na Administração Pública (336,4%) e no Comércio (326,3%). Esse comportamento representa a expectativa de novas oportunidades criadas pela transformação do Amapá em estado, com a criação de novos municípios e a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). Em termos gerais, a evolução do número de estabelecimentos foi na ordem de 272,2%.

Na década seguinte, a evolução dos números de estabelecimentos, de forma geral, foi muito inferior ao período anterior, atingindo apenas 107,6%. Na evolução setorial, o melhor desempenho ocorreu na Indústria Extrativa Mineral, que cresceu 340%, seguido da Agropecuária (141,9%) e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (140,0%), enquanto o número de estabelecimentos comerciais ainda cresceu 130,1%. Essa evolução menor pode indicar que as expectativas para negócios criadas com a transformação do Amapá em estado e as expectativas com a ALCMS tenham decrescido pela baixa capacidade de investimentos do poder público estadual e a abertura da economia nacional, reduzindo os ganhos no mercado de importados nas áreas de livre comércio.

**Tabela 60****Amapá – Distribuição dos estabelecimentos por setor**  
1991, 2000 e 2010

Setor	1991	2000	2001	1991-2000 %	2000-2010 %
Extrativa mineral	4	5	22	25,0	340,0
Indústria de transformação	52	161	306	209,6	90,1
Serviços industriais de utilidade pública	6	5	12	-16,7	140,0
Construção civil	56	164	308	192,9	87,8
Comércio	278	1.185	2.727	326,3	130,1
Serviços	193	987	1.858	411,4	88,2
Administração pública	11	48	57	336,4	18,8
Agropecuária	7	43	104	514,3	141,9
Não classificados	91	-	-	-	-
Total	698	2.598	5.394	272,2	107,6

Fonte: RAIS/CAGED (2013).

Quanto à evolução da capacidade de geração dos empregos formais, a Tabela 61 mostra que no período de 1991 a 2000 o melhor desempenho foi do Setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública, que cresceu 822,1%, seguido pelo Setor de Serviços, com evolução de 291,8%, e da Agropecuária, com 282,1%. Nesse período ocorreu uma redução de 98,5% na Indústria Extrativa Mineral e de 24,8% na Administração Pública. Os dados positivos vinculam-se ao aumento do número de municípios, o que propiciou a ampliação na oferta de serviços de produção e distribuição de água, energia elétrica e gás, enquanto na agropecuária o beneficiamento de produtos pelas cooperativas contribuiu para isso. Quanto à grande redução nos postos de trabalho na Indústria Extrativa Mineral tem a ver com o encerramento das atividades de produção de manganês pela ICOMI em 1997, e na Administração Pública, pela aposentaria e redistribuição para outros estados dos servidores públicos federais do ex-território federal do Amapá.

Quanto à evolução dos empregos formais na década de 2000, a Tabela 61 mostra que na Indústria Extrativa Mineral ocorreu uma enorme evolução, de 5.589,47%, seguido da Agropecuária, que cresceu 594,6%, e na Administração Pública, que alcançou 262,3%. O pior desempenho ocorreu nos Serviços Industriais de Utilidade Pública, que apresentou uma redução de 81,9% nos seus empregos formais.

O bom desempenho relativo da Indústria Extrativa Mineral ocorreu pelos investimentos feitos para a exploração de minério de ferro e ouro por

grandes empresas mineradoras, enquanto a queda dos empregos nos Serviços Industriais de Utilidade Pública pode ter ocorrido pelas dificuldades de investimentos do governo estadual e prefeituras nas atividades de produção e distribuição de água, energia e gás, além de modificações nas regras do fornecimento desses produtos e mudanças tecnológicas. Quantitativamente, os resultados nominais mais expressivos ocorreram na Administração Pública que criou 36.089 novos vínculos, ou seja 59,5% de todo o emprego formal criado entre 2000 e 2010. No geral, a evolução no emprego formal foi de 42,6% entre 1991 a 2000 para 127,7% no período de 2000 a 2010, acompanhando as melhorias na economia brasileira.

**Tabela 61**

**Amapá – Evolução dos empregos formais por setor**  
1991, 2000 e 2010

Setor	1991	2000	2001	1991-2000 %	2000-2010 %
Extrativa mineral	1.255	19	1.081	-98,5	5.589,47
Indústria de transformação	1.398	2.149	3.024	53,7	40,7
Serviços industriais de utilidade pública	875	8.068	1.463	822,1	-81,9
Construção Civil	2.083	2.177	4.618	4,5	112,1
Comércio	1.935	7.129	21.117	268,4	196,2
Serviços	3.590	14.064	26.004	291,8	84,9
Agropecuária	39	149	1.035	282,1	594,6
Não classificados	3.825	-	-	-	-
Total	33.310	47.515	108.191	42,6	127,7

Fonte: RAIS/CAGED (2013).

Quanto ao impacto econômico dos trabalhadores formais na economia amapaense, considerando os números de salários-mínimos pagos no mês de dezembro do respectivo ano por setor, expresso Tabela 62, pode-se perceber que a Administração Pública tem se mantido como a maior fonte pagadora de salários desde a criação do Estado. Em 1991 sua participação representava 49,7% da massa salarial do mercado formal, seguida por setores não classificados com 12,4%, setor de Serviços com 11,6% e a Indústria Extrativa Mineral com 7,4%. Em 2000, a representatividade da Administração pública decresce para 43,5% seguida pelo Serviços Industriais de Utilidade Pública com 24,7% e do setor de Serviços com 19,0%. Neste ano, a participação da Indústria Extrativa Mineral caiu para 0,2%, impactos do fim da exploração de manganês da Serra do Navio.

A Tabela 62 mostra que em 2010, a participação da Administração Pública na massa de salários do mercado formal chega a 69,3% sendo seguido pelos setores de Serviços com 14,3% e o Comércio que atingiu 8,3%. O setor da Indústria Extrativa Mineral, que para Abrantes (2003) encontrava-se em um “boom da mineração” participou neste ano com apenas 1,2% na massa salarial do mercado formal. Quanto a equivalência dos salários dos trabalhadores formais no PIB, em 2000 representava 23,3% aumentando em 2010 para 35,2%.

**Tabela 62**

**Amapá – Salários-mínimos pagos aos trabalhadores formais por setor**  
1991, 2000 e 2010

Setor econômico	1991		2000		2001	
	SM	%	SM	%	SM	%
Extrativa mineral	13.322,4	7,4	424,5	0,2	5.347,4	1,2
Indústria de transformação	7.275,9	4,0	6.803,1	2,4	5.840,5	1,3
Serviços industriais de utilidade pública	10.148,7	5,6	69.136,0	24,7	6.022,7	1,4
Construção civil	10.270,9	5,7	10.032,6	3,6	15.427,1	3,5
Comércio	6.368,4	3,5	18.417,9	6,6	36.594,1	8,3
Serviços	20.829,4	11,6	53.285,3	19,0	62.901,7	14,3
Administração pública	89.430,9	49,7	121.731,8	43,5	304.163,2	69,3
Agropecuária	73,2	0,0	239,3	0,1	2.361,2	0,5
Não classificados	22.306,1	12,4	-	-	-	-
Total	180.026,0	100,0	280.070,6	100,0	438.657,9	100,0

Fonte: RAIS/MTE (2013).

Quanto ao rendimento médio do trabalho formal, a Tabela 63 indica que de 1991 a 2010 ocorreu uma queda nos salários pagos tendo como referência o número de salários-mínimos (SM.). No geral, ocorreu uma queda nos salários em todos os setores, com exceção da Agropecuária, onde ocorreu um pequeno acréscimo de 1,6 SM para 2,3 SM. A redução média geral nos salários foi de um valor de 5,9 para 4,1 SM. As maiores quedas foram na Indústria Extrativa Mineral que em 1991 pagava um salário médio de 10,6 SM, em 2000 passou para 22,3 SM caindo em 2010 para um salário médio de 4,9 SM. Este comportamento na Indústria Extrativa Mineral pode ser explicado pelo esgotamento do manganês da Serra do Navio, em 1997, com a empresa demitindo seus trabalhadores, mas permanecendo com um quadro de gerentes para organizarem as atividades de encerramento das atividades.

Quanto a evolução dos indicadores de atividade e ocupação da economia amapaense, a Tabela 64 mostra que a Taxa de Atividade, que é a rela-

Tabela 63

Amapá – Evolução dos salários dos trabalhadores formais (valores em salários-mínimos)  
1991, 2000 e 2010

Setor econômico	1991			2000			2010		
	Total	Vínculos	Médio	Total	Vínculos	Médio	Total	Vínculos	Médio
Extrativa mineral	13.3224	1.255	10,6	424,5	19	223	5.347,4	1.081	4,9
Indústria de transformação	7.275,9	1.398	5,2	6.803,1	2149	3,2	5.840,5	3.024	1,9
Serviços industriais últi. pública	10.148,7	875	11,6	69.136,0	8.068	8,6	6.022,7	1.463	4,1
Construção civil	10.270,9	2083	4,9	10.036	2177	4,6	15.427,1	4.618	3,3
Comércio	6.368,4	1.935	3,3	18.417,9	7.129	26	36.594,1	21.117	1,7
Serviços	20.829,4	3.590	5,8	53.285,30	14.064	3,8	62901,7	26.004	2,4
Administração pública	89.430,9	18.310	4,9	121.731,80	13.760	8,8	304.163,2	49.849	6,1
Agropecuária	73,2	39	1,9	239,3	149	1,6	2361,2	1.035	2,3
Não classificados	22306,1	3.825	5,8	-	-	-	-	-	-
Total	180.026,0	33.310	5,4	280.070,6	47.515	5,9	438.65,9	108.191	4,1

Fonte: RAIS/MTE (2013).

ção entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa teve um aumento superior no Amapá em relação a região Norte e ao Brasil, enquanto na economia amapaense ocorreu um acréscimo absoluto de 9,6% passando de 46,50% em 1991 para 56,16% em 2010, no Brasil o crescimento foi de 5,9% e na região Norte de 6,7%. Quanto a Taxa de Ocupação, que é a relação entre a população ocupada em relação a economicamente ativa, os números do Amapá acompanham os do Brasil, com uma queda entre 1991 a 2000 e um crescimento entre 2000 a 2010, porém com os valores de 2010 (88,9%) abaixo de 1991(89,99%). O comportamento da região Norte foi crescente entre 1991(72,33%) para 2010 (91,27%).

Quanto a relação entre os trabalhadores formais e a população ocupada, no Amapá este indicador mostra entre 1991 a 2010, uma pequena evolução de 40,13% para 41,50% com uma queda em 2000 para 32,59%. Estes resultados são superiores a região Norte mais são inferiores ao Brasil que evoluiu de 40,91% para 51,3%. Quanto ao Grau de Informalidade, calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que em termos gerais é a relação entre os trabalhadores sem carteira assinada pelo total de trabalhadores em atividade, a Tabela 65 indica que no Amapá houve uma redução neste indicador, caindo de 51% em 1992 para 50,3% em 2009, valores bem inferiores à média nacional que caiu de 51,9% para 46,4% neste mesmo período.

Quanto ao perfil dos trabalhadores do mercado formal de trabalho considerando as questões de gênero, a Tabela 66 mostra que as mulheres au-

**Tabela 64****Brasil, região norte e Amapá – Evolução dos Indicadores de atividade e ocupação**  
1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	Norte	Amapá
População em idade ativa (PIA)	1991	112.859.578	7.126.223	198.328
	2000	136.910.358	9.657.961	347.992
	2010	161.981.299	12.669.874	526.975
População economicamente ativa (PEA)	1991	56.455.603	3.380.119	92.232
	2000	77.467.473	5.128.810	180.973
	2010	93.504.659	6.861.443	295.955
População ocupada (POC)	1991	55.293.313	2.444.929	83.000
	2000	65.629.892	4.371.348	145.816
	2010	86.353.839	6.262.341	260.701
Trabalhadores formais	1991	22.620.734	851.482	33.310
	2000	26.226.629	1.094.365	47.515
	2010	44.068.355	2.408.182	108.191
Taxa de Atividade (PEA/PIA)	1991	51,80	47,43	46,50
	2000	56,56	53,10	52,00
	2010	57,73	54,16	56,16
Relação trabalhadores formais pela POC	1991	40,91	34,63	40,13
	2000	39,96	25,03	32,59
	2010	51,03	38,45	41,50
Taxa de ocupação (POC/PEA)	1991	94,59	72,33	89,99
	2000	64,72	65,23	80,57
	2010	92,35	91,2	88,09

Fontes: |BGE(2013); RAIS/CAGED(2013).

**Tabela 65****Brasil e estados região norte – Grau de informalidade da economia**  
1992, 2001 e 2009

Localização	1991	2000	2010
Brasil	51,9	52,5	46,4
Acre	50,6	55,3	48,1
Amazonas	51,7	56,5	50,0
Amapá	51,0	48,6	50,3
Pará	63,1	64,7	61,1
Rondônia	52,5	52,9	41,3
Roraima	48,2	72,1	51,4
Tocantins	76,1	71,1	60,7

Fonte: IPEADATA (2011).

mentaram a sua participação no mercado de trabalho formal. Em 1991, dos empregos formais 38,5% eram ocupados por mulheres, esse percentual aumentou em 2000 para 41,6% e em 2010 atingiu um patamar de 45,5%.

**Tabela 66**

**Amapá – Evolução do emprego formal por sexo**  
1991, 2000 e 2010

Ano	Total	Masculino	%	Feminino	%
1991	33.310	20.475	61,5	12.835	38,5
2000	47.515	27.738	58,4	19.777	41,6
2010	108.191	58.943	54,5	49.248	45,5

Fonte: IPEADATA (2011).

Quanto a evolução da escolaridade dos trabalhadores no mercado formal, a Tabela 67 indica que entre 1991 a 2010 ocorreu uma queda na contratação de trabalhadores com a escolaridade mais baixa e um aumento na contratação de trabalhadores com maior escolaridade. Em 1991, os trabalhadores com o ensino médio completo para cima representavam 42,62%, em 2000 passaram para 50,8% e em 2010 esse número cresceu para 76,9%. Con-

**Tabela 67**

**Amapá – Evolução da escolaridade dos trabalhadores formais**  
1991, 2000 e 2010

Escolaridade	1991		2000		2010		2000-2010
	Vínculo	%	Vínculo	%	Vínculo	%	%
Analfabeto	610	1,83	478	1,01	355	0,33	-25,73
Até 5ª incompleto	2.857	8,58	2.548	5,36	1.576	1,46	-38,15
5ª completo fundamental	3.445	10,34	2.823	5,94	1.608	1,49	-43,04
6ª a 9ª fundamental	3.863	11,60	4.841	10,19	5.053	4,67	4,38
Fundamental completo	5.415	16,26	9.655	20,32	10.512	9,72	8,88
Médio incompleto	2.926	8,78	3.029	6,37	5.841	5,40	92,84
Médio completo	10.163	30,51	18.661	39,27	67.243	62,15	260,34
Superior incompleto	746	2,24	860	1,81	3.065	2,83	256,40
Superior completo	2.870	8,62	4.620	9,72	12.764	11,80	176,28
Mestrado	nd	nd	nd	nd	138	0,13	
Doutorado	nd	nd	nd	nd	36	0,03	
Não classificados	415	1,25	nd	nd	nd	nd	
Total	33.310	100,00	47.515	100,00	108.191	100,00	127,70

Fonte: RAIS/CAGED (2013).

sequentemente, os analfabetos contratados representavam 1,83%, reduzindo para 0,33% em 2010, enquanto os trabalhadores com nível superior completo que eram 8,62% passaram para 12%. Isto mostra que a escolaridade passa a ser um requisito fundamental para o acesso ao mercado de trabalho formal na economia amapaense, com uma evolução de 176,28% para os trabalhadores de nível superior, de 260,34% para os de nível médio e uma redução de 25,73% nos analfabetos, entre 2000 e 2010.

Quando se analisa a evolução pela renda familiar, a Tabela 68 aponta que no período de 2000 a 2010, o bom desempenho da economia brasileira associado as políticas do governo federal de combate a pobreza mostraram um resultado positivo no rendimento médio domiciliar no Brasil, na região Norte, e no Amapá. Sendo que o desempenho regional foi superior ao nacional, a renda média domiciliar na região Norte cresceu 138,5% enquanto a evolução nacional foi de 126,8%. No Amapá o crescimento foi de 140,6%, superior a nacional e regional. A melhoria do rendimento médio domiciliar no meio rural foi superior ao ambiente urbano, tanto no Brasil (143,9%) quanto no Amapá (171,6%), enquanto na região Norte essa evolução foi inferior (113,8%).

**Tabela 68**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução do rendimento médio domiciliar  
2000-2010**

Localização		2000	2010	2000-2010 (%)
Brasil	Total	1.117,95	2.535,31	126,8
	Urbana	1.248,69	2.768,35	121,7
	Rural	458,32	1.117,68	143,9
Norte	Total	820,20	1.956,03	138,5
	Urbana	969,78	2.292,67	136,4
	Rural	422,23	902,56	113,8
Amapá	Total	1.011,19	2.447,61	142,1
	Urbana	1.080,04	2.598,04	140,6
	Rural	376,77	1.023,17	171,6

Fonte: IBGE, Censo 2000,2010.

## A AGROPECUÁRIA AMAPAENSE

Apesar da preocupação do governo territorial em investir na agricultura desde a instalação do Território, o desempenho da produção das principais culturas temporárias cultivadas foi inexpressivo e decrescente em relação ao tamanho da população ao longo das décadas (Drummond e Pereira, 2007). O

**Tabela 69**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução da produção de culturas temporárias no Amapá 1991, 2000 e 2010**

<b>Variável</b>	<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Amapá</b>
Mandioca (toneladas)	1991	24.537.505,00	4.467.291,00	17.520,00
	2000	23.044.190,00	5.924.248,00	47.500,00
	2010	24.967.052,00	7.281.370,00	138.254,00
Mandioca (toneladas/1.000 hab.)	1991	167,12	445,37	60,54
	2000	135,71	459,22	99,57
	2010	130,88	458,97	206,50
Arroz (toneladas)	1991	9.488.007,00	720.617,00	328,00
	2000	11.134.588,00	1.070.821,00	960,00
	2010	11.235.986,00	1.000.190,00	4.426,00
Arroz (toneladas/1.000 hab.)	1991	64,621	71,842	1,133
	2000	65,575	83,005	2,012
	2010	58,902	63,046	6,614
Milho (toneladas)	1991	23.624.340,00	610.000,00	194,00
	2000	32.321.000,00	944.563,00	854,00
	2010	55.364.271,00	1.299.751,00	3.233,00
Milho (toneladas/1.000 hab.)	1991	160,901	60,814	0,670
	2000	190,348	73,218	1,790
	2010	290,236	81,929	4,829
Feijão (toneladas)	1991	2.744.711,00	123.007,00	21,00
	2000	3.056.289,00	110.496,00	120,00
	2010	3.158.905,00	93.033,00	1.468,00
Feijão(toneladas/1.000 hab)	1991	18,69	12,26	0,07
	2000	18,00	8,57	0,25
	2010	16,56	5,86	2,19

Fonte : IBGE-PNSB (2000, 2008).

que poderia indicar que os investimentos na agricultura foram sempre inferiores as necessidades da demanda por esses produtos. Um fator que se discutia como importante inibidor é a baixa fertilidade e alta acidez dos solos, o que exigiria grandes investimentos em calcários e fertilizantes. Estes investimentos não eram comuns na época de território, com exceção da colônia agrícola do Matapi, para onde foram deslocados colonos japoneses, que possuíam um maior conhecimento tecnológico.

Com a transformação do Amapá em estado, observa-se nos dados da Tabela 69 que ocorreu uma melhoria no desempenho da produção das principais culturas temporárias tanto em valores absolutos com em valores relativos

ao país e a região. A mandioca, que é uma cultura típica e tradicional da região, originária da agricultura indígena e que seu principal produto, a farinha, encontra-se, diariamente, presente na alimentação básica da população local, apresentou no período um desempenho crescente, chegando em 2010 com uma produção de 206,5 toneladas por mil habitantes, valor superior a média nacional de 130,8 toneladas por habitantes, porém inferior a 458,9 toneladas por habitantes da região Norte. A produção amapaense de mandioca é insuficiente para atender o consumo local, havendo uma grande importação de farinhas de outros estados.

O mesmo comportamento aconteceu com a produção das outras principais culturas temporárias cultivadas como o milho, o arroz e o feijão, que melhoraram de forma acentuada a sua produção por habitante em relação ao Brasil e a região Norte, porém como uma quantidade inexpressiva e insuficiente para atender a demanda local. Desta forma, observa-se as necessidades da população sendo suprida com produtos agrícolas básicos importados de outros estados brasileiros. Ou seja, a economia amapaense continua com a mesma dependência da produção agrícola externa vivenciada na fase de Território Federal.

Quanto as culturas permanentes, os principais produtos produzidos no período, em termos quantitativos, foram o abacaxi, a banana, laranja e maracujá. Na Tabela 70, pode-se observar o mesmo comportamento ocorrido com as culturas temporárias, geralmente os resultados são crescentes aproximados ao desempenho regional e nacional, porém com valores absolutos inexpressivos para atender a demanda local, mantendo a sociedade dependente da importação desses produtos capazes de ser produzidos na região.

O desempenho incipiente da agricultura, fez do Amapá um grande importador de alimentos, abastecido em muitos produtos, pela agricultura paraense. Quanto ao desempenho da pecuária, verifica-se, na Tabela 71, que na produção de grandes animais o rebanho bovino apresenta uma queda na produção per capita, comparada ao país e a região, enquanto o plantel bubalino apresenta uma tendência de crescimento, superior ao regional e nacional, o que tende a substituição da criação bovina pela bubalina, devido o tipo de criação ser extensiva, com baixo nível tecnológico, o que favorece ao búfalo pela sua rusticidade e maior capacidade de adaptação as áreas inundadas do Amapá. Quanto a pecuária de pequeno e médio porte, como a criação de frangos e porcos, os dados mostram uma tendência a redução da produção por habitante tanto no Amapá como na região Norte, que vem sendo substituído pela produção congelada importada do Sul e Sudeste do país.

Quanto ao extrativismo vegetal não madeireiro, a Tabela 72 mostra um decréscimo na produção dos dois principais produtos, tantos em valor total da produção como no valor per capita. A castanha do Brasil, sob o ponto de vista do

**Tabela 70**

**Brasil, região norte e Amapá – A evolução das culturas permanentes no Amapá**  
1991, 2000 e 2010

<b>Variável</b>	<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Amapá</b>
Abacaxi (1.000 frutos)	1991	793.539,00	29.597,00	358,00
	2000	1.335.792,00	291.452,00	1.410,00
	2010	1.470.391,00	349.613,00	2.787,00
Abacaxi (1.000 frutos/1.000 hab.)	1991	5,40	2,95	1,24
	2000	7,87	22,59	2,96
	2010	7,71	22,04	4,16
Banana (toneladas)	1991	554.052,00	78.930,00	157,00
	2000	566.336,00	145.564,00	480,00
	2010	6.969.306,00	814.929,00	6.415,00
Banana (toneladas/1.000 hab.)	1991	3,774	7,869	0,543
	2000	3,335	11,283	1,006
	2010	36,535	51,368	9,581
Laranja (toneladas)	1991	94.681.717,00	1.078.076,00	3.170,00
	2000	106.651.289,00	1.479.504,00	256.582,00
	2010	18.503.139,00	256.252,00	13.558,00
Laranja (toneladas/1.000 hab.)	1991	644,859	107,479	10,954
	2000	628,103	114,684	56,076
	2010	96,999	16,173	20,250
Maracujá (toneladas)	1991	3.170.363,00	1.357.697,00	
	2000	2.762.808,00	180.833,00	2.095,00
	2010	922.334,00	50.180,00	912,00
Maracujá (toneladas/1000 hab.)	1991	21,59	135,36	0,00
	2000	16,27	14,02	4,39
	2010	4,84	3,16	136

Fonte: IBGE (2013).

volume da produção, sofre variações grande de produção a cada safra, devido ao esgotamento das castanheiras em anos de grande produção, embora na relação por habitante exista uma tendência de queda, pois o tamanho dos castanhais é praticamente fixo em relação ao crescimento da população. Quanto ao açaí, a variação brusca na produção entre os anos de 1991 a 2000 tem a ver com a pressão da derrubada de açaiçais para extração de palmito naquela década, no Amapá.

Em termos gerais, a agropecuária amapaense, principalmente a produção de alimentos básicos, no período de 1991 a 2010, apesar de ter apresentado alguns resultados positivos de crescimento relativo ao país e a região, apresentou uma grande fragilidade no atendimento das necessidades do desenvol-

**Tabela 71****Brasil, região norte e Amapá – Evolução da pecuária**  
1991, 2000 e 2010

Variável	Ano	Brasil	Norte	Amapá
Bubalinos	1991	1.432.112	846.073	78.175
	2000	1.102.551	700.084	159.650
	2010	1.184.511	752.830	214.271
Bubalinos/habitante	1991	0,01	0,08	0,27
	2000	0,01	0,05	0,33
	2010	0,01	0,05	0,32
Bovinos	1991	152.135.505	15.361.795	70.875
	2000	169.875.524	24.517.612	82.822
	2010	209.541.109	42.100.695	114.773
Bovinos/habitante	1991	1,04	1,53	0,24
	2000	1,00	1,90	0,17
	2010	1,10	2,65	0,17
Suínos	1991	34.290.275	4.025.404	27.805
	2000	31.562.111	2.619.791	17.036
	2010	38.956.758	1.607.481	30.055
Suínos/habitante	1991	0,23	0,40	0,10
	2000	0,19	0,20	0,04
	2010	0,20	0,10	0,04
Frangos	1991	393.848.481	18.215.368	409.113
	2000	659.245.547	18.972.976	51.858
	2010	1.028.151.477	18.279.456	47.348
Frangos/habitante	1991	2,68	1,82	1,41
	2000	3,88	1,47	0,11
	2010	5,39	1,15	0,07

Fonte: IBGE (2013).

vimento, considerando os aspectos ligados ao atendimento do crescimento demográfico. Os resultados positivos dizem respeito as políticas de incentivo à produção dos governos federal e estadual, porém os investimentos não conseguiram alcançar resultados maiores na redução da dependência de importação de alimentos que podem ser produzidos no local, para atender as demandas do crescimento demográfico maior em relação a região e ao país. Essa fragilidade manifesta-se em um desequilíbrio entre campo e cidade, o que significa uma tendência crescente para a urbanização acelerada, devido a vida efêmera dos grandes projetos que se instalaram para a utilização de recursos naturais não renováveis, com ênfase na mineração, atraindo grande levas de migrantes.

**Tabela 72**

**Brasil, região norte e Amapá – Evolução do extrativismo não-madeireiro  
1991, 2000 e 2010**

Variável	Ano	Brasil	Norte	Amapá
Açaí fruto (tonelada)	1991	116.559,00	112.605,00	3.240,00
	2000	121.800,00	115.864,00	1.825,00
	2010	124.421,00	113.331,00	1.427,00
Açaí fruto (tonelada/1.000 hab.)	1991	0,79	11,23	11,20
	2000	0,72	8,98	3,83
	2010	0,65	7,14	2,13
Castanha do Brasil (toneladas)	1991	35.838,00	35.025,00	1.898,00
	2000	33.431,00	33.186,00	1.639,00
	2010	40.357,00	38.879,00	447,00
Castanha do Brasil (toneladas/1.000 hab.)	1991	0,244	3,492	6,558
	2000	0,197	2,572	3,436
	2010	0,212	2,451	0,668

Fonte: IBGE (2013).

Abrantes (2010) considera a regularização fundiária um dos fatores cruciais para a manutenção dessa situação de pouco dinamismo da agropecuária, tendo em vista que, atualmente, apenas 11% das terras amapaenses são tituladas, isso historicamente impediu o acesso dos produtores rurais as políticas de incentivo a agricultura. Jorge (2003) mostra que entre os anos de 1974 a 2002, dos 5.899.621,30 de hectares de terras na jurisdição do Incra, apenas 436.979,95 hectares, ou seja, 7,86%, receberam a titulação definitiva de poses para 3.312 proprietários, enquanto 5.316 ocupantes de 727.131,51 hectares ou 12,32% das terras do Incra possuíam apenas titulação provisória das poses. Este fator pode ter sido determinante para impedir investimentos em 61,6% das propriedades rurais, através das políticas de crédito rural.

Quanto ao perfil da ocupação fundiária, Jorge (2003) apresenta uma organização da evolução das propriedades rurais do Amapá no período de um decênio (Tabelas 73 e 74), onde mostra concentração da terra existente, em 1986, onde 1,51% dos estabelecimentos rurais possuíam propriedades com dimensão superior a 5.000 hectares ocupando uma área de 3.352.995,1 hectares, enquanto 3.217 proprietários, 68,68% dos estabelecimento, ocupantes de áreas menor que 100 hectares, tinham a posse de apenas 288.785,2 hectares o que representa uma alta concentração das terras nas mãos de poucos. Em 1996, a concentração fundiária continua alta, apesar de reduzir o tamanho das terras ocupadas, verificando-se que 23 propriedades rurais (0,47%) tem

a posse de 47,39% das terras ocupadas, uma área de 876.021,3 hectares, enquanto 3.436 propriedades ocupavam 239.155,1 hectares.

**Tabela 73**

**Amapá – Ocupação fundiária número de propriedades rurais por tamanho**  
1986 e 1996

Ano	Até 100 ha	%	Até 500 ha	%	Até 5.00 ha	%	>5.000 ha	%	Total
1986	3.217	68,68	971	20,73	425	9,07	71	1,51	4.684
1996	3.436	69,60	1.161	23,52	316	6,41	23	0,47	4.936

Fonte: Jorge(2003).

**Tabela 74**

**Amapá – Ocupação fundiária área ocupada por tamanho da propriedade**  
1986 e 1996

Ano	Até 100 ha	%	Até 500 ha	%	Até 5.00 ha	%	>5.000 ha	%	Total
1986	288.785,20	5,70	496.811,50	9,90	868.930,00	17,40	3.352.995,10	67,00	4.989.582,50
1996	239.155,10	12,94	300.111,20	16,24	433.078,90	23,43	876.021,30	47,39	1.848.447,50

Fonte: Jorge(2003).

Analisando a evolução estrutura fundiária amapaense a partir dos Censos Agropecuários de 1985, 1996 e 2006, com variáveis organizadas na Tabela 75 chega-se a algumas considerações. Em 1985 foram identificados no Amapá 4.816 estabelecimentos rurais, representando 0,08% dos existentes no Brasil fazendo parte dos 9,37 % dos estabelecimentos brasileiros existentes na região Norte. Os dados mostram uma redução nesses números ao longo dos Censos, quando no Amapá foram identificados em 2006 apenas 3.088 estabelecimentos, ou seja 0,06 % do total nacional. Neste período houve uma redução do número de estabelecimentos no Brasil de 5.801.809 estabelecimentos para 5.175.636. Esse decréscimo, também, ocorreu na região Norte em valor menor com uma redução de 9,37% dos estabelecimentos brasileiros, em 1985, para 9,17% em 2006. Na mesma direção, houve redução na área dos estabelecimentos, no Amapá a redução foi de 0,32% da área nacional em 1985, para 0,26% em 2006, na região Norte a redução foi de 16,69% para 16,64% em 2006.

A área total dos estabelecimentos, no país, reduziu de 374.924.929 para 333.680.037 hectares. Quanto a distribuição dos estabelecimentos por tamanho de áreas, verifica-se que no Amapá os com menos de 100 hectares que, em 1985, eram 3.022 ou 62,75 % do total de estabelecimento da agropecuária amapaense, diminuíram para 2.074, ou 58,80% do total em 2006. Essa redu-

ção ocorreu tanto na região Norte como no país, conforme observa-se na Tabela 60. Quanto aos estabelecimentos com 1.000 hectares ou mais, houve um crescimento nos seus números no Amapá, de 2,51% para 3,83%, crescimento este, menor que o do Brasil e da região Norte. A concentração das terras em estabelecimentos com 1.000 a mais de hectares continua alta no Amapá, em 2006, representando 71,74%, superior ao que ocorre no Brasil (45,0%) e na região Norte (48,29%).

Quanto ao regime de propriedade e tipo de utilização, a Tabela 76 indica que a área utilizada pela agricultura familiar no Amapá, em 2006, era de 15,2%, enquanto no Brasil esse número atingia 24,1% e na região Norte

Tabela 75

Brasil, região norte e Amapá - Evolução da estrutura fundiária no Amapá 1985, 1996 e 2006

Variável	Ano	Brasil	%	Norte	%	Amapá	%
Número de estabelecimentos	1985	5.801.809	100,00	543.713	9,37	4.816	0,08
	1996	4.859.865	100,00	446.175	9,18	3.349	0,07
	2006	5.175.636	100,00	475.778	9,19	3.088	0,06
Área dos estabelecimentos em hectares	1985	374.924.929	100,00	62.566.719	16,69	1.208.020	0,32
	1996	353.611.246	100,00	58.358.880	16,50	700.047	0,20
	2006	333.680.037	100,00	55.535.764	16,64	873.789	0,26
Estabelecimentos com menos de 100 hectares	1985	5.225.162	90,06	432.509	79,55	3.022	62,75
	1996	4.318.861	88,87	351.900	78,87	2.048	61,15
	2006	4.448.751	85,96	355.637	74,75	2.074	58,80
Estabelecimentos com 100 a menos de 1.000 hectares	1985	517.431	8,92	102.022	18,76	1.673	34,74
	1996	469.964	9,67	83.647	18,75	1.152	34,40
	2006	424.288	8,20	80.518	16,92	879	24,92
Estabelecimentos com 1.000 e mais hectares	1985	50.411	0,87	8.412	1,55	121	2,51
	1996	49.358	1,02	8.023	1,80	75	2,24
	2006	47.578	0,92	8.467	1,78	135	3,83
Área dos estabelecimentos com menos de 100 hectares	1985	79.551.798	21,22	10.720.028	17,13	70.417	5,83
	1996	70.575.779	19,96	9.185.896	15,74	46.599	6,66
	2006	70.692.756	21,19	9.700.450	17,47	67.454	7,72
Área dos estabelecimentos com 100 a menos de 1.000 hectares	1985	131.432.667	35,06	20.343.099	32,51	286.753	23,74
	1996	123.541.517	34,94	18.859.848	32,32	235.815	33,69
	2006	112.844.186	33,82	19.016.345	34,24	179.491	20,54
Área dos estabelecimentos com 1.000 e mais hectares	1985	163.940.463	43,73	31.503.549	50,35	850.847	70,43
	1996	159.493.949	45,10	30.313.137	51,94	417.633	59,66
	2006	150.143.096	45,00	26.818.968	48,29	626.844	71,74

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1985, 1996, 2006.

alcançava 29,91%, indicando que a maioria das terras no Amapá encontravam-se nas mãos de empresas agropecuárias. Quanto ao quantitativo de estabelecimentos, no Amapá, 81,23% eram de produtores familiares, enquanto no Norte os números atingiam 86,73% e no Brasil alcançava 84,36%. Quanto ao regime de propriedade, no Amapá 65,10% dos estabelecimentos eram de proprietários, sendo que 50,21% eram de agricultores familiares. Os números indicam que a posse precária da propriedade ainda atinge um número considerável de agricultores familiares: 9,95% sem áreas para produzir, 8,79% de ocupantes e 11,4% de assentado sem titulação definitiva. Esses números são maiores que os indicadores nacionais e regionais, atingindo, também, o setor não familiar.

**Tabela 76**

**Brasil, região norte e Amapá – Estrutura fundiária do Amapá quanto a posse das terras 2006**

Variável	Tipo	Brasil	%	Norte	%	Amapá	%
Área dos estabelecimentos em hectares	Total	333.680.037	100,00	55.535.764	100,00	873.789	100,00
	Não familiar	253.577.343	75,99	38.924.487	70,09	742.584	84,98
	Familiar	80.102.694	24,01	16.611.277	29,91	131.205	15,02
Número de estabelecimentos	Total	5.175.636	100,00	475.778	100,00	3.527	100,00
	Não familiar	809.369	15,64	63.112	13,27	662	18,77
	Familiar	4.366.267	84,36	412.666	90,73	2.865	81,23
Proprietário	Total	3.946.411	76,25	374.051	79,02	2.296	65,10
	Não familiar	684.043	13,22	55.799	11,73	525	14,89
	Familiar	3.262.368	63,03	318.252	66,89	1.771	50,21
Assentamento sem titulação definitiva	Total	189.193	3,66	26.720	5,02	414	11,74
	Não familiar	9.992	0,30	2.668	0,56	21	0,00
	Familiar	70.311	3,29	24.052	5,06	393	11,14
Arrendatário	Total	30.121	4,45	4.694	0,99	21	0,60
	Não familiar	34.052	0,66	574	0,12	5	0,14
	Familiar	196.069	3,79	4.120	0,87	16	0,45
Parceiro	Total	142.534	2,75	8.054	1,69	32	0,91
	Não familiar	15.738	0,30	636	0,13	8	0,23
	Familiar	126.796	2,45	7.418	1,56	24	0,68
Ocupante	Total	12.358	7,97	31.103	6,54	325	9,21
	Não familiar	43.707	0,84	2.414	0,51	15	0,43
	Familiar	368.651	7,12	28.689	6,03	310	8,79
Protutor sem área	Total	255.019	4,93	31.156	6,55	439	12,45
	Não familiar	2.947	0,25	1.021	0,21	88	2,50
	Familiar	242.072	4,68	30.135	6,33	351	9,95

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 2006.

Tabela 77

Brasil, região norte e Amapá – Situação de acesso a financiamentos  
2006

Variável	Tipo	Brasil	%	Norte	%	Amapá	%
Estabelecimento c/financiamento	Total	919.116	100,00	42.392	100,00	260	100,00
	Não familiar	138.772	15,10	6.155	14,52	59	22,69
	Familiar	780.344	8,49	36.237	85,48	201	77,31
Para investimento	Total	395.428	43,02	22.754	53,68	198	76,15
	Não familiar	51.561	5,61	3.103	7,32	40	15,38
	Familiar	343.867	37,41	19.651	46,36	158	60,77
Para custeio	Total	492.630	53,6	14.806	34,93	107	41,15
	Não familiar	86.904	9,46	2.618	6,18	16	6,15
	Familiar	405.726	44,14	12.188	28,75	91	35,00
Para comercialização	Total	10.554	1,15	527	1,24	2	0,77
	Não familiar	2.270	0,25	92	0,22	1	0,38
	Familiar	8.284	0,9	435	1,03	1	0,38
Para manutenção do investimento	Total	86.216	9,38	1.117	16,79	41	15,77
	Não familiar	12.413	1,35	936	2,21	13	5,00
	Familiar	73.805	8,03	6.181	14,58	28	16,77
Não proveniente de programas de crédito	Total	140.013	15,23	7.807	18,42	62	23,85
	Não familiar	35.991	3,92	1.534	3,62	24	9,23
	Familiar	104.022	11,32	6.273	1,48	38	14,62
Proveniente de programas de crédito	Total	779.103	84,77	35.585	81,58	198	76,15
	Não familiar	102.781	11,32	4.621	10,9	35	13,46
	Familiar	676.322	73,58	29.984	70,88	163	62,69
Proveniente do PRONAF	Total	615.592	66,98	23.659	55,81	152	58,46
	Não familiar	58.122	6,32	2.677	6,31	23	8,85
	Familiar	557.470	60,65	20.982	49,5	129	49,62
Proveniente de outros programas de crédito	Total	53.732	16,73	10.692	25,22	46	17,69
	Não familiar	42.959	4,67	1.906	4,5	12	4,62
	Familiar	110.773	12,05	8.786	20,73	34	13,08

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 2006.

Observa-se que na Tabela 77, que o acesso ao crédito rural pelos estabelecimentos de agricultores familiares no Amapá, de 77,7%, em 2006, foi menor que os valores nacional (84,90%) e regional (85,48%). Por outro lado, o acesso de produtores não familiares a esse crédito, no Amapá, atingindo 22,69% dos estabelecimentos foi superior aos alcances regionais de 14,52% e nacionais de 15,1%. A Tabela 77 mostra, também, que a maioria do crédito destina-se a investimentos nos estabelecimentos no Amapá (76,15%),

enquanto no país, 53,6% dos estabelecimentos utilizaram o crédito de custeio. Quanto a origem do crédito, no Amapá, 76,15% foi de programa de crédito, na região Norte, 81,58% e no Brasil, 84,77% também tiveram esta origem. Sendo que mais da metade desses estabelecimentos utilizaram créditos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) tanto no Amapá (58,46%), na região Norte (55,1%) e no Brasil (66,98%).

## BALANÇA COMERCIAL

Quanto ao desempenho da balança comercial amapaense, a Tabela 78 mostra que ocorreu um comportamento positivo nas exportações amapaense em comparação aos resultados nacionais, ou seja o Amapá vem mantendo a sua exportação em patamares de 0,17% das exportações brasileiras, embora, em 2000 tenha ocorrida uma queda para 0,07% em razão do esgotamento da exploração de manganês da Serra do Navio. Quanto as importações, verifica-se uma queda crescente de 1991, que atingiu 0,13% das importações nacionais, caindo para 0,03% em 2010. Essa queda pode ser explicada pelas dificuldades de manutenção das vendas na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana pela abertura do mercado brasileiro ocorrida a partir do governo Collor.

**Tabela 78**

**Amapá – Brasil e Amapá – Evolução da balança comercial**  
1991, 2000 e 2010

Local	Anos	Exportações	Importações	Saldo	Exportações	Importações
		US\$ FOB	US\$ FOB	US\$ FOB	%	%
Brasil	1991	31.620.459.000	21.041.458.000	10.579.001.000	100	100
	2000	55.085.595.000	55.834.343.000	-748.748.000	100	100
	2010	201.915.285.000	81.768.427.000	20.146.858.000	100	100
Amapá	1991	53.315.000	26.888.000	26.427.000	0,17	0,13
	2000	35.998.815	28.282.050	7.716.765	0,07	0,05
	2010	352.978.000	49.148.000	303.831.000	0,17	0,03

Fonte: MIDIC.

Quanto aos produtos exportados pela economia amapaense, a Tabela 79 mostra que em 1991 os principais produtos exportados eram minérios, principalmente o manganês e seus subprodutos produzidos pela ICOMI, atingindo valores próximos a 90% da exportação amapaense. Ainda se verifica uma exportação significativa de camarão rosa por grandes empresas de pesca, e madeira serrada. Em 2000, com o fim das atividades de exploração indus-

trial de manganês, o principal produto exportado passa a ser produção das florestas plantadas de pinnus para a fabricação de celulose, que atinge quase 60% do valor exportado seguido da produção de cromita das minas do rio Vila Nova, palmito de açaí e outros minérios como o manganês residual de Serra do Navio. Em 2010, os principais produtos exportados voltam a ser minérios (81,58%), a matéria prima para celulose cai para segunda posição e começa a aparecer novos produtos vegetais, como o açaí.

**Tabela 78****Amapá – Evolução do produtos exportados**

1991, 2000 e 2010

<b>Principais produtos exportados em 1991</b>	<b>US\$ FOB</b>	<b>%</b>
Minérios, escórias e cinzas	40.531.479	74,16
Produtos de aço	8.647.095	15,82
Peixes, crustáceos e outros invertebrados	5.157.142	9,44
Madeira carvão e obras de madeira	319.177	0,58
<b>Principais produtos exportados em 2000</b>	<b>US\$ FOB</b>	<b>%</b>
Madeira de coníferas, em estilhas ou em partículas	21.190.116	58,86
Cromita (minérios de cromo)	9.244.757	25,68
Palmitos preparados ou conservados	2.756.345	7,66
Minérios de nióbio, tântalo ou vanádio, seus concentrados	1.268.629	3,52
Outros minérios de manganês	1.228.067	3,41
<b>Principais produtos exportados em 2010</b>	<b>US\$ FOB</b>	<b>%</b>
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	279.150.524	79,08
Madeira de não coníferas, em estilhas ou em partículas	42.074.706	11,92
Cromita (minérios de cromo)	8.808.010	2,50
Outras frutas, partes de plantas, preparos/conserv	5.447.958	1,54
Sucos de outras frutas, produtos hortícolas	2.037.102	0,58

Fontes: MIDIC (2013). Anuário Estatístico do Amapá(1991).



## CONDICIONANTES AMBIENTAIS

No desmatamento da Amazônia, que foi uma das grandes preocupações não só da sociedade brasileira, mas de toda a humanidade, considerando os prejuízos para a perda da biodiversidade e a emissão dos gases que provocam o efeito estufa, a participação do Amapá foi mínima conforme se observa na Tabela 80 com os dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O Amapá no acumulado do desmatamento de 1988 a 2013, foi o estado da Amazônia Legal que menos desmatou, ou seja a área derrubada no período foi de 1.450 Km<sup>2</sup> representando um percentual de 0,4% de toda a área devastada. Depois do Amapá vem Roraima que desmatou uma área 4,7 vezes maior que a amapaense.

Observando a evolução do desmatamento entre os anos de 1991, 2001 e 2010, verifica-se que em 1991 o Amapá tinha um desmatamento, praticamente, igual ao de Roraima, porém em 2001 houve uma redução para 7 km<sup>2</sup>, voltando a crescer em 2010 para 53 Km<sup>2</sup>. Alguns fatores contribuíram para o reduzido desmatamento do Amapá em relação a Amazônia, o principal seria a falta de uma integração rodoviária com o resto do país, que certamente evitou um movimento de desmatamento para a implantação de pastagens e extração da madeira. Um outro fator é que a pecuária amapaense sempre foi extensiva, e se desenvolveu aproveitando as pastagens nativas dos campos de várzeas e dos cerrados existentes.

Um outro fator que contribuiu para esses resultados foi de natureza política, quando, entre os anos de 1995 a 2010 no segundo governo eleito, numa

**Tabela 80****Amazônia - O Amapá no desmatamento (em km²)**  
1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2001	2010	Acumulado 1988-2013	Acumulado %
Acre	380	419	259	12.723	3,2
Amazonas	980	634	595	21.130	5,2
Amapá	410	7	53	1.450	0,4
Maranhão	670	958	712	23.917	5,9
Mato Grosso	2.840	7.703	871	137.251	34,1
Pará	3.780	5.237	3.770	136.127	33,8
Rondônia	1.110	2.673	435	54.772	13,6
Roraima	420	345	256	6.818	1,7
Tocantins	440	189	49	8.426	2,1
Amazônia Legal	11.030	18.165	7.000	402.615	100,00

Fonte: INPE/PRODES (2013).

composição de esquerda entre PSB e PT se decide implementar um programa de governo utilizando os princípios da Agenda 21, o PDSA, que de certa forma restringia o uso predatórios dos recursos naturais. Nesse governo, a questão ambiental foi colocada com muita ênfase na busca de caminhos para o desenvolvimento local, ocorrendo um fortalecimento dos movimentos ambientalista, que procuravam influenciar no rumo dos investimentos privados e das políticas públicas.

Os mesmos fatores que contribuíram para que o processo de desmatamento no Amapá fosse relativamente tímido em relação a outros estados amazônicos, ajudaram também na criação de um grande espaço de áreas protegidas no Amapá. As primeiras unidades de conservação foram criadas nos anos de 1980, chegando-se em 2010 com 24 áreas protegidas, entre unidades de conservação e terras indígenas, com um território de 10.478.407,22 hectares, conforme se observa na Tabela 81, o espaço protegido representa 73,4% de todo o território amapaense. Ou seja, o Amapá é um dos estados com mais áreas protegidas do país, conforme se pode visualizar no Mapa 2.

A Tabela 82 mostra que quando assumiu o primeiro governo eleito, no Amapá, em 1991, já existiam 12 áreas protegidas criadas com uma área de 3.373.079,20 hectares que representava 23,6% do espaço territorial amapaense. Entre 1991 a 2000, criou-se mais 6 áreas protegidas. Atingindo-se 29,5% do território amapaense. De 2000 a 2010 criou-se mais cinco áreas protegi-

Tabela 81

## Amapá - Áreas protegidas no estado

Unidade	Categoria	Jurisdição	Área (ha)	Criação
Parque Nacional do Cabo Orange	Proteção integral	Federal	619.000,00	1980
Reserva Biológica do Lago Piratuba	Proteção integral	Federal	357.000,00	1980
Estação Ecológica Maracá Jipiôca	Proteção integral	Federal	72.000,00	1981
Estação Ecológica do Jari	Proteção integral	Federal	227.126,00	1982
Reserva Biológica do Parazinho	Proteção integral	Estadual	344,20	1985
Floresta Nacional do Amapá	Uso sustentável	Federal	412.000,00	1989
Reserva Extrativista do Rio Caiari	Uso sustentável	Federal	501.771,00	1990
Terras Indígenas Parque do Tumucumaque	-	Federal	58.384,00	1991
Terras Indígenas Uaçá	-	Federal	470.164,00	1991
Terras Indígenas Juminã	-	Federal	41.601,00	1991
Terras Indígenas Galibi	-	Federal	6.689,00	1991
Terras Indígenas Waiãpi	-	Federal	607.000,00	1991
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	Uso sustentável	Estadual	806.184,00	1997
Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Paraíso	Uso sustentável	Federal	46,75	1997
Area de Proteção Ambiental do Rio Curiaú	Uso sustentável	Estadual	21.676,00	1998
Reserva Particular do Patrimônio Natural REVECOM	Uso sustentável	Federal	17,18	1998
Reserva Particular do Patrimônio Natural Seringal Triunfo	Uso sustentável	Federal	9.996,16	1998
Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Boa Esperança	Uso sustentável	Federal	43,01	1998
Reserva Particular do Patrimônio Natural Aldeia Ekinox	Uso sustentável	Federal	10,87	2000
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Proteção integral	Federal	3.828.923,00	2002
Area de Proteção Ambiental da Fazendinha	Uso sustentável	Estadual	136,59	2004
Floresta Estadual do Amapá	Uso sustentável	Estadual	2.369.400,00	2006
Reserva Extrativista Municipal Beia-Flor Brilho de Fogo	Uso sustentável	Municipal	68.524,20	2007
Parque Natural Municipal do Canção	Proteção integral	Municipal	370,26	2007
<b>Área total</b>			<b>10.478.407,22</b>	<b>2010</b>

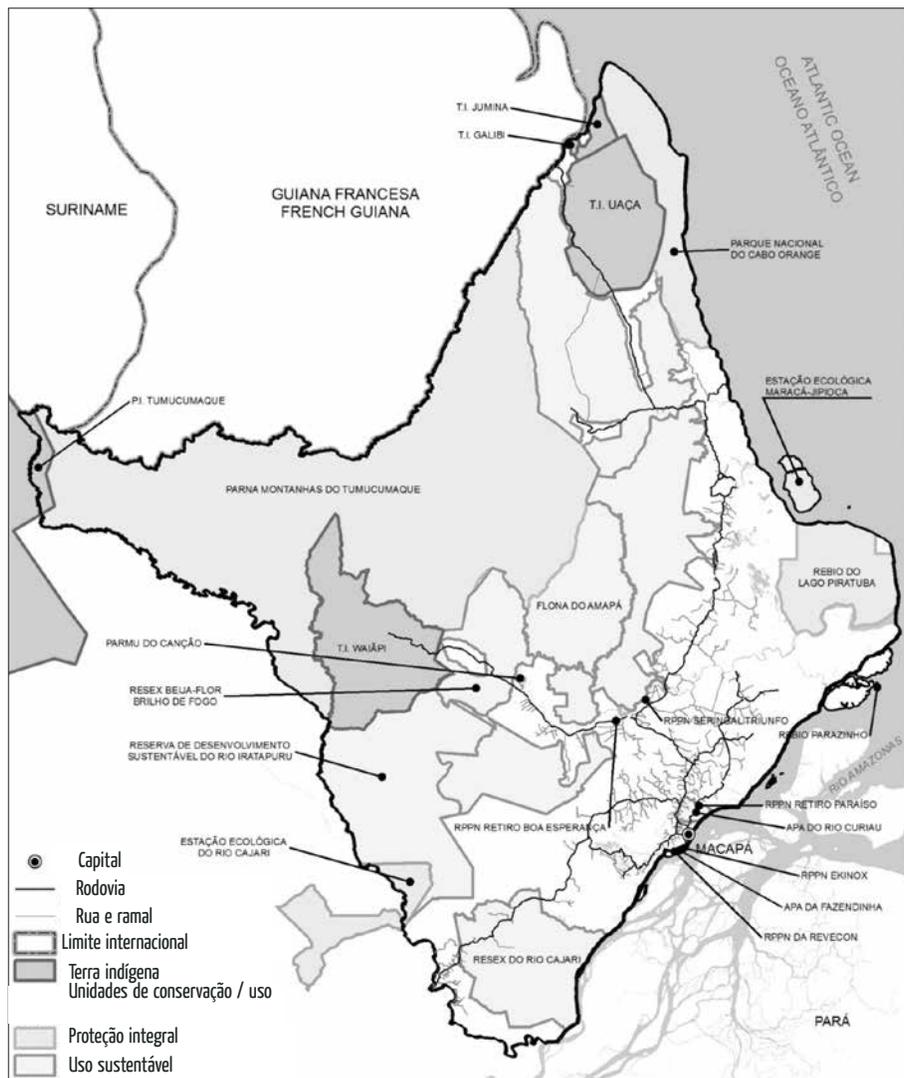
Fontes: Secretaria do Meio Ambiente do Amapá (2012); Jorge(2003).

das, atingindo-se 73,4% do espaço amapaense. Observa-se nessa Tabela que o maior quantitativo de áreas protegidas criadas foi no período de 2000 a 2010 devido a criação do Parque Nacional da Montanha do Tumucumaque (PNMT) com uma área de 3.828.923,22 hectares, considerado na época o maior parque do mundo em área.

Antes de 1991, ocorreram grandes mobilizações no Amapá para garantir as terras para os agroextrativistas, emergindo, assim, os grandes conflitos de natureza socioambiental. Será na região sul do Amapá, espaço controlado pelo Projeto Jari, que os embates vão acontecer entre os latifundiários e as populações extrativistas que viviam do agroextrativismo nas regiões de castanhas

## Mapa 2

## Amapá – Áreas protegidas



Fonte: SEMA-AP, 2012.

**Tabela 82**

**Amapá – Evolução da criação de áreas protegidas**  
1991, 2000 e 2010

<b>Variável</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Áreas protegidas (hectares)	3.373.079,20	4.211.053,17	10.478.407,22
Percentual das terras do Amapá	23,6	29,5	73,4
Número de unidades	12	19	24

Fontes: Secretaria de Meio Ambiente do Amapá (2012); Jorge (2003).

e seringais. Desses embates são criadas três grandes unidades de uso especial para as populações que viviam na região: Os Projetos de Assentamento Extrativistas Maracá I, II e III, em 1988, a Reserva Extrativista do rio Cajari, em 1990 e o Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru, em 1997. Essas “reservas” ocuparam um espaço territorial de 18.771,00 Km<sup>2</sup>, que representa 40,1% dos 46.787,90 Km<sup>2</sup> que é a área total dos 3 municípios que formam atualmente essa microrregião amapaense (Filocreão, 2007).

Essas “reservas”, destinadas ao agroextrativismo, foram, na primeira metade da década de 1990, objeto de disputas entre 3 grandes interesses: do Projeto Jari, que se intitulava dono legítimo, mas com titularidade duvidosa, o governo Barcellos que pretendia tornar aquela região, detentora das terras de maior fertilidade do Amapá, em um polo de desenvolvimento da agricultura, e os setores ligados a mineração, que acreditam ser a região, uma província mineral. O primeiro embate na área ambiental, de grande repercussão, foi a tentativa do governo do Amapá em tentar abrir a BR 156 por dentro da Reserva Extrativista do rio Cajari, sem licenciamento ambiental, em 1991. A obra por pressão dos movimentos ambientalistas e sindicais foi interdita pelo Ibama, que exigiu os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e discussão em audiência pública (Chagas, 2003).

Isto provocou uma grande mobilização do movimento ambientalista nacional e internacional com os agroextrativistas para a audiência pública que ocorreu em Laranjal do Jari, em julho de 1991, obrigando o governo estadual a reconhecer, de fato, a existência da Reserva Extrativista, e sentar na mesa de negociação para discutir as medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais da estrada com os movimentos organizados. Mesmo após este grande embate, as tentativas de invasão da Reserva Extrativista continuaram, na maioria das vezes, organizadas por garimpeiros e políticos ligados ao setor mineral, contando com o apoio logístico do governo estadual. Todas as tentativas foram rechaçadas pelo Ibama e Polícia Federal, devido a mobilização dos extrativistas locais e ONGs ambientalistas.

O movimento para descaracterizar a Reserva Extrativista do Cajari só se enfraquecerá com a posse do Governador Capiberibe, em 1995, que através do PDSA, irá desenvolver uma política de apoio aos extrativistas para o beneficiamento das suas produções, através do investimento nas indústrias de beneficiamento da castanha do Brasil e do açaí, na compra desse produtos para a merenda escolar e na criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru, em 1997 (Filocreão, 2007).

A criação PNMT, também, foi uma ação de grande impacto e repercussão ambiental ocorrida no Amapá em 2002, desenvolvida pelo governo federal. A criação do PNMT foi feita de forma apressada, resgatando as orientações de um Workshop sobre Biodiversidade ocorrido em Macapá-AP em 1999, que baseado no conhecimento científicos dos participantes, definiu as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade na Amazônia. Segundo Chagas(2008) o processo de criação foi pouco participativo e muito próximo da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Rio +10, onde o governo brasileiro precisava mostrar os resultados dos compromissos assumidos em acordos internacionais sobre a proteção de áreas florestais na Amazônia. A criação ocorreu no dia 22 de agosto de 2002, desagradando os deputados vinculados aos interesses da mineração e ligados, partidariamente, ao presidente da República, no Amapá.

No ato de criação o Presidente da República assinou um Termo de Compromisso contemplando uma série de investimentos no Amapá, para evitar reações maiores do governo estadual. Com a criação do PNMT, com uma área de 3.867.000 hectares, o Amapá passou a dispor de 72,52% do seu Território para áreas protegidas e terras indígenas, em 2002. Entre os principais compromissos assumidos pelo governo federal pode-se citar: Pavimentação da BR 156 no trecho Tartarugalzinho – Oiapoque, e Macapá – Laranjal do Jari; implantar saneamento básico e tratamento de lixo nos municípios que abrigam o Parque; garantir a transferência das terras devolutas da União para o domínio estadual; e desenvolver um Plano de Ecoturismo para o Amapá (Chagas, 2008).

Quanto a gestão ambiental pública no Amapá, esta iniciou, segundo Chagas (2003), com a criação da Coordenadoria de Meio Ambiente (CEMA/AP), em 1989, tendo no período de 1990 a 1995 uma atuação mais focada na fiscalização e monitoramento das atividades de mineração, que eram as causadoras de maiores impactos ambientais na época, operando de uma forma precária pela falta de estrutura tecnológica. A atividade mineradora causava grandes problemas ambientais devido ao uso maciço de mercúrio, contaminando os cursos d'água e peixes, e isto foi detectado nas pesquisas realizadas pela Universidade de São Paulo, em áreas de garimpo, como Tartarugalzinho,

um nível de mercúrio nos cabelos de moradores, acima do tolerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

De 1995 a 2002 houve um fortalecimento institucional da gestão ambiental pública no estado do Amapá, sendo que o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) criado a partir da ECO 92 contribuiu com os seus recursos para um aprimoramento da forma de atuar dos órgãos vinculados a proteção ambiental. A região Sul do Amapá foi escolhida como área prioritária para as ações de fortalecimento institucional pela sua expressiva importância socioambiental, seja sob o ponto de vista da existência de um espaço expressivo de áreas protegidas como pelos impactos produzidos pelo Projeto Jari. Os recursos do PPG7, canalizados a partir do Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN), permitiu um amadurecimento institucional das entidades gestoras do meio ambiente no Amapá, pela qualificação contínua dos quadros técnicos.

Como importantes resultados do SPRN, o Amapá conseguiu levar a discussão da questão ambiental para o âmbito municipal, formar uma equipe técnica que conseguiu executar no seu aprendizado o Zoneamento Econômico-Ecológico do Sul do Amapá; estabelecer uma competência maior no monitoramento ambiental, o que de certa forma, contribuiu para um melhor controle dos impactos ambientais provocados pelas empresas mineradoras e nas ações educativas que levaram a questão ambiental para uma maior discussão para os diversos municípios, além de compartilhar com a sociedade civil, representada no Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA), as decisões mais relevantes para a melhorias da qualidade ambiental no estado (Chagas, 2003).

De 1995 a 2002, no governo Capiberibe, emergiram vários conflitos de natureza socioambiental envolvendo grandes empresas no Amapá, com grande visibilidade na imprensa local e nacional, motivados por alguns fatores, como, a pressão dos movimentos sociais organizados, que puderam se manifestar mais intensamente, com o fim dos governos militares, a implementação de um programa de governo, o PDSA, com uma forte dimensão ambiental e inspirado nos princípios da Agenda 21, que estimulava o envolvimento da sociedade civil nas decisões de natureza ambiental, e a divulgação de pesquisas mostrando contaminações provocadas pelas grandes empresas mineradoras, como a contaminação de mercúrio provocada pelos garimpos de Tartarugal, e a contaminação por arsênio no lençol freático do município de Santana, por efluentes da pelotização do manganês explorado pela ICOMI.

Em 1995, emerge um grande conflito, quando a empresa multinacional americana Chamflora apresenta projeto para plantar 100 mil hectares de florestas homogêneas para a produção de matéria prima que seria utilizada por uma fábrica de produção de cavaco de eucalipto para exportação. Os movimentos sociais

organizados, com o movimento ambientalista e com apoio da Comissão Pastoral da Terra se manifestaram contrários ao projeto devido aos impactos ambientais, como aos problemas de grilagem de terra por esses empreendimentos. Devido a pressão da sociedade organizada, o projeto de plantio de floresta homogênea no cerrado foi arquivado e a Chamflora compra a empresa Amapá Celulose (Amcel), do grupo Caemi, que possuía um plantio 44.000 hectares de eucalipto e 31.000 hectares de pinus, em expansão para uma área plantada de 93.000 hectares, para abastecer a sua fábrica de cavaco (Santos, 2009).

A venda da Amcel para a Chamflora contribuirá para a emergência de outro grave problema relacionado ao meio ambiente, quando uma auditoria ambiental cobrada pela Chamflora, na área portuária do município de Santana, que lhe foi vendida pela Icomi, identifica que o lençol freático estava contaminado com arsênio, em 1998. Este fato vai mobilizar a sociedade organizada e movimentos ambientalistas sobre o destino de 150 mil toneladas de rejeitos de manganês contaminados que se encontravam em Santana, liberando arsênio solúvel resultado do processo de pelletização de manganês em altas temperaturas realizadas na fábrica de Santana, de 19973-1996. Em 2000, a Icomi é multada em R\$ 40 milhões pela contaminação e em R\$ 12 milhões pelo transporte de material contaminado para Serra do Navio, sem autorização ambiental.

Houve uma grande disputa de interesses para onde seria depositado esse rejeito, não sendo aceito seu retorno a Serra do Navio, e ter sido rejeitado o aterro controlado construído em Macapá por irregularidades na posse da área e em desacordo com a legislação municipal. Segundo Chagas (2010), o rejeito contaminado foi embarcado para a China entre 2003 a 2004, para aproveitamento siderúrgico. Quanto ao pagamento das multas ambientais e/ou execuções das mesmas pelo governo do estado do Amapá, não existem informações de ter acontecido, assim como, as divergências apresentadas pelas instituições científicas que avaliaram os impactos na saúde humana da contaminação deixaram um clima de incerteza, em aberto, sobre a dimensão do problema.

Ainda, no período de 1995 a 2002, ocorreram problemas de contaminação provocados por empresas mineradoras, como a Mineração Água Boa no rio Vila Nova e a Mineradora Novo Astro, em Lourenço por não cumprimentos das obrigações relacionadas ao manuseio do Cianeto de Sódio, utilizado na separação de ouro nas suas atividades mineradoras. Essas empresas ao encerrarem suas atividades deixaram abandonados a céu aberto ou enterrados os tambores contendo esse produto, extremamente tóxico. Essas descobertas tiveram grandes repercussões pelo tamanho do impacto que esse produto provoca para saúde humana. Também, teve forte repercussão junto as comunidades do município de Vitória do Jari, o lançamento de partículas na atmosfera, provocando problemas

respiratórias na população de Vitória do Jari, pela Cadam no processamento de caulim, mobilizando a população deste município, contra a empresa.

No período de 2003 a 2010, no governo Waldez Góes, as preocupações com a questão ambiental existentes no governo anterior praticamente desaparecem, ou saem de cena, por outro lado, ocorre um movimento no governo de facilitação do licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração com grande impacto ambiental como no caso do Projeto Sólida Siderurgia, um empreendimento siderúrgico licenciado em 2005 para exportação de ferro, aproveitando as vantagens da localização estratégica do Porto de Santana, formada pela Sólida Siderúrgica SA (atuando em Macapá e Santana) e a Sólida Mineração SA (atuando em Ferreira Gomes e Tartarugalzinho). Nesse projeto chegaram a construir dois alto fornos para produzir 288.000 toneladas por ano de ferro gusa na primeira fase, dobrando essa capacidade na segunda etapa, sem dispor de área plantada para a produção de carvão vegetal para alimentar a demanda de 720.000 m<sup>3</sup> por ano (Acordaamapá.blogspot.com, 2008).

O licenciamento do Projeto Sólida foi denunciado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela emissão da Licença de Instalação do empreendimento sem ter emitido antes a licença prévia, e sem ter os Estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) (Santos, 2009). Esse fato mobilizou a opinião pública amapaense, sendo criado o Comitê Acorda Amapá, que é um fórum popular formado por organizações da sociedade civil (FAOR, GTA, CPT-AP, Abong-Amazônia, Mama e Iesa) para discutir e propor políticas públicas destinadas a contribuir com o desenvolvimento do estado do Amapá, em benefício de sua população. Devido a mobilização popular o empreendimento foi paralisado e seus dirigentes saíram do Amapá deixando várias pendências (Acordaamapá.blogspot.com, 2008).

Outro empreendimento que trouxe a mídia conflitos socioambientais no seu licenciamento foi o da empresa Mineração & Metálicos S.A. (MMX Mineração). Essa empresa foi criada em 2005 para trabalhar na extração de minério de ferro e transformação em produtos de maior valor agregado como ferro gusa e aço. O empreendimento no Amapá previa uma produção anual de 2 milhões de toneladas por ano de ferro gusa a partir de 2008, utilizando parte da logística da ICOMI, como a ferrovia e a *company town* em Serra do navio (Santos, 2009). A CPT denunciou, aos Ministérios Públicos (Federal e Estadual), a existência de irregularidades no licenciamento ambiental. O conflito acabou sendo resolvido por um Termo de Ajustamento de Conduta (TACA) que obrigou a empresa a disponibilizar um valor de 5 milhões de reais para correção dos erros de procedimentos, tornando legal o licenciamento a partir do cumprimento desse Taca (Chagas, 2010).

Também, apresentou conflitos socioambientais no licenciamento e monitoramento, o projeto da Mineradora Pedra Branca do Amapari (MPBA) que atuou na produção de ouro. A MPBA operou uma mina de ouro entre os anos de 2006 a 2009 localizada na sub-bacia do Igarapé Willian, um dos tributários do rio Amapari, entre os municípios de Serra do Navio e Pedra Branca. O Ministério Público Estadual ingressou com ação civil pública contra as mineradoras MPBA e Anglo Ferrous Brasil pela poluição ambiental e danos causados aos ribeirinhos do Igarapé Willian, incluindo também na ação o órgão ambiental do estado do Amapá por omissão (Chagas, 2010).

Os conflitos de natureza socioambiental ocorridos, na década de 2000, mostram de certa forma, que apesar do enfraquecimento dos órgãos do governo estadual responsáveis pela gestão ambiental motivado por uma série de fatores que vão desde a visão pragmática de implantar empreendimentos produtivos no Amapá, independente dos custos socioambientais, que se fortaleceu no governo à redução dos recursos financeiros para a execução da gestão ambiental pública, gerando a desmotivação, perseguição política e a consequente desagregação dos quadros técnicos que se constituíram no governo anterior. A sensação existente é a de um proposital desmantelamento da capacidade governamental de cumprir as suas responsabilidades na gestão ambiental. Os impactos negativos dessa política não foram maiores, devido a mobilização da sociedade civil que procurou fazer valer os interesses da maioria da população, através da cobrança do cumprimento das regras instituídas vigentes no país.

## ANÁLISE DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA LOCAL

As dificuldades de investimento do governo estadual têm alimentado um debate na política amapaense após a transformação do Amapá em Estado, versando sobre a distribuição do orçamento público entre os poderes. A partir do segundo governo eleito (1995-2002), essa tensão em diversos momentos veio à tona, principalmente nas ocasiões de aprovação dos orçamentos públicos anuais, através das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Nesses momentos estabelecia-se uma forte disputa entre os poderes, sendo, geralmente, encaminhada a decisão para as esferas judiciais. Isto caracterizou no senso popular, o segundo governo estadual como o “governo do conflito”, enquanto o governo subsequente (2003-2010) como o “governo da harmonia”.

No final do “governo da harmonia”, foram desencadeadas diversas operações de combate a corrupção e mal uso de recursos públicos com ampla repercussão na mídia nacional envolvendo o poder legislativo estadual culminando no afastamento e prisões de deputados estaduais e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. Esses fatos motivaram os movimentos sociais a questionarem essa distribuição orçamentária entre os poderes e os seus impactos em relação aos investimentos em outras áreas de prestação dos serviços públicos como saúde, segurança pública e educação.

A Tabela 83 mostra que ocorreu entre 1991 a 2010 um aumento expressivo na participação dos repasses aos poderes, sendo que em 1991, o percentual era de 6,2% aumentando para 14% em 2000 atingindo 15,6% em 2010. Ou seja, o repasse de recursos financeiro aos outros poderes pelo executivo estadual cresceu

duas vezes e meia, praticamente, duplicando a participação do poder legislativo no bolo orçamentário, apesar do número de deputados estaduais manter-se constante. A participação do judiciário no bolo orçamentário, praticamente, triplicou, mas que, ainda, pode ser justificada pela expansão do atendimento aos municípios.

**Tabela 83**

**Amapá – Evolução dos repasses financeiros aos poderes**  
1991, 2000 e 2010

Especificação	1991		2000		2010	
	Cr\$	%	R\$	%	R\$	%
Orçamento Estadual	118.404.972.983,51	100,0	678.947.235,59	100,0	2.623.461.619,23	100,0
Legislativo	2.957.973.171,49	2,5	25.927.190,07	3,8	125.046.751,99	4,8
Tribunal De Contas	1.362.073.500,00	1,2	15.531.722,29	2,3	62.585.385,85	2,4
Judiciário	2.202.596.815,65	1,9	30.753.597,86	4,5	144.626.222,72	5,5
Ministério Público	868.000.000,00	0,7	23.030.706,38	3,4	77.048.638,16	12,9
Total	7.390.643.487,14	6,2	95.243.216,60	14,0	409.306.998,72	15,6

Forte: SEPLAN-AP/STN.

Os gastos *per capita* com os poderes no Amapá, quando comparados aos outros estados brasileiros mostram-se elevados conforme se pode observar nas Tabelas 84, onde o Amapá aparece como o primeiro Estado no ranking dos que mais gastam com a função judiciária, que são os gastos com o poder judiciário incluindo o Ministério Público Estadual. Também, os gastos *per capita* na função legislativa (Tabela 85) são elevados, colocando o Amapá na segunda colocação do ranking dos estados que mais gastam com esta função, que são os custos da Assembleia Legislativa mais as despesas do Tribunal de Contas do Estado. A primeira colocação ficou para o estado de Roraima com um gasto *per capita* de R\$ 325,01 enquanto o Amapá tem um gasto *per capita* de R\$ 280,24. Esses gastos elevados com os poderes em relação aos outros estados brasileiros, certamente, é um fator que tem contribuído para uma baixa capacidade de investimentos públicos estaduais em setores essenciais para o desenvolvimento amapaense, como a educação, saúde e segurança pública.

A baixa capacidade de investimentos do governo estadual acaba penalizando os municípios, pois conforme se pode observar na Tabela 86, em 1991 os repasses feitos aos municípios representou apenas 1,07% do orçamento, aumentando para 4,41% em 2000 e atingindo 5,78% em 2010. Isto parece ser muito pouco devido as grandes dificuldades existentes nos municípios para ofertar os serviços que são de suas responsabilidades, o que de certa forma torna difícil a melhoria da qualidade de vida das pessoas que habitam fora das regiões com grande concentração populacional.

**Tabela 84**

Unidades da federação – Gastos *per capita* com função judiciária  
2010

<b>Ranking</b>	<b>Estados</b>	<b>R\$ per capita</b>
1	Amapá	331,09
2	Roraima	226,03
3	Rondônia	210,36
4	Acre	191,93
5	Rio de Janeiro	176,78
6	Tocantins	160,90
7	Espírito Santo	158,86
8	Sergipe	152,18
9	Mato Grosso	152,15
10	Mato Grosso do Sul	150,27

Fonte: FNP/STN/SEPLAN-AP.

**Tabela 84**

Unidades da federação – Gastos *per capita* com função legislativa  
2010

<b>Ranking</b>	<b>Estados</b>	<b>R\$ per capita</b>
1	Roraima	325,01
2	Amapá	280,24
3	Distrito Federal	168,27
4	Acre	158,18
5	Mato Grosso	118,55
6	Tocantins	113,19
7	Rondônia	112,67
8	Sergipe	103,31
9	Mato Grosso do Sul	102,78
10	Amazonas	80,75

Fonte: FNP/STN/SEPLAN-AP.

**Tabela 86**

Amapá – Evolução dos repasses financeiros aos municípios  
1991, 2000 e 2010

<b>Ano</b>	<b>Repasso a municípios</b>	<b>Receita orçamentária</b>	<b>% da receita</b>
1991	1.272.311.350,00	118.404.972.983,51	1,07
2000	29.958.471	678.947.235,59	4,41
2010	151.664.610,46	2.623.461.619,23	5,78

Fonte: SEFAZ(1991); STN-MF(2000,2010). Em 1991 (Cr\$), 2000 e 2010 (R\$).

Quanto a situação dos servidores públicos, quando o Amapá foi transformado em Estado, possuía 18.310 servidores públicos federais que formaram um quadro de pessoal em extinção. Esses servidores federais representavam 22,1% da população ocupada do novo Estado, conforme Tabela 87, reduzindo em 2000 para 10.769 servidores e em 2010 para 10.066 representando 3,9% da população ocupada. Essas reduções ocorreram devido a transferências e remoções para outros Estados e por aposentadorias e falecimentos. O quadro de servidores do ex-território não permite reposição. Em paralelo, a partir daí, as prefeituras municipais e o estado começam a formar os seus quadros funcionais, chegando em 2000 com um número de 21.469 servidores públicos, e, em 2010, com um quantitativo de 52.536 funcionários, que representa quase a metade dos empregos formais e 20,2% da população ocupada.

Observa-se, também, que entre 1991 a 2000, o crescimento do emprego público, de 17,25% foi menor que o crescimento do emprego formal de 42,64% e inferior ao crescimento da população ocupada, esta evolução diz respeito ao período das políticas de enxugamento da máquina pública dos governos Collor e do Fernando Henrique Cardoso. Entre 2000 e 2010, verifica-se um surto de crescimento no serviço público, com uma evolução média de 144,71% bastante acima do crescimento da população ocupada, de 78,79%, e superior ao crescimento do emprego formal que foi de 127,70%. A maior evolução ocorreu no setor municipal, onde o crescimento do emprego no período atingiu 478,10%, enquanto setor estadual o crescimento atingiu 220,10%.

**Tabela 87**

**Amapá – Evolução dos repasses financeiros aos municípios**  
1991, 2000 e 2010

Variável	1991	%	2000	%	2010	%	1991-2000 %	2000-2010 %
População ocupada	83.000	100,0	145.816	100,0	260.701	100,0	75,68	78,79
Empregos formais total	33.310	40,1	47.515	32,6	108.191	41,5	42,64	127,70
Setor público federal	18.310	22,1	10.769	7,4	10.066	3,9	-41,19	-6,53
Setor público estadual	-	-	7.535	5,2	24.173	9,3	-	220,81
Setor público municipal	-	-	3.165	2,2	18.297	7,0	-	478,10
Setor público total	18.310	22,1	21.469	14,7	52.536	20,2	17,25	144,71

Fonte: RAIS/CAGED (2013).

Quanto a representatividade da remuneração dos servidores públicos em relação aos trabalhadores formais, a Tabela 88 mostra que houve um crescimento contínuo dos ganhos no serviço público em relação a massa salarial do mercado formal nos períodos analisados. Entre 1991 a 2000, os salários dos servidores públicos representavam 49,7% dos ganhos salariais formais, aumen-

tando para 66,8% em 2000 e atingindo 75,0% em 2010. Quanto ao crescimento da massa salarial, o crescimento médio foi de 56,62% no mercado formal, dentro deste os salários dos servidores públicos cresceram 75,75% em média. O maior crescimento foi no Setor Público Municipal que evoluiu 459,42%.

**Tabela 88**

**Amapá – Remuneração dos servidores públicos (em salários-mínimos)**  
1991, 2000 e 2010

Variável	1991	%	2000	%	2010	%	1991-2000 %
Empregos formais	180.026,0	100,0	280.070,6	100,0	438.657,9	100,0	56,62
Setor público federal			102.217,7	36,5	99.376,9	22,7	-2,78
Setor público estadual			76.455,2	27,3	182.134,3	41,5	138,22
Setor público municipal			8.473,1	3,0	47.400,3	10,8	459,42
Total	89.430,9	49,7	187.146,0	66,8	328.911,5	75,0	75,75

Fonte: RAIS/CAGED (2013).

A Tabela 89 que trata da escolaridade dos servidores públicos no tocante a sua evolução, indica que vem ocorrendo uma melhoria contínua no grau de escolarização dos servidores públicos no Amapá. Os que possuíam curso superior completo, em 1991, representavam 11,49% dos funcionários públicos, em 2000 esse percentual aumentou para 13,71 %, atingindo em 2010 o

**Tabela 89**

**Amapá – Evolução da escolaridade dos servidores públicos**  
2000-2010

Variável	1991	%	2000	%	2010	%	1991-2000 %
Analfabeto	112	0,61	128	0,60	17	0,03	-
Até 5º incompleto	951	5,19	667	3,11	420	0,80	-37,03
Até 5º completo fundamental	1.633	8,92	1.068	4,97	236	0,45	-77,90
6º a 9º fundamental	1.262	6,89	661	3,08	1.038	1,98	57,03
Fundamental completo	3.170	17,31	4.150	19,33	3.719	7,08	-10,39
Médio incompleto	1.650	9,01	835	3,89	427	0,81	-48,86
Médio completo	6.752	36,88	10.694	49,81	36.555	69,58	241,83
Superior incompleto	588	3,21	322	1,50	999	1,90	210,25
Superior completo	2.103	11,49	2.944	13,71	9.071	17,27	208,12
Mestrado	-	-	-	-	33	0,06	-
Doutorado	-	-	-	-	21	0,04	-
Não classificado	89	0,49	-	-	-	-	-
Total	18.310	100,00	21.469	100,00	52.536	100,00	144,71

Fonte: RAIS/CAGED (2013).

percentual de 17,27%, o que representou uma evolução de 208,12%, entre 2000 a 2010. Na outra direção, observa-se que ocorreu uma grande redução no número de empregados com escolaridade baixa, sendo que o número de servidores analfabeto reduziu 86,72%, enquanto o número de servidores com nível médio completo cresceu de 10.694 em 2000 para 36.555 funcionários em 2010, ocorrendo uma evolução de 241,83%.

Comparando com a evolução média da escolaridade dos empregos formais no período de 2000 a 2010, a escolaridade dos servidores públicos evoluiu de forma qualitativamente melhor no que diz respeito aos melhores níveis escolar, o crescimento dos trabalhadores de nível superior foi de 176,8%, bem abaixo dos 208,12% dos servidores públicos, enquanto a redução de trabalhadores analfabetos no conjunto do trabalhadores formais foi de 25,73% em contraste com a redução de 86,72% no caso dos funcionários públicos, e nos demais níveis as diferenças são favoráveis aos servidores públicos, conforme se observa comparando as Tabelas 89 e 67.

A Tabela 90 que distribui a escolaridade pelo setor do serviço público, indica que os trabalhadores com menor escolaridade encontram-se na esfera municipal. Isto significa que os municípios mais afastados da capital Macapá e do município de Santana onde se concentra 80% da população urbana estadual, terá o menor nível de qualificação, tendo em vista que os servidores públicos federais e estaduais se concentram na capital Macapá e na sede mu-

**Tabela 90**

**Amapá – Escolaridade dos servidores públicos por setor  
2010**

Escolaridade	Servidores federais	Servidores estaduais	Servidores municipais	Empresas estaduais	Total
Analfabeto	-	-	11	6	17
Até 5º incompleto	159	5	226	30	420
5º completo fundamental	-	3	204	29	236
6º a 9º fundamental	649	18	330	41	1.038
Fundamental completo	1.312	86	2.254	67	3.719
Medio incompleto	19	25	350	33	427
Medio completo	5.003	18.660	11.804	1.088	36.555
Superior incompleto	22	243	509	225	999
Superior completo	2.901	2.970	2.605	595	9.071
Mestrado	-	15	1	17	33
Doutorado	1	1	3	16	21
Total	10.066	22.026	18.297	2.147	52.536

Fonte: RAIS/CAGED (2013).

nicipal de Santana para onde são maiores as demandas dos serviços públicos oferecidos, e onde se concentra a melhor infraestrutura urbana.

Quando se analisa a evolução dos gastos com os servidores estaduais em relação a receita orçamentária organizada na Tabela 91 percebe-se um crescimento de 15,5% nos custos de pessoal em relação ao arrecadado, quando em 2000 gastava-se 36,11% da receita e em 2010 o Estado do Amapá ampliou os seus custos de pessoal para 51,36% da receita, ferindo a lei de responsabilidade fiscal que limita o gasto com pessoal para 49% da receita corrente líquida nos estados.

**Tabela 91**

**Amapá – Evolução de gastos públicos estaduais com pessoal  
2000-2010**

Ano	Pessoal	Receita orçamentária	% da receita
2000	245.177.488,77	678.947.235,59	36,11
2010	1.354.608.029,14	2.623.461.619,23	51,63

Fonte: STN (2013).

**Tabela 91**

**Amapá – Evolução dos gastos públicos municipais com pessoal  
2000-2010**

Ano	Pessoal	Receita orçamentária	% da receita
2000	40.524.966,92	91.964.196,58	44,07
2010	370.763.808,51	645.084.984,04	57,48

Fonte: STN (2013).

Da mesma forma, observa-se com os municípios que tiveram os seus gastos com servidores públicos ampliados de 2000, que representavam um custo de 44,07% da receita municipal, para um valor de 57,48%, ferindo da mesma forma os limites da lei de responsabilidade fiscal, que limita os gastos de pessoal dos municípios brasileiros em 54% Tabela 92. Esses indicadores, certamente, criam problemas para acesso dos municípios a alguns recursos do governo federal.

Em síntese, o fato do Amapá ser um Estado criado, recentemente, a partir de um Território Federal, herdou na sua trajetória uma cultura de grande dependência do emprego público, que tem movido a economia amapaense até então. Apesar dessa dependência do emprego público, o precário nível de qualificação dos funcionários públicos que trabalham nos municípios mais distantes da capital do estado, tem sido um fator que contribui muito pouco

para o desenvolvimento local. Mais da metade da receita municipal é gasto com pessoal, que não tem a capacidade necessária para melhorar a qualidade do serviço oferecido, tem dificuldades de elaborar os projetos para captação dos recursos estaduais e federais. Quando consegue captar, tem dificuldades de gerenciar, não consegue fazer as prestações de contas cobradas, criando as inadimplências que impedem do município acessar novos recursos, criando uma situação de dificuldades para acompanhar o desenvolvimento do país.

## O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO AMAPÁ

O Amapá, enquanto uma nova unidade federativa, nasceu com uma grande dependência dos recursos da União, tendo em vista que de 1943 a 1988 foi um território federal. A sua emancipação política veio com a responsabilidade de construir, através da sua população, os caminhos que lhe possibilitasse o desenvolvimento com uma continua redução da sua dependência econômica do governo federal. Enquanto um estado pequeno, cuja economia, historicamente, foi formada pelas atividades extrativistas minerais e vegetais, muito vulneráveis pela dependência de estoques de recursos, preços de mercado nas condições de matérias prima exportáveis, e com limitadas possibilidades de expansão. Isto torna a dependência econômica ao governo federal, como uma coisa persistente e difícil de superar.

Na década de 1990, a estratégia de Áreas de Livre Comércio, não alcançou o sucesso esperado devido a abertura da economia brasileira; o tratamento recebido do governo FHC até o início da década seguinte, impossibilitou a criação de alternativas que dinamizassem a economia amapaense a uma maior diversificação e agregação local de valor das suas matérias primas, pela exigência de investimentos em infraestrutura e créditos para o setor produtivo, não disponibilizados pelo governo federal. Apenas, a partir de 2003, com o governo Lula é que se revigoram as esperanças dos investimentos federais que pudessem sinalizar para novas perspectivas de desenvolvimento, o que irá acontecer de forma mais concreta a partir do PAC, em 2007, quando foi criada a perspectiva de investimentos na ordem de 4 bilhões de reais, sendo 1 bilhão

de reais até 2010 e 3 bilhões de reais após 2010. É importante lembrar, que a receita orçamentária estadual era de 2,6 bilhões e a capacidade de investimento de 166 milhões de reais, em 2010, ou seja, o PAC sinalizava um montante de investimentos duas vezes maior que as possibilidades do governo estadual no período de 2007 a 2010. Isto dá para se ter uma ideia da representatividade dos investimentos federais na economia local e seus impactos.

Segundo o balanço de 4 anos do PAC, os investimentos no Amapá foram planejados sob duas perspectivas: em empreendimentos exclusivos, com impactos direto no estado e em empreendimentos de caráter regional. Esses empreendimentos foram pensados sob 3 eixos: 1) infraestrutura logística: com investimentos exclusivos de 354,1 milhões de reais para o período de 2007 a 2010 e 250,4 milhões de reais para pós 2010; 2) infraestrutura energética: com empreendimentos de caráter regional com previsão de 195,8 milhões de reais de investimentos para 2007 a 2010 e 2,74 bilhões de reais para pós 2010; e 3) infraestrutura social e urbana: com previsão de investimento de 440,4 milhões de reais em empreendimentos exclusivos no período de 2007 a 2010.

As atividades do eixo de infraestrutura logística tinham como objetivo ampliar a infraestrutura existente para Integrar o território do estado e melhorar as condições da interligação do Amapá com os demais estados do Norte, promovendo a integração com a Guiana Francesa: com investimentos na BR 156 e aeroporto de Macapá, e, também, apoiar o turismo, com investimentos no aeroporto de Macapá. As principais atividades deste eixo de logística estavam voltadas para a pavimentação da BR 156 no trecho Calçoene – Oiapoque; a construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque, a construção do Terminal de Passageiros e obras complementares do aeroporto internacional de Macapá; e, a manutenção de rodovias federais.

O eixo da infraestrutura energética tinha como estratégia garantir a segurança energética e modicidade tarifária para o Amapá e região Norte, com as principais atividades voltadas a interligação Tucuruí – Macapá – Manaus e a construção da Hidroelétrica de Santo Antonio.

O eixo da infraestrutura social e urbana tinha como principais objetivos, através do Programa Luz para Todos atingir 4.783 ligações da meta original entre 2004 e 2010 somando-se a 16.426 ligações da Meta Adicional entre 2004 e 2010; e melhorar as condições de vida da população, garantindo: ampliação da capacidade de tratamento, reservação e distribuição de água dos bairros Central, Jardim Felicidade e região Norte de Macapá; ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário das bacias de Fortaleza e Beiril em Macapá; urbanização e reassentamento de famílias localizadas em áreas de risco e recuperação de igarapés: Orla do Aturiá, Vila Mucajá e bairro

Congós em Macapá; drenagem para controle da malária em Santana, Calçoene, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari e Porto Grande.

Além dos investimentos nesses eixos infraestruturais o governo federal investiu na expansão de escolas técnicas com a construção do campus Macapá e Laranjal do Jari do Instituto Federal de Educação, expansão da oferta de ensino superior com criação de campus e expansão de vagas da UNIFAP e através da criação de bolsas nas instituições de ensino superior privadas através do Prouni, criou ainda 3 Territórios da Cidadania para atender produtores familiares e atendeu 44.183 famílias pelo Programa Bolsa Família. Isto tudo, significou investimentos que dinamizaram a economia amapaense, segundo o relatório Balanço de 4 anos do PAC – Amapá (2010).

Com a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) o governo federal projetou e vem executando um volume de 5,01 bilhões de reais em investimentos entre os anos de 2011 a 2014, construindo as infraestruturas econômicas e sociais que impactam para melhor os rumos do desenvolvimento amapaense. Segundo o relatório do Balanço do ano II do PAC2, o programa foi desenhado sobre 6 eixos de investimentos que serão apresentados sequencialmente:

1) Eixo Infraestrutura de Transporte, com investimentos previstos de 680,87 milhões de reais em empreendimentos exclusivos e 92,00 milhões de milhões de reais para o período de 2011 a 2014. As principais atividades estão relacionadas a conclusão da pavimentação da BR – 156 no trecho Calçoene – Oiapoque, a conclusão da Ponte Internacional do Oiapoque, a continuidade das obras do Aeroporto Internacional de Macapá e a pavimentação da BR-156 no trecho Macapá-Laranjal do Jari.

2) Eixo Infraestrutura de Energia, com investimentos de 1,30 bilhões de reais em empreendimentos exclusivos e 2,5 bilhões de reais em empreendimentos regionais para o período de 2011 a 2014. As principais ações desenvolvidas estão relacionadas a conclusão do Linhão do Tucuruí, e interligação de Macapá e Manaus ao Sistema Nacional de Energia Elétrica, a construção das hidroelétricas Ferreira Gomes, Caldeirão e Santo Antonio do Jari e conclusão do Programa Luz para Todos, e pesquisa exploratória de petróleo e gás natural na bacia sedimentar do rio Amazonas.

3) Eixo Cidade Melhor, com investimentos em atividades de saneamento no valor de 37,34 milhões de reais que somado a recursos de 2007 a 2010 do Ministério das Cidades atinge um montante de 68,55 milhões de reais.

4) Eixo Comunidade Cidadã, significa investimentos programados em 10,12 milhões de reais em Unidades Básicas de Saúde, Creches, Pré-escolas e Quadras Poliesportivas.

5) Minha Casa Minha Vida, com investimentos na ordem de 339,75 milhões de reais para a política habitacional, urbanização de assentamentos precários e financiamento de moradias.

6) Água e Luz para Todos, investimentos no valor de 162,59 milhões de reais para conclusão de obras e expansão do fornecimento de água potável e universalização da energia elétrica no estado.

Em síntese, o PAC, mesmo apresentando diversas dificuldades para a sua plena e ágil execução em função de obstáculos de natureza logística, comuns nos estados amazônicos, e pela fragilidade técnica encontrada tanto no governo estadual como nos governos municipais, principalmente, para a elaboração, execução e monitoramento de projetos maiores, tem provocado mudanças visíveis na melhoria das condições de vida da população e na dinamização da economia amapaense. O PAC, na sua execução sinaliza para novas oportunidades e possibilidades de geração de emprego e renda na região, ao enfrentar os principais gargalos encontrados ao desenvolvimento estadual, que estão relacionados a questão da energia e as dificuldades de transporte. Os investimentos no fortalecimento da educação superior, o combate a pobreza e as outras políticas subjacentes, completam o quadro da importância do programa para produzir transformações benéficas na realidade amapaense.

## BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, Joselito Santos. (Des)Envolvimento local em regiões periféricas do Capitalismo: limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá. Belém: Universidade Federal do Pará-NAEA, 2010. 267f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental).

AMAPÁ – Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINF). Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado do Amapá – PEHIS-AP : Diagnostico habitacional: versão preliminar. Macapá: SEINF, 2008. Mimeo.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 432.

BRASIL, Ministério do Planejamento. Programa de Aceleração do Crescimento: balanço 4 anos: 2007-2010. [www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/Pac\\_1\\_4.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/Pac_1_4.pdf)

BRASIL, Senado Federal . A importância da SUFRAMA para o Amapá. [www.senado.gov.br/senadores/Senador/jsarney/boletim/artigos\\_senador.asp](http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/jsarney/boletim/artigos_senador.asp)

BRASIL. Eletrobrás. Luz para Todos: relatório síntese 2004/2012. Brasília: 2013.

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento. Balanço 4 anos: 2007-2010. Brasília: 2010. Disponível em: [www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/18217bc6ed365d0c38d4a8dc721d3d65.pdf](http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/18217bc6ed365d0c38d4a8dc721d3d65.pdf)

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978, p.208.

CARVALHO, Guilherme. BR-156 no Amapá: Estado, integração e conflitos socioambientais. Belém: n.d. Disponível em: [ww.fase.org.br/v2/admin/anexos/acer-vo\\_temp/10\\_BR\\_156\\_Amapa.pdf](http://ww.fase.org.br/v2/admin/anexos/acer-vo_temp/10_BR_156_Amapa.pdf)

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *O fecho do Império: história das fortificações do Cabo Norte ao Amapá de hoje*. In *As Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém, Editora Universitária, 1999, p. 407; 129-193.

CASTRO, Manoel Cabral de. *Crescimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável: Conceitos na Análise do Perfil Ambiental e de Aspectos da Evolução Recente do Capital Humano no Amapá*. Macapá: GEA, 2012. P.114. Arquivo Digital.

CGEE. *Mestres 2012: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira*. Brasília-DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2012. Disponível em: [www.cgee.org.br](http://www.cgee.org.br).

CHAGAS, Marco Antonio Chagas. *Conflitos, Gestão Ambiental e o discurso do Desenvolvimento Sustentável na mineração no Estado do Amapá*. Belém: Universidade Federal do Pará-NAEA, 2010. 235f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental).

CHAGAS, Marco Antonio Chagas. *Gestão Ambiental no Amapá: evolução e contribuição do Subprograma de Política de Recursos Naturais do PPG7*. Brasília -DF: Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2003. 142f. Dissertação (Política e Gestão Ambiental).

CHAGAS, Marco Antonio Chagas. *Tumucumaque: o “Big Park” e a história do conservacionismo no Amapá*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2008.

CHELALA, Charles Achcar. *A magnitude do Estado na sócio economia amapaense*. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2008.174f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional).

COUDREAU, Henri. *La France Equinoxiale: voyage a travers les Guyanes et L’Amazonie*. Paris: Challamel Ainé, Editeur, 1987.

COUTO, Leandro Freitas. *A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul*. Revista OIKOS, 2006, vol.5 n 1: In: [www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/109/77](http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/109/77)

DOWBOR, Ladislau; SACHS, Ignacy e LOPES, Carlos (Orgs.). *Riscos e oportunidades em tempos de mudanças*. São Paulo: Instituto Paulo Freire; Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

FILOCREÃO, Antonio Sergio Monteiro. *Extratativismo e Capitalismo: as transformações recentes no Agroextrativismo do Sul do Amapá*. Belém: Universidade Federal do Pará-NAEA, 2007. 545f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socio-ambiental).

FRAGOSO, Frei Hugo. *Os aldeamentos franciscanos do Grão-Pará*. In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). *Das reduções Latino-americanas às lutas indígenas atuais*. São Paulo: Paulinas, 1982. p.119-160.

FURTADO, Bernardo Alves et al. *Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios(2010)*. Nota Técnica 01. Brasília: IPEA: 2013. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Censo Demográfico 2010: Aglomerados subnormais, primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

JORGE, Sérgio Paulo de Souza. *Política Fundiária como instrumento de ordenamento territorial*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 139f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável).

JUAREZ, Rodolfo. *Rodovia BR 156 – Macapá/Oiapoque*. Macapá, outubro, 2011. Disponível em [www.rodolfojuarez.blogspot.com.br/2011/10/rodovia-br-156-macapaoiapoque.html](http://www.rodolfojuarez.blogspot.com.br/2011/10/rodovia-br-156-macapaoiapoque.html).

LORIMER, Joyce. *English and Irish Settlement on the River Amazon: 1550-1646*. London: The Hakluyt Society, 1989. p.499.

MENDES, Allan Jasper Rocha. *A expansão da educação superior no Amapá: o público e o privado em questão (2000-2010)*. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2012. 103f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional).

MIRANDA, Evaristo de. *Quando o Amazonas corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p.254.

PARÁ, Governo do Estado, Secretaria de Educação e Cultura. *Annaes da Bibliotheca e Arquivo Público do Pará*. Belém, 1916.

PORRO, Antonio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes/EDUSP, 1996. p. 205.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

\_\_\_\_\_. *História e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. p.183.

\_\_\_\_\_. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, V.1. Belém: SECULT, 1993, p.169.

RIO BRANCO, Barão do. *Questões de Limites: Guiana Francesa*. Brasília: Senado Federal-Conselho Editorial, 2008.p.438.

SANTOS, Antonio Carlos Rodrigues do. *Geografia do Amapá: a (re)produção do espaço amapaense e seus contrastes*. Macapá: Gráfica JM, 2009.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá*. Macapá: Valcan, 1994. p.86.

SARNEY, José e COSTA, Pedro. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Brasília: Senado Federal, 2004. p.270.

## SITES CONSULTADOS

[www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/obras-e-projetos/linhao-tucuruui-ma-capá-manaus/view](http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/obras-e-projetos/linhao-tucuruui-ma-capá-manaus/view)

[www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais?estado=ap&ano=2008&keyword=http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/bndes-aprova-r-736-8-mi-para-usina-santo-antonio-do-jari](http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais?estado=ap&ano=2008&keyword=http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/bndes-aprova-r-736-8-mi-para-usina-santo-antonio-do-jari)

[www.ferreiragomesenergia.com.br/ferreiragomes/web/conteudo\\_pti.asp?idioma=0&tipo=40874&conta=45](http://www.ferreiragomesenergia.com.br/ferreiragomes/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=40874&conta=45)

[http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/edp-obtem-concessao-de-central-hidreletrica-no-amapa\\_126185.html](http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/edp-obtem-concessao-de-central-hidreletrica-no-amapa_126185.html)

[www.abrasil.gov.br/anexos/download/relatorio.pdf](http://www.abrasil.gov.br/anexos/download/relatorio.pdf)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)

[www.portal.mte.gov.br/portal-mte/dados-e-estatisticas/temas-estatisticas/](http://www.portal.mte.gov.br/portal-mte/dados-e-estatisticas/temas-estatisticas/)

[www.aequus.com.br/comparabrasil/](http://www.aequus.com.br/comparabrasil/)

[www.datasus.gov.br/](http://www.datasus.gov.br/)  
[www.seplan.ap.gov.br](http://www.seplan.ap.gov.br)  
[wikicoi.planalto.gov.br](http://wikicoi.planalto.gov.br)  
[www.stn.fazenda.gov.br/](http://www.stn.fazenda.gov.br/)  
[www.obt.inpe.br/prodes/](http://www.obt.inpe.br/prodes/)  
[www.epe.gov.br/](http://www.epe.gov.br/)  
[www.atlasbrasil.org.br/](http://www.atlasbrasil.org.br/)



## **SOBRE O AUTOR**

ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO é graduado em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ -1984), mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB-1990) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA-2007). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Amapá (Unifap), vinculado ao curso de graduação em Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Ocupou o cargo de vice-reitor da Unifap de 2010 a 2014, e de reitor no período de março a setembro de 2014. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Agrária e Recursos Naturais.

O livro *Amapá 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Offset 75g.

ESTUDOS

# Estados Brasileiros

O Amapá é um dos mais recentes estados da federação.

Criado em 5 de outubro de 1988, localiza-se na parte setentrional do país, na Amazônia brasileira, na fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname.

O presente trabalho busca construir um quadro analítico do desenvolvimento amapaense recente.

Para isso, foram coletados dados e analisados aqui pelo organizador, tendo como recorte temporal os anos de 1991 (o primeiro governo eleito), 2000 e 2010.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

ISSN 978-85-7643-232-6



9 788576 432326